



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG)  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

FREDERICO DOURADO RODRIGUES MORAIS

**As Universidades Federais e o Novo Normal: ofensivas  
neoliberais em tempos de pandemia**

GOIÂNIA  
2023



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

## TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

### E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

#### 1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação     Tese     Outro\*: \_\_\_\_\_

\*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

Exemplos: Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

#### 2. Nome completo do autor

FREDERICO DOURADO RODRIGUES MORAIS

#### 3. Título do trabalho

As universidades federais e o novo normal: ofensivas neoliberais em tempos de pandemia

#### 4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento  SIM     NÃO<sup>1</sup>

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

a) consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);

b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.

O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

**Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.**



Documento assinado eletronicamente por **Frederico Dourado Rodrigues Morais, Discente**, em 21/03/2023, às 08:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marília Gouvea de Miranda, Usuário Externo**, em 21/03/2023, às 08:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **3610856** e o código CRC **9958ECF1**.

FREDERICO DOURADO RODRIGUES MORAIS

**As Universidades Federais e o Novo Normal: ofensivas  
neoliberais em tempos de pandemia**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, como requisito para obtenção do título de Doutor em Educação.

Área de concentração: Educação

Linha de pesquisa: Fundamentos dos Processos Educativos

Orientadora: Professora Doutora Marília Gouveia de Miranda

GOIÂNIA  
2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Morais, Frederico Dourado Rodrigues  
As Universidades Federais e o Novo Normal [manuscrito] :  
ofensivas neoliberais em tempos de pandemia / Frederico Dourado  
Rodrigues Moraes. - 2023.  
120 f.

Orientador: Profa. Dra. Marília Gouveia de Miranda.  
Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de  
Educação (FE), Programa de Pós-Graduação em Educação, Goiânia, 2023.  
Bibliografia.  
Inclui gráfico, tabelas, lista de figuras, lista de tabelas.

1. Neoliberalismo. 2. Universidades. 3. Educação. 4. Pandemia. 5.  
Novo Normal. I. Miranda, Marília Gouveia de, orient. II. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

### ATA DE DEFESA DE TESE

Ata Nº 05 da sessão de Defesa de Tese de **FREDERICO DOURADO RODRIGUES MORAIS** que confere o título de **Doutor em Educação** pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás-PPGE/FE/UFG, na *área de concentração em Educação*.

Aos **trinta dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e três (30/01/2023)**, a partir das **14:30**, em plataforma virtual no link público <http://meet.google.com/gqh-dvzr-vxg>, realizou-se a sessão pública de Defesa de Tese intitulada **"As universidades federais e o novo normal: ofensivas neoliberais em tempos de pandemia"**. Os trabalhos foram instalados pela Orientadora Profª. Drª. **Marília Gouvea de Miranda (PPGE/FE/UFG)**, doutora em **História e Filosofia da Educação** pela **PUC-SP**, com a participação dos demais integrantes da Banca Examinadora: Profª. Drª. **Juliana de Castro Chaves (PPGE/FE/UFG)**, doutora em **Psicologia Social** pela **PUC-SP** - integrante titular interna, Profª. Drª. **Mona Bittar (FE/UFG)**, doutora em **Educação Brasileira** pela **UFG** - integrante titular externa, Profª Drª **Cláudia Lúcia da Costa (UFCAT)**, doutora em **Geografia** pela **UFU** - integrante titular externa e Prof. Dr. **Ged Guimarães (UEG)**, doutor em **Educação** pela **UFMG** - integrante titular externo. Durante a arguição os integrantes da banca **não fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Tese, tendo sido o candidato **aprovado** pelos seus integrantes. Proclamados os resultados pela Profª. Drª. Marília Gouvea de Miranda, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Integrantes da Banca Examinadora, aos trinta dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e três.

Banca Examinadora:

Profª. Drª. Marília Gouvea de Miranda

Profª. Drª. Juliana de Castro Chaves

Profª. Drª. Mona Bittar

Profª Drª Cláudia Lúcia da Costa

Prof. Dr. Ged Guimarães

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Marília Gouvea de Miranda, Usuário Externo**, em 06/02/2023, às 11:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Juliana De Castro Chaves, Professora do Magistério Superior**, em 07/03/2023, às 21:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Mona Bittar, Usuário Externo**, em 08/03/2023, às 08:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Claudia Lucia Da Costa, Professora do Magistério Superior**, em 08/03/2023, às 13:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **GED GUIMARAES, Usuário Externo**, em 20/03/2023, às 21:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **3480803** e o código CRC **52CCBA2A**.

À “minha menina” Isadora. Sua existência me fez continuar.  
Agora acabou, filha!

À professora Marília, pela forma gentil e inspiradora como  
sempre tratou minhas limitações e dificuldades.

Ao professor José Adelson (*in memoriam*), que foi o grande  
responsável por me fazer acreditar que chegar até aqui seria  
possível.

*in memoriam*

... às quase 700 mil brasileiras e brasileiros vítimas da Covid-19, e de um verdadeiro genocídio promovido pelo negacionismo e pela irresponsabilidade do ex-presidente Jair Bolsonaro.

## AGRADECIMENTOS

A Máira, pela parceria, pelo incentivo e pelo apoio. Você é parte importante desta conquista!

À minha “irmã”, Aline, pela leveza e alegria de sua presença na minha vida, pelo seu cuidado e por ainda partilhar sua família comigo. Muito obrigado, minha amiga!

À “sogra” Jônia, pelo suporte com a Isadora e pelo carinho que sempre tem comigo.

Ao meu amigo João, pelos diálogos sempre ricos e fraternos. As nossas trocas de ideias valeram a pena.

Às amigas e aos amigos “do trabalho” Cleumar, Renata, M<sup>a</sup> Cristina, Ana Flávia, Márcio e Adrienne, pelo apoio e afeto que tiveram comigo.

Às professoras e professores que colaboraram significativamente durante este Doutorado, em especial, Anita Cristina de Azevedo Resende, Luiz Fernandes Dourado e Ricardo Antônio Gonçalves Teixeira.

Às professoras Mona Bittar e Juliana de Castro Chaves, pelas contribuições pertinentes e participações importante nesta tese desde a banca de qualificação.

À Profa. Cláudia Lúcia Costa e ao Prof. Ged Guimaraes pelo privilégio de contar com a presença e contribuição na banca de defesa.

Aos colegas e “chefes” do Senac Goiás, pela compreensão nesta jornada.

Aos colegas da Universidade Estadual de Goiás e da Escola de Formação de Professores e Humanidades (PUC-Goiás), que cooperaram para que eu terminasse este trabalho.

E aos colegas deste Programa, que, apesar da pandemia e do distanciamento físico, estabeleceram vínculos importantes e que foram necessários nesses dias difíceis.

[...] Dos medos nascem as coragens; e das dúvidas, as certezas. Os sonhos anunciam outra realidade possível e os delírios, outra razão.

Somos, enfim, o que fazemos para transformar o que somos. A identidade não é uma peça de museu, quietinha na vitrine, mas a sempre assombrosa síntese das contradições nossas de cada dia.

Nessa fé, fugitiva, eu creio. Para mim, é a única fé digna de confiança, porque é parecida com o bicho humano, fodido mas sagrado, e à louca aventura de viver no mundo.

Eduardo Galeano, em Celebração das contradições/2. O Livro dos Abraços

## RESUMO

Este trabalho, decorrente de pesquisa desenvolvida junto à Linha de Pesquisa Fundamentos dos Processos Educativos do Programa de Pós-Graduação em Educação da FE/UFG, busca apreender como a pandemia pode ter sido um catalisador da adoção e/ou avanço das propostas neoliberais para as universidades federais, a partir da perspectiva de que viveríamos um “novo normal”. Objetiva-se compreender as ações adotadas no âmbito institucional e acadêmico por universidades federais durante a pandemia, identificando como estas ações se concretizaram ou combatem a perspectiva mercantil e utilitária de universidade propugnada pelo neoliberalismo. Para tanto, foi realizada uma pesquisa onde os seguintes autores foram fundamentais: CHAUI, HARVEY, KLEIN, LEHER, SAAD-FILHO, SLOBODIAN e SILVA JÚNIOR. Assim, foi feita uma análise documental teve como referência o estudo das atas dos Conselhos Universitários de cinco universidades federais, cada uma representando as cinco regiões brasileiras: Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal de Goiás (UFG), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal do Pará (UFPA) e Universidade Federal de Santa Maria/RS (UFSM). Também foi realizado um estudo bibliográfico em artigos de periódicos, obtidos em duas fontes de pesquisa - o Portal de Periódicos da Capes e o Google Acadêmico, publicados entre 2020 e 2022, que traziam questões relacionadas ao “novo normal” e às universidades. Buscou contextualizar o neoliberalismo, compreendendo seus fundamentos e suas especificidades, delimitando seu estágio atual e, dessa forma, analisar seus desdobramentos no Brasil para o ensino superior e em especial sua relação com as universidades públicas; e entender as tendências que estariam sendo apresentadas para, principalmente, as instituições de ensino superior, como “novas”, fruto da perspectiva de um “novo normal” que se apresentaria à sociedade após a pandemia. Com a realização da pesquisa, constatou-se o avanço do neoliberalismo potencializado pelo contexto da pandemia, a partir dos processos privatizantes do conhecimento, numa adequação das instituições ao “novo normal”, alavancados pelas inovações advindas das tecnologias da comunicação e informação.

**Palavras-chave:** Neoliberalismo; Universidades; Educação; Pandemia; Novo Normal.

## ABSTRACT

This work, resulting from research carried out along with the research line Fundamentals of Educational Processes of the Graduate Program in Education at FE/UFG, seeks to understand how the pandemic may have been a catalyst for the adoption and/or advancement of neoliberal proposals for federal universities, from the perspective that we would live a "new normal". The objective is to understand the actions adopted in the institutional and academic scope by federal universities during the pandemic, identifying how these actions implemented or combat the mercantile and utilitarian perspective of a university advocated by neoliberalism. To this end, a documentary and bibliographical research was carried out, highlighting some key authors: CHAUÍ, HARVEY, KLEIN, LEHER, SAAD-FILHO, SLOBODIAN e SILVA JÚNIOR. The documentary analysis was based on the study of the minutes of the University Councils of five federal universities, each one representing the five Brazilian regions: the Federal University of Bahia (UFBA), Goiás (UFG), Minas Gerais (UFMG), Pará (UFPA) and Santa Maria/RS (UFSM). The bibliographic study was carried out in journal articles, obtained from two research sources - the CAPES Journal Portal and Google Scholar published between 2020 and 2022 and which brought questions related to the "new normal" and universities. The thesis is organized into three chapters, where the first two seek to contextualize neoliberalism, understanding its foundations and specificities, delimiting its current stage and thus analyzing its developments in Brazil for higher education and in particular its relationship with public universities. And the third with a study of the developments of the studies carried out in the first two and that move to understand the trends that would be being presented to, mainly higher education institutions, as "new", fruit of the perspective of a "new normal" that society would present itself after the pandemic. With the accomplishment of the research, it was verified the advance of neoliberalism potentiated by the context of the pandemic from the privatizing processes of knowledge, in an adaptation of the institutions to the "new normal", leveraged by the innovations arising from the technologies of communication and information.

**Keywords:** Neoliberalism; Universities; Education; Pandemic; New Normal.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Gastos totais do governo, incluindo gastos do governo com juros, como parcela do PIB nacional (%) - 1990-2010 - países do G7 .....	53
Tabela 2 - Percentual de matriculados na graduação presencial, por categoria administrativa, Brasil, 1960-2020 .....	59
Tabela 3 - Participação na expansão das matrículas de graduação, nos governos, por categoria administrativa e modalidade de ensino – Brasil – 1995 a 2021.....	63

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Indicadores do quantitativo de pessoas nas IFES estudadas – Nº de Matrículas de Graduação e Pós-Graduação, Quadro de Docentes e de Técnicos Administrativos ativos – 2019.....	25
Quadro 2 – Síntese da análise documental das atas dos conselhos superiores – UFBA, UFG, UFMG, UFPA e UFSM (2020) .....	27
Quadro 3 – Resultado da pesquisa nas bases de dados – resultado por base e por período filtrado .....	85
Quadro 4 – Situação das aulas dos cursos de graduação durante a pandemia – UFBA, UFG, UFMG, UFPA e UFSM (2020-2022) .....	100

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Crescimento mundial real do PIB - Alteração percentual anual .....	20
Figura 2 - Participação do 1% de pessoas mais ricas na riqueza total – Estados Unidos e Reino Unido – 1960 a 2020.....	45
Figura 3 - Proporção do número de matrículas em cursos de graduação presenciais e a distância, por categoria administrativa, Brasil, 1995-2021 .....	62
Figura 4 - Google Trends - Termo de pesquisa: “novo normal” – todo o Mundo, Interesse ao longo do tempo - Pesquisa na Web - 16/03/2020 a 31/12/2020 .....	83
Figura 5 - Termo de pesquisa: “novo normal” – Brasil, Interesse ao longo do tempo - Pesquisa na Web - 16/03/2020 a 16/06/2020 .....	90

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	16
CAPÍTULO 1 NEOLIBERALISMO: SUA HISTÓRIA E SEUS FUNDAMENTOS TÉORICOS.....	30
1.1 Paris, Mont Pèlerin ou Viena?.....	32
1.2 Os neoliberalismos.....	41
CAPÍTULO 2 UNIVERSIDADE E NEOLIBERALISMO NO BRASIL: SÃO APENAS NEGÓCIOS? .....	59
2.1 As universidades federais e a “voz” da gestão .....	68
2.2 As universidades públicas no Brasil e o mercado .....	76
CAPÍTULO 3 O “NOVO NORMAL”, DE NOVO? IMPLICAÇÕES DOS AJUSTES NEOLIBERAIS PARA A UNIVERSIDADE .....	82
3.1 O “novo” que não é tão novo! .....	85
3.2 O “novo normal” pós-pandemia.....	89
3.3 Uma nova universidade .....	98
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	109
REFERÊNCIAS.....	114

## INTRODUÇÃO

Tô louco  
 Pra sair  
 Desse sufoco  
 Tô maluco  
 Pra parar  
 No bar  
 Encontro combinado  
 Na esquina  
 Não combina  
 Pra que combinar  
 Agora o combinado  
 É cada um  
 No seu quadrado  
 Sem aglomerar.  
 (Mart'nália)<sup>1</sup>

O neoliberalismo, aqui compreendido como uma fase, um estágio do sistema capitalista, apresentar-se-á como alternativa, aliás, como a única alternativa à grave crise que os países capitalistas enfrentaram no final da década de 1970. Os rumos a serem tomados pelo capitalismo, a partir do que Harvey (2008) denomina de “virada neoliberal”, ditarão as políticas econômicas e políticas que buscarão o arrefecimento da esfera pública, o aumento substancial da liberdade das corporações e a redução dos gastos sociais públicos.

Seu desenvolvimento ocorreu de modo distinto em diferentes lugares do mundo, cuja implantação se deu inicialmente de forma mais autoritária e impositiva no Chile. Foi implantado, a seguir, nos EUA e na Inglaterra, países onde o neoliberalismo se apresentou como a salvação para suas fragilizadas economias (HARVEY, 2014). No Brasil, como em outros países da América Latina, ocorreu um processo tardio e lento de transição ao neoliberalismo. Para Saad-Filho (2020), o marco do neoliberalismo brasileiro foi a eleição presidencial de 1989, quando o programa nitidamente neoliberal de Fernando Collor ganhou as eleições.

É dessa forma que, a partir da década de 1990, políticas neoliberais vão se tornando presentes no cenário político e econômico brasileiro, com maior ou menor ênfase na dependência dos governos que se instalaram desde então, processo que

---

<sup>1</sup> Trecho da música **Novo Normal**. Composição de Serginho Meriti e Xande de Pilares.

exerceu forte pressão sobre setores sociais. No que se refere à educação e tratando particularmente do ensino superior, passa a ser cada vez mais forte a cobrança para que as universidades federais se reestruturem e se tornem uma “nova universidade” (CASANOVA, 2001), mais atentas aos chamados da sociedade, entenda-se do mercado, como já apontado nos estudos de Chauí (2001, 2003, 2016), Gentili (2001), Leher (2021a), Morais (2011) e Silva Júnior (2017).

As universidades federais vão, paulatinamente, sendo cobradas pelo poder econômico para que adotem um modelo acadêmico de características neoliberais, absorvendo uma escalada de construção de consentimento aos seus princípios e finalidades. Afinal, como descrito por Harvey (2008, p. 13), o neoliberalismo foi se tornando hegemônico “como processo de discurso e passou a afetar tão amplamente os modos de pensamento que se incorporou às maneiras cotidianas de muitas pessoas interpretarem, viverem e compreenderem o mundo” (HARVEY, 2008, p.13).

Na educação superior, a ascensão do neoliberalismo se manifesta sobretudo por intermédio da redução dos recursos para as instituições públicas, das parcerias de universidades públicas com o setor produtivo, da omissão do Estado, ou mesmo do seu incentivo, diante do crescimento indiscriminado de instituições de ensino superior privadas, do produtivismo na pós-graduação e das estratégias para a expansão do ensino superior por meio da sua diversificação e fragmentação.<sup>2</sup>

Nas universidades federais, a pressão por um modelo mercantil de universidade não pode ser tratada como uma mera ameaça circunstancial, devendo ser encarada como uma tentativa de consolidação de um projeto de sociedade. O neoliberalismo busca um modelo dedicado à obtenção de lucro, à transformação de alunos em clientes e ao atendimento das demandas mercadológicas. Esta lógica compreende a educação como uma conquista individual e a educação superior, por consequência, passa a ser um local de fortalecimento de práticas meritocráticas<sup>3</sup>.

Sob a designação de tecnociência, a ciência e a tecnologia tornaram-se forças produtivas, deixando de ser mero suporte do capital para se converter em agentes de sua acumulação. Consequentemente, mudou o modo de

---

<sup>2</sup> Esta última característica foi discutida em estudo anterior, desenvolvido como dissertação de Mestrado, com o título: **Relação entre escola e trabalho na lógica do capital**: os cursos superiores de tecnologia no Brasil em debate. (MORAIS, 2011).

<sup>3</sup> Práticas meritocráticas, são aquelas em que se valorizaria o mérito pessoal para determinar sua posição social, remuneração e reconhecimento. Ele se baseia no esforço, competência e desempenho de cada.

inserção dos cientistas e técnicos na sociedade, uma vez que se tornaram agentes econômicos diretos, e a força e o poder capitalistas encontram-se no monopólio dos conhecimentos e da informação. (CHAUÍ, 2016, p. 109-110).

O neoliberalismo não encontra consenso dentro das universidades federais, e haverá a busca por não só para resistir, mas para estabelecer contrapontos, no desenvolvimento de uma educação pública que se sobreponha a um modelo mercantil (CHAUÍ, 2016). A implantação de princípios neoliberais nas universidades federais implicará em sujeitar os interesses públicos e coletivos às motivações privadas, aos interesses particulares e ao viés privatista. Contudo, compreendendo o ensino superior no Brasil como um resultado de um amplo e tensionado processo de disputas entre diferentes projetos de sociedade, cabe apreender o contexto dessa disputa, principalmente a partir da década de 1990, momento que marca a transição para o neoliberalismo no Brasil. (SAAD-FILHO; MORAIS, 2018).

Em 2016, esse tensionamento já existente nas universidades públicas brasileiras ganha mais força a partir do golpe impetrado contra a presidenta Dilma Rousseff, que dará início, de modo sistemático, crescente e agressivo, a uma avalanche de medidas econômicas e políticas de caráter neoliberal que atacam diretamente as universidades públicas, começando pela Lei do Teto dos Gastos Públicos<sup>4</sup> e do Future-se<sup>5</sup>, além das reformas previdenciária e trabalhista.

Agregado a estas medidas, o Brasil entra no contexto do que Saad-Filho (2020) vai apontar como o momento autoritário e conservador do neoliberalismo quando, em vários lugares do mundo, esse passa a se vincular diretamente a setores de extrema direita. Em 2019, assume a presidência da República, após um processo eleitoral bastante conturbado e marcado pela ascensão de forças conservadoras, Jair Messias Bolsonaro. Um político que até então não possuía qualquer relevância nacional vem marcar ainda mais o avanço de forças neoliberais.

---

<sup>4</sup> A Emenda Constitucional 95/2016 estabelece um limite nos gastos do governo federal por um período de 20 anos a partir de 2017, impedindo a União de estabelecer um orçamento maior que o ano anterior. Ele fixou limites para as chamadas despesas primárias (que a União tem a obrigação constitucional ou legal de realizar – entre elas, os gastos com pessoal, encargos sociais e benefícios da Previdência Social) dos órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União, do Conselho Nacional do Ministério Público e da Defensoria Pública da União.

<sup>5</sup> Iniciativa proposta pelo MEC em 2019 que, segundo a proposta, teria o objetivo de aumentar a autonomia administrativa das universidades federais via captação de recursos junto ao setor privado, através de fundos de investimento e parcerias público-privadas.

Constitui-se, então, um cenário bastante promissor para a ingerência neoliberal nas políticas econômicas e sociais brasileiras e, por conseguinte, para a recondução da universidade pública brasileira. A tendência do neoliberalismo é consolidar seu discurso e suas ações políticas, em especial aquelas que envolvem os investimentos públicos e a chamada macroeconomia<sup>6</sup>, em decisões meramente técnicas e focadas na eficiência do uso dos recursos estatais. Afinal, o mercado é, para os neoliberais, capaz de “organizar a vida econômica, social e cultural” (CHAUÍ, 2016, p. 108).

A essa conjuntura vem se somar uma grave crise que atinge todo o planeta. Ao final de 2019, um vírus, altamente contagioso, começa a circular na China e em abril do ano seguinte já atinge milhões de pessoas em todo o mundo. Em 16 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde decreta a existência de pandemia mundial para COVID-19, sendo que no Brasil, em fevereiro, já tínhamos um caso confirmado de contaminação e, em 12 de março, a primeira morte pelo vírus.

O cenário sem precedentes exigiu rápida e inédita reação dos líderes mundiais, que, de forma quase universal, passaram a adotar medidas de isolamento social, com o consequente fechamento de indústrias, comércios e instituições educacionais, com graves consequências para o sistema econômico, mas, sobretudo, agravando ainda mais as desigualdades sociais.

Segundo relatório produzido pela Oxfam Brasil<sup>7</sup>, enquanto os bilionários terão recuperado suas perdas em apenas nove meses, os mais pobres levarão mais de uma década para terem de volta o nível de renda que possuíam antes da pandemia. Isso sem contar o aumento do número de pessoas desempregadas e famintas no Brasil e no mundo.

Diferentemente das crises capitalistas de outros tempos (como em 1929 e 2008), a origem desta não é de natureza econômica, ainda que seus desdobramentos tenham incidido fortemente sobre a forma como este sistema se organiza e se

---

<sup>6</sup> De acordo com Mill (2017, p. 8), “Macroeconomia é o estudo de como os países inteiros lidam com a escassez. Os macroeconomistas analisam os sistemas que as nações criam ou permitem para a alocação de bens e serviços”, ou seja, ela estuda a economia de uma forma geral e considera que uma política econômica passa por questões, como, por exemplo, o Produto Interno Bruto (PIB), a taxa de desemprego e os gastos públicos. Já a Microeconomia “concentra-se na tomada de decisão.

<sup>7</sup> Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/justica-social-e-economica/forum-economico-de-davos/o-virus-da-desigualdade/#:~:text=A%20covid%2D19%20est%C3%A1%20gerando,popula%C3%A7%C3%B5es%20mais%20pobres%20dos%20pa%C3%ADses>. Acesso em: 10 Dez. 2022

reestrutura. Segundo dados do Fundo Monetário Internacional, apontados na Figura 1, a retração econômica de 2020 foi a maior da história recente deste modo de produção, maior, inclusive, do que a crise financeira de 2008.

Figura 1 - Crescimento mundial real do PIB - Alteração percentual anual



Fonte: FMI - [https://www.imf.org/external/datamapper/profile/WEO\\_WORLD](https://www.imf.org/external/datamapper/profile/WEO_WORLD).

A dinâmica dessa crise vem, portanto, corroborar as contradições do projeto societário capitalista, baseado na proteção e no fortalecimento de alguns poucos indivíduos, em detrimento da exploração da maior parte da população. A crise econômica e o agravamento das desigualdades sociais impulsionados pela pandemia têm levado ao questionamento sobre a forma como o sistema capitalista tem sido gerido a partir da década de 1980, sendo ventilado que estaria em causa uma possível queda das ideias neoliberais. (CARVALHO, 2020).

Nesse contexto, a valorização súbita dos sistemas públicos de saúde, das redes de proteção social, das políticas de desenvolvimento produtivo e tecnológico e, de forma geral, do papel do Estado na alocação dos recursos da sociedade tem levado alguns analistas a considerar essa crise como um golpe fatal no neoliberalismo ou, quem sabe, no próprio capitalismo. (CARVALHO, 2020, p. 10-11).

Contudo, ao passo que se confirme a previsão da “maior queda do PIB mundial” (Ibidem, p. 9) e o indicativo de que milhões de pessoas já perderam seus empregos

ou tiveram seus salários reduzidos, dados recentes indicam, também, um aumento real e substancial das fortunas dos bilionários. Dessa forma, a pandemia tem confirmado a tendência excludente do sistema capitalista.

Não será surpresa nenhuma, portanto, se alguns de nós saímos de casa, finda a primeira fase da pandemia, para se deparar com o mundo ainda mais desigual e com riscos até maiores para a democracia. (CARVALHO, 2020, p. 121).

Na educação, a pandemia se tornou um desafio gigantesco, afetando instituições em todo o mundo e criando, de acordo com relatório da ONU<sup>8</sup>, a maior interrupção dos sistemas educacionais da história, atingido quase 1,6 bilhão de alunos em mais de 190 países em todos os continentes. No Brasil, dados do censo escolar de 2021 apontam o impacto negativo<sup>9</sup> em toda a educação básica, com aumento significativo das taxas de abandono.

Já no ensino superior, dados do Ministério da Educação<sup>10</sup> indicam que, após três meses do início da pandemia, 70% das universidades federais já estavam com suas aulas suspensas e, somente ao final de setembro de 2020, gradativamente, as atividades foram sendo retomadas em algumas dessas universidades, de forma emergencial e não presencial. Cabe destacar que, mesmo com a suspensão das atividades de ensino, muitas atividades de pesquisa, extensão e administrativas continuaram, quando possível, a acontecer de modo remoto. Na rede privada<sup>11</sup>, 45 dias após o início da pandemia, 78% das instituições já haviam migrado suas aulas para ambientes virtuais, com apenas 22% optando pela suspensão dos semestres letivos.

Nas universidades federais, que, em tese, estão dotadas de autonomia para gerir seus calendários e suas atividades acadêmicas, a despeito da grave pressão

---

<sup>8</sup> Relatório produzido pela ONU. Disponível em: <https://unsdg.un.org/resources/policy-brief-education-during-covid-19-and-beyond>. Acesso em: 16 jul. 2022.

<sup>9</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2022/05/20/censo-escolar-confirma-impacto-negativo-da-pandemia-na-educacao-basica.ghtml>. Acesso em: 16 jul. 2022.

<sup>10</sup> Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiYzlxYTYxOTUtZGM3OC00MWQ4LThiZTgtZDE5YTUzN2UwMTRlIiwidCI6IjllNjgyMzU5LWQxMjgtNGVkyi1iYjU4LTgyYjJ%20hMTUzNDBmZiJ9>. Acesso em: 16 jul. 2022.

<sup>11</sup> Disponível em: <https://abmes.org.br/noticias/detalhe/3770/ate-o-fim-de-abril-78-das-faculdades-particulares-migraram-aulas-para-ambientes-virtuais>. Acesso em: 16 jul. 2022.

exercida por um governo federal que insistia no retorno antecipado das aulas e pelas fortes restrições orçamentárias, cada universidade pode definir e traçar seu plano de retorno das atividades de ensino, pesquisa e extensão. No caso das instituições privadas de ensino superior, a maioria retornou suas atividades presenciais em 2021, diferente do cenário das instituições públicas.

Nesse contexto, ganham força os debates sobre as oportunidades advindas da crise, na perspectiva de que seria possível retirar lições que permitissem criar ou aperfeiçoar ações e processos. Em meio à pandemia de Covid-19, a expressão “novo normal” passou a ser utilizada em todo o mundo e em diferentes contextos – econômico, político, cultural e educacional, expressando interpretações e definições sobre a forma de as pessoas viverem e de se constituírem socialmente a partir do contexto de pós-pandemia<sup>12</sup>. De acordo com o dicionário Oxford<sup>13</sup>, o “novo normal” “caracteriza uma situação que costumava ser incomum, mas agora é o que você deve esperar”. O “novo normal” passa a ser um novo estilo de vida e uma nova maneira de se relacionar, levando em consideração as mudanças ocorridas durante a pandemia.

E por esta ótica é explícito o indicativo para as universidades de que “com o planejamento e as políticas corretas, elas podem usar a crise como uma oportunidade para criar sistemas educacionais mais inclusivos, eficientes e resilientes.” (BANCO MUNDIAL, 2020, p. 6). Como afirmam Castioni et al. (2021, p. 405):

Os desafios que advêm do enfrentamento da pandemia da Covid-19 obrigaram as instituições educacionais a repensarem suas atividades e a sua relação com as diversas tecnologias de informação e de comunicação, a

---

<sup>12</sup> Neste trabalho, serão caracterizados como pós-pandemia os anos posteriores a 2022, apenas como um parâmetro de análise e não por considerar que a pandemia tenha acabado. Cabe salientar que apenas a própria OMS pode decretar o fim da pandemia, e até o final de 2022 ainda não tinha decretado esse fim. Porém, é importante salientar alguns indicadores que colaboram nessa escolha: 1. As bases de dados utilizadas nesta pesquisa foram até 2021; 2. O Ministério da Saúde declara o fim da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional pela Covid-19 em 22 de abril de 2022. 3. Em 17 de janeiro de 2022 fez um ano da primeira dose aplicada da vacina de Covid-19 e a vacinação é um ponto crucial para o fim da pandemia pela OMS. Fontes: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2022/abril/ministerio-da-saude-declara-fim-da-emergencia-em-saude-publica-de-importancia-nacional-pela-covid-19>. Acesso em: 20 dez. 2022; <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2022/01/17/ha-um-ano-sp-vacinava-1a-pessoa-contracovid-no-brasil-veja-o-que-mudou-e-projecoes-para-o-futuro.ghtml>. Acesso em: 20 dez. 2022; <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2022/12/14/oms-espera-que-fim-da-pandemia-ocorra-em-2023-mas-virus-nao-desaparecera.htm>. Acesso em: 20 dez. 2022.

<sup>13</sup> “A situation that used to be unusual but is now what you should expect”. Disponível em: [https://www.oxfordlearnersdictionaries.com/definition/english/new#new\\_idmg\\_6](https://www.oxfordlearnersdictionaries.com/definition/english/new#new_idmg_6) Acesso em: 14 out. 2022.

formação para uma nova cidadania digital e as suas próprias estratégias de governança.

Por consequência, aumenta a pressão para que sejam implantadas novas ações que, num primeiro momento, tinham um caráter emergencial, como o ensino remoto, assim como o fizeram muitas ações administrativas, com o emprego das chamadas TICs - Tecnologias da Informação e da Comunicação. Nas universidades federais, as atividades administrativas e muitas das atividades acadêmicas (as bancas de defesa de dissertações e teses, colações de grau, por exemplo) mantiveram-se de forma remota durante 2022.

Cabe ressaltar que o ensino remoto emergencial aconteceu primeiramente sem discussão nas escolas de educação básica, não houve discussão coletiva, não se considerou as condições de acesso às tecnologias e materiais necessários por parte dos professores e estudantes, nem as condições das famílias para que este ensino ocorresse. [...]. Logo que as escolas estavam funcionando com aulas por plataformas digitais e entrega de materiais impressos para as famílias em plena pandemia, as universidades começaram a aderir a essa proposta, no mesmo caminho de pouca ou nenhuma discussão coletiva, não considerando as condições concretas da comunidade universitária para a viabilização dessa proposta. (COSTA, 2020, p. 11).

Essas ações foram iniciadas de modo abrupto, sem que pudesse contar com os recursos humanos e materiais necessários a uma mudança dessa natureza, e sua continuidade tem sido sustentada como inexorável, por exemplo, por organismos internacionais como o Banco Mundial.

As inovações que ocorrem nos períodos de enfrentamento e gestão de continuidade terão demonstrado o que pode ser feito quando os países usam as abordagens mais eficazes e equitativas para reduzir a lacuna de aprendizagem para todas as crianças. É essencial aprender com esses resultados positivos e integrá-los em processos regulares, inclusive por meio do uso mais eficaz da tecnologia em sistemas de ensino remoto [...]. (BANCO MUNDIAL, 2020, p. 9).

Temos, assim, o contexto que buscará a mutação da universidade de instituição social para uma organização, conforme utiliza Chauí (2003). Essa universidade, chamada por Chauí (2003) de “universidade operacional”, encontrará o pano de fundo perfeito para sua gestação numa ótica defendida pelos neoliberais. Para Chauí (2003), é, pois, uma universidade que se omite perante sua dimensão política, que não tensiona, onde a busca por eficiência, aumento da produtividade e desenvolvimento

de competências se espalharão como modelo formativo, agindo sobre o ensino, a pesquisa e a extensão.

Os desafios postos pela pandemia criaram um cenário propício às novas ações, sem que fossem aprofundadas as discussões sobre como deveriam se portar institucional e academicamente as instituições de ensino para enfrentá-los. As universidades passam a ser cobradas para, além de responder às exigências impostas pela grave crise sanitária e econômica do momento, oferecer respostas sobre as perspectivas de um “novo tempo” que iria emergir a exigir uma “outra universidade”. (BANCO MUNDIAL, 2020).

Diante deste contexto apresentado e exposto até aqui, faz necessário apreender os desdobramentos para as universidades, e desta forma são colocados para este trabalho as seguintes questões: (1) O que o neoliberalismo dispôs, nesse contexto de aguda crise causada pela pandemia da Covid-19, particularmente no que se refere ao ensino superior, como possíveis alternativas para o estabelecimento de um “novo normal”? (2) Quais foram as respostas dadas pelas universidades federais, nesse mesmo contexto, no que se refere ao seu alinhamento às projeções sobre a necessidade de uma nova universidade: se atualiza, aprofunda e busca se adequar a essas projeções ou se, ao contrário, desenvolve estratégias de oposição e confronto a essa perspectiva e propõe alternativas?

Dessa forma, este trabalho procura apreender se a pandemia tem sido um catalisador da adoção e/ou avanço das propostas neoliberais para as universidades federais, a partir da perspectiva de que viveríamos um “novo normal”. Buscamos, portanto, compreender as ações adotadas no âmbito institucional e acadêmico por universidades federais durante a pandemia, identificando como estas ações concretizaram ou combatem a perspectiva mercantil e utilitária de universidade propugnada pelo neoliberalismo.

Para tanto, foi realizada uma pesquisa de caráter documental e bibliográfico. A análise documental teve como referência cinco universidades federais, cada uma representando as cinco regiões brasileiras: Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal de Goiás (UFG), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal do Pará (UFPA) e Universidade Federal de Santa Maria/RS (UFSM). Uma instituição de cada uma das cinco regiões brasileiras foi selecionada de modo intencional, a partir de alguns critérios: a UFMG, por ser a

universidade federal melhor avaliada no Ranking Internacional - Times Higher Education<sup>14</sup>; a UFPA e a UFBA, por serem as maiores universidades federais em quantitativo de discente, docentes e técnicos administrativos de suas respectivas regiões; a UFG, por ser a sede do Programa de Pós-Graduação em Educação em que se realiza esta pesquisa; e a UFSM, por compor um grupo minoritário de universidades federais que em nenhum momento suspenderam as aulas em 2020, tendo, desde o início da pandemia, mantido as atividades de ensino em regime remoto.

Sobre estas instituições escolhidas, cabe uma breve descrição, feita a partir das informações disponíveis em seus endereços eletrônicos oficiais<sup>15</sup>, além da síntese dos seus principais dados acadêmicos apresentados no quadro 01, considerando o ano que antecede a pandemia - 2019.

Quadro 1 – Indicadores do quantitativo de pessoas nas IFES estudadas – N° de Matrículas de Graduação e Pós-Graduação, Quadro de Docentes e de Técnicos Administrativos ativos – 2019

<b>IFES</b>	<b>Matrículas (Graduação)</b>	<b>Matrículas (Pós-Graduação)<sup>1</sup></b>	<b>Quadro Docente</b>	<b>Quadro Técnico Adm.</b>
UFBA	37.490	7.814	2.864	3.075
UFG	25.813	5.991	2.879	2.491
UFMG	31.414	11.463	3.324	4.293
UFPA	36.088	7.970	2.994	2.539
UFSM	20.583	4.924	2.077	2.664

Fonte: Painel Universidade 360: <https://www.gov.br/mec/pt-br/universidade360/painel-universidade-360/>. / Elaboração do autor. / <sup>1</sup> Mestrado e doutorado.

A Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), criada em 7 de setembro de 1927 com o nome de Universidade de Minas Gerais (UMG), começa suas atividades como uma instituição privada, que era subsidiada pelo Estado. Fundada da união da Faculdade de Direito, da Escola Livre de Odontologia, da Faculdade de Medicina e da Escola de Engenharia, vai se tornar Universidade Federal a partir de 1965, por determinação do Governo Federal, tornando-se uma instituição pública. Conta com 108 cursos de graduação e 94 programas de pós-graduação.

<sup>14</sup> Disponível em: [https://www.timeshighereducation.com/world-university-rankings/2022/world-ranking#!page/0/length/25/locations/BRA/sort\\_by/rank/sort\\_order/asc/cols/stats](https://www.timeshighereducation.com/world-university-rankings/2022/world-ranking#!page/0/length/25/locations/BRA/sort_by/rank/sort_order/asc/cols/stats). Acesso em: 10 Dez. 2022

<sup>15</sup> UFBA: <https://www.ufba.br/> UFG: <https://www.ufg.br/> UFMG: <https://ufmg.br/> UFPA: <https://portal.ufpa.br/> UFSM: <https://www.ufsm.br/>

A Universidade Federal da Bahia (UFBA) tem sua criação em 18 de fevereiro de 1808, quando o Príncipe Regente Dom João VI funda a Escola de Cirurgia da Bahia, considerada a primeira instituição de ensino superior do Brasil. Em 1950, passa a Universidade Federal da Bahia, integrando as escolas isoladas e instituindo outros cursos. Atualmente, é organizada em 3 campi, com 143 cursos de graduação e 85 programas de pós-graduação. Já a Universidade Federal do Pará (UFPA), criada em 2 de julho de 1957, congregou de início sete faculdades federais, estaduais e privadas já existentes em Belém: Medicina, Direito, Farmácia, Engenharia, Odontologia, Filosofia, Ciências e Letras e Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais. É a maior universidade pública da Amazônia, com 12 campi que agregam 243 cursos de graduação e 182 programas de pós-graduação.

A Universidade Federal de Goiás (UFG) foi criada em 14 de dezembro de 1960, a partir da junção de cinco escolas superiores já existentes em Goiânia, capital do estado – Faculdade de Direito, Faculdade de Farmácia e Odontologia, Escola de Engenharia, Conservatório de Música e Faculdade de Medicina. Conta com 176 cursos de graduação e 100 programas de pós-graduação distribuídos em 6 campi.

E, por último, a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), criada em 14 de dezembro de 1960 como Universidade de Santa Maria (USM), passando a ter a denominação atual cinco anos depois. Foi a primeira universidade federal criada fora de uma capital brasileira, além de tornar o Rio Grande do Sul o primeiro estado a contar com duas universidades federais. Iniciou suas atividades com a Faculdade de Farmácia, de Medicina, de Odontologia e o Instituto Eletrotécnico. Conta atualmente com 128 cursos de graduação e 60 programas de pós-graduação.

A análise documental teve por base o estudo das atas de todas as reuniões ocorridas entre março e dezembro de 2020 dos respectivos Conselhos Universitários dessas instituições. A ênfase nos Conselhos Universitários levou em conta sua representatividade e relevância, por ser o organismo máximo de função normativa, deliberativa e de planejamento das universidades. Ao todo, foram selecionadas 47 atas, organizadas conforme o Quadro 2.

Quadro 2 – Síntese da análise documental das atas dos conselhos superiores – UFBA, UFG, UFMG, UFPA e UFSM (2020)

<b>IFES</b>	<b>Quant. Atas</b> (n° de reuniões no período)	<b>Quant. total de páginas</b>	<b>1ª reunião</b>	<b>Última reunião</b>
UFBA	8	49	18.03	15.12
UFG	13	48	08.05	27.11
UFMG	7	72	28.05	22.10
UFPA	13	76	23.03	15.12
UMSM	6	44	30.4	27.11

Fonte: Elaboração do autor.

As atas foram lidas e estudadas tendo como parâmetros: I. identificar as referências ao contexto da pandemia e suas consequências nas ações acadêmicas e administrativas; II. indicar a presença de pontos de discussão que tivessem relação com as características do neoliberalismo; III. selecionar e classificar trechos das atas a partir da aproximação de certos princípios caros ao neoliberalismo, quando este é pensado dentro do espaço de uma universidade. Por essa perspectiva, organizamos uma série de trechos retirados das atas, com os quais indicamos e delimitamos a presença desses pontos e sua forte influência no que se discutia e até mesmo decidia nessas universidades no período analisado.

Importante frisar que por se tratar de documentos públicos os nomes das instituições foram identificados, contudo, na medida do possível foi ocultado os nomes de pessoas que eram identificadas nas atas, mantendo apenas identificação de cargos.

Esta análise documental foi acompanhada de um estudo bibliográfico realizado em artigos de periódicos, obtidos em duas fontes de pesquisa - o Portal de Periódicos da Capes e o Google Acadêmico, publicados entre janeiro de 2020 e dezembro de 2021, que discutiram os impactos da Pandemia de Covid-19 sobre o ambiente acadêmico e as perspectivas para o ensino superior, com destaque para as universidades federais.

Assim, organizamos esta tese em três capítulos, sendo que os dois primeiros buscam contextualizar o neoliberalismo, compreendendo seus fundamentos e suas especificidades, delimitando seu estágio atual e, dessa forma, analisar seus

desdobramentos no Brasil para o ensino superior e em especial sua relação com as universidades públicas. E o terceiro traz os desdobramentos dos estudos realizados nos dois primeiros e que se deslocam para se entender as tendências que estariam sendo apresentadas para, principalmente, as instituições de ensino superior como “novas”, fruto da perspectiva de um “novo normal” que se apresentaria na sociedade após a pandemia.

É assim que, no primeiro capítulo, um estudo feito sobre o neoliberalismo apresenta as principais perspectivas teórica e histórica sobre esta categoria, delimitando suas características. Nesse capítulo, foi apresentado o contexto brasileiro diante do desenvolvimento do neoliberalismo e, por conseguinte, as peculiaridades da sua “versão” brasileira. Ao aprofundarmos o estudo sobre o neoliberalismo, foi possível delimitar o conceito com o qual esta tese se fundamenta.

Nesse sentido, a definição de Saad-Filho, que define o neoliberalismo como uma etapa do sistema capitalista, foi apropriada como nosso parâmetro de estudo. Ao estudarmos o neoliberalismo, defendemos que sua concepção não se limita a uma delimitação de tamanho do Estado, assim como, e ainda fundamentados nos estudos de Saad-Filho, abordamos as peculiaridades do neoliberalismo no Brasil.

No segundo capítulo, discutimos o ensino superior no Brasil no contexto das últimas três décadas, o contexto neoliberal dentro das universidades brasileiras, bem como analisamos seus desdobramentos nas universidades públicas. Nesse capítulo, foi feito um estudo sobre os dados do censo do ensino superior das últimas décadas, de forma que se identificou uma tendência privatizante no mesmo a partir da década de 1990.

Nesse capítulo, partimos da definição de universidade contida em Etzkowitz (2005, 2017) para apontar as características neoliberais no ensino superior e especificamente no caso brasileiro. Este estudo teve, sobretudo, as contribuições de Chauí (2001, 2016), Gentili (2001), Silva Júnior (2017), que permitiram, primeiro, perceber a “presença” neoliberal em projetos e programas para as universidades públicas brasileiras desde a década de 1980, mas, sobretudo, apreender como a Pandemia de COVID-19 pode ter catalisado a entrada e a consumação do neoliberalismo nas ações acadêmicas das universidades federais brasileiras. Agregamos, ainda, o estudo realizado nas atas das cinco universidades escolhidas, em que ficou evidenciado nas pautas e discussões registradas nas atas dois

destaques: o gerencialismo<sup>16</sup> e a inovação tecnológica. Nesse capítulo, os trechos das atas são explorados, de modo a demonstrar como a questão do gerencialismo aparece e de que forma se alinharia com as perspectivas do que é requerido pelos neoliberais.

E, conforme estudo realizado nesse segundo capítulo, foi evidenciado nas atas um destaque para que se buscassem adequações das universidades ao contexto que ora se apresentaria com a pandemia. Então, ficou destacado que a inovação proveniente da tecnologia traria algo novo e inovador, diante de um cenário de algo que precisaria ser superado. Dessa forma, o terceiro capítulo busca apreender a relação entre o “novo normal”, as mudanças requeridas às universidades e o avanço do neoliberalismo nessas instituições. Para isso, foi realizado um estudo bibliográfico que buscou compreender os aspectos que estão envolvidos nessa “nova” normalidade, suas características e seu contexto diante dessa etapa do sistema capitalista.

O contexto de isolamento social, que consolidou uma necessidade de uso intensivo das tecnologias da comunicação e informação, amplificou a defesa dos potenciais da tecnologia para educação, agora, referenciados pela experiência que as universidades viveram durante o período de suspensão das aulas presenciais. Nesse capítulo, exploramos as relações entre o avanço do neoliberalismo nas universidades e o papel das tecnologias da comunicação e informação, mediados sobre a propensa emergência de um “novo mundo”, de um “novo normal” e de como as universidades iriam inserir-se nesse cenário.

Por fim, questões que já eram cobradas pelo mercado às universidades públicas, sobre melhoria da eficiência, maior dinamismo para se ajustarem às mudanças no mercado de trabalho e a aproximação destas instituições do mundo corporativo, vão encontrar na pandemia um momento peculiar para tentar potencializar essa “nova universidade” a partir dos processos privatizantes do conhecimento, numa adequação das instituições ao “novo normal”, alavancados pelas inovações tecnológicas.

---

<sup>16</sup> De modo muito sintético, pode-se entender o gerencialismo como uma doutrina de reforma do Estado inspirada em princípios importados do mercado e que tem como principais características o planejamento e a elaboração de políticas com ênfase em metas de desempenho para nortear o funcionamento do setor público. (BURGOS; BELLATO, 2019, p. 920).

## CAPÍTULO 1 NEOLIBERALISMO: SUA HISTÓRIA E SEUS FUNDAMENTOS TÉORICOS

Os dias passam lentos  
Aos meses seguem os aumentos  
Cada dia eu levo um tiro  
Que sai pela culatra  
Eu não sou ministro, eu não sou magnata  
Eu sou do povo, eu sou um Zé Ninguém  
Aqui embaixo as leis são diferentes  
Eu sou do povo, eu sou um Zé Ninguém  
Aqui embaixo as leis são diferentes  
(Biquini Cavado)<sup>17</sup>

O neoliberalismo costuma ser caracterizado a partir de uma série de reformas realizadas após a década de 1970 em várias partes do mundo de interesse do mercado, que incluíam a privatização, a remoção de leis e regulamentações que limitavam a atividade empresarial, a liberalização do comércio e a limitação do papel do Estado na economia. Na maioria das vezes, essas reformas contam com o auxílio de organizações internacionais, como o Fundo Monetário Internacional, e estão relacionadas a expressões como “mais mercado e menos Estado”, que é uma apologia à premissa do liberalismo como uma teoria construída sobre a ideia de um Estado limitado, tanto em virtude dos seus poderes quanto das suas funções. Sobre as suas funções, este se constituiria em um Estado mínimo. (BOBBIO, 2017). Nesse caso, o neoliberalismo, através dessas reformas e medidas, constituiria um Estado mínimo (menos Estado) com muitas de suas funções substituídas pelo setor privado (mais mercado).

A reforma do Estado, que se tornou tema central nos anos 90 em todo o mundo, é uma resposta ao processo de globalização em curso, que reduziu a autonomia dos Estados de formular e implementar políticas, e principalmente à crise do Estado, que começa a se delinear em quase todo o mundo nos anos 70, mas que só assume plena definição nos anos 80. (BRESSER-PEREIRA, 1996, p. 296).

O neoliberalismo, contudo, vai além das reformas e não se caracteriza apenas pelo “tamanho do Estado” ou por ações de organismos internacionais. Sobre o

---

<sup>17</sup> Trecho da música “Zé Ninguém”, da banda Biquini Cavado. Composição de Miguel Cunha e Bruno Gouveia, foi lançada no álbum Descivilização, de 1991.

“tamanho do Estado a referência é o papel do governo na sociedade, na forma como ele utiliza as políticas sociais públicas e a forma como ele usa essas políticas em áreas como educação, saúde ou previdência social, assim como sobre a presença estatal na economia e o tamanho da intervenção deste no mercado.

Desde os anos de 1980, o neoliberalismo vem se constituindo como uma etapa do sistema capitalista, notadamente a última etapa da fase imperialista (NETTO; BRAZ, 2012). Os autores caracterizam o imperialismo como “o capitalismo que domina ao longo do século XX – e, com novas determinações, ingressa no século XXI” (Ibidem, p. 182). Essa etapa tem, portanto, promovido e fortalecido os interesses de grupos econômicos específicos nas diversas partes do planeta, constituindo-se em concepções ideológicas, ideias e fundamentos teóricos, que não são únicos e nem coerentes, mas dotados de um *leitmotiv*<sup>18</sup> que deve ser distinguido para a devida apreensão do neoliberalismo.

Inclusive, é importante lembrar que não foram apenas políticos conservadores que passaram a adotar o neoliberalismo ao longo do tempo. Ainda nos anos 1970 reformas neoliberais também foram levadas a cabo por políticos de tendência social-democrata, dando origem posteriormente à chamada terceira via, ou ao que a teórica política Nancy Fraser chama de “neoliberalismo progressista”: políticas neoliberais combinadas com a defesa de direitos humanos. (ROCHA, 2021, p. 23).

Uma discussão aprofundada sobre o neoliberalismo requer delimitar seu percurso histórico, os desdobramentos que ocorreram ao longo do tempo e suas características. Nesse caso, descreve-se seu percurso para, posteriormente, identificar-se a estrutura conceitual e as características do neoliberalismo - o seu “motivo condutor”.

Dada a diversidade de domínios em que o neoliberalismo pode ser encontrado, o termo é frequentemente usado de forma um tanto indiscriminada e bastante pejorativa para significar qualquer coisa “ruim”, caracterizando diferentes processos sociais (por exemplo, privatização), instituições (por exemplo, mercados livres) e atores sociais (por exemplo, poder corporativo) (Boas e Gans-Morse 2009). Embora haja uma razão estratégica para tal uso, particularmente no sentido de mobilizá-lo como um “slogan político radical” (Peck, 2004), tal falta de especificidade reduz sua

---

<sup>18</sup> *Leitmotiv*, do alemão, **motivo condutor**. Pode ser definido como um tema melódico ou harmônico destinado a caracterizar um personagem, uma situação, um estado de espírito. Uma ideia, fórmula que reaparece de modo constante em obra literária, discurso publicitário ou político, com valor simbólico e para expressar uma preocupação dominante. (Grifo nosso).

capacidade como quadro analítico.(SPRINGER et al., 2016, p. 2, tradução nossa).

E, de fato, se precisarmos entender as transformações nas últimas décadas, isso requer necessariamente compreender o neoliberalismo. Portanto, “se o neoliberalismo deve servir como uma maneira de entender a transformação da sociedade nas últimas décadas, o conceito precisa ser esmiuçado” (SPRINGER et al., 2016, p. 2, tradução nossa). E o ponto de partida para a construção do seu conceito é uma revisão crítica do seu desenvolvimento histórico, desde a sua origem, o que de imediato já estabelece os primeiros dissensos entre seus intelectuais, até o estabelecimento como modelo econômico e político capitalista contemporâneo.

### 1.1 Paris, Mont Pèlerin ou Viena?

Descrever quando os teóricos do neoliberalismo iniciam sua cruzada por divulgação de suas ideias já apontará a polissemia do conceito sobre ele ao mesmo tempo que permitirá apreender seu conceito e características. Historicamente, o ano de 1947 tem sido considerado por muitos de seus estudiosos como o marco fundacional do neoliberalismo. Nesse ano e na localidade de Mont Pèlerin, na Suíça, numa conferência internacional organizada por Friedrich Hayek e que contou com filósofos, economistas e políticos de vários países, com destaque para a presença de Ludwig von Mises, Milton Friedman e Karl Popper, é fundada a Mont Pèlerin Society, uma organização pautada pela defesa do livre mercado e que buscava promover o liberalismo, conforme foi expresso em declaração de fundação<sup>19</sup>:

Os valores centrais da civilização estão em perigo. Em grandes extensões da superfície da Terra, as condições essenciais da dignidade e liberdade humanas já desapareceram. Em outros, eles estão sob constante ameaça do desenvolvimento das tendências atuais da política. A posição do indivíduo e do grupo voluntário é progressivamente prejudicada por extensões do poder arbitrário. Mesmo o bem mais precioso do Homem Ocidental, a liberdade de pensamento e expressão é ameaçada pela disseminação de credos que, reivindicando o privilégio de tolerância quando estão na posição de minoria, procuram apenas estabelecer uma posição de poder na qual possam suprimir e obliterar todos os pontos de vista, exceto os deles. O grupo sustenta que esses desenvolvimentos foram promovidos pelo crescimento de uma visão da história que nega todos os padrões morais absolutos e pelo crescimento

---

<sup>19</sup> THE MONT PELERIN SOCIETY. Statement of Aims. Disponível em: <https://www.montpelerin.org/statement-of-aims/>. Acesso em: 19 mar. 2022.

de teorias que questionam a conveniência do Estado de Direito. Mont Pèlerin (Vaud, Suíça, 8 de abril de 1947, tradução nossa).

Esse grupo, capitaneado principalmente por Hayek e Mises, seria, décadas depois, referência para as medidas adotadas por países como Chile (durante o regime ditatorial de Augusto Pinochet), EUA (no mandato presidencial de Ronald Reagan) e Grã-Bretanha (chefiada pela primeira-ministra Margaret Thatcher), configurando o que seria efetivamente a materialização das ideias neoliberais nos governos desses países. “Vale dizer que a primeira experiência de neoliberalização ocorreu no Chile depois do golpe de Pinochet no ‘pequeno 11 de setembro’” (HARVEY, 2014, p. 17).

Por outro lado, ocorrera, alguns anos antes, em 1938, na cidade de Paris, o Colóquio Walter Lippmann, organizado pelo filósofo francês Louis Rougier, reunindo um grupo de intelectuais, dentre os quais Friedrich Hayek, Jacques Rueff, Raymond Aron, Wilhelm Röpke e Alexander Rustow, em torno do lançamento da edição francesa do livro de Walter Lippmann, *An Inquiry into the Principles of the Good Society*. Como mostram Dardot e Laval (2016, p. 74), a obra de Lippmann era vista pela organização do encontro como um “manifesto de reconstrução do liberalismo” capaz de contribuir com o processo de refundação teórica da doutrina liberal e deter os efeitos considerados negativos do *laissez-faire*.

Rougier, no discurso que abriu os trabalhos do colóquio, assinala que esse esforço de refundação ainda não tem um nome oficial: deve-se falar em “liberalismo construtor”, “neocapitalismo” ou “neoliberalismo”, termo que, segundo ele, parece prevalecer no uso corrente? Refundar o liberalismo para melhor combater a grande ascensão do totalitarismo é a meta que Rougier pretendia dar à reunião da qual foi o promotor, sublinhando que a ambição do colóquio era condensar um movimento intelectual difuso. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 75).

Nesse Colóquio, além da crítica contundente ao liberalismo *laissez-faire*<sup>20</sup>, é trilhado um percurso teórico acerca da tese de que o regime liberal pressupõe o fortalecimento do intervencionismo jurídico do Estado, tese essa por sinal motivo de divergências entre os participantes do evento. De fato, o Colóquio Walter Lippmann estabeleceu como pauta “a teorização de um intervencionismo propriamente liberal.” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 73).

---

<sup>20</sup> *Laissez-faire* é uma expressão em francês que significa “deixe fazer”. A expressão popularizou-se como forma de identificar o liberalismo clássico e seus princípios baseados na completa liberdade de mercado e na não intervenção estatal.

Enquanto um grupo entende a necessidade de renovar a doutrina do *laissez-faire*, um segundo grupo entende que o liberalismo carece de uma refundação e propõe um intervencionismo de características liberais. O primeiro grupo, encabeçado por Hayek e Von Mises, que anos depois levantaria suas teses para a reunião da Mont Pèlerin, insiste na ideia de que as falhas do liberalismo devem ser explicadas pelos desvios de seus princípios. Já o grupo liderado por Lippmann e um grupo de teóricos alemães entendem que as causas da crise do liberalismo estão no próprio liberalismo. (DARDOT; LAVAL, 2016).

Um novo elemento na discussão sobre a “origem” do neoliberalismo é apontado por Slobodian (2021), professor de história da Wellesley College (EUA), ao descrever os anos de carreira de Mises na Câmara de Comércio e Indústria da Baixa Áustria (que mais tarde se tornaria a Câmara de Comércio de Viena), onde também Hayek trabalhou. Para Slobodian (2021, p. 45), compreender que a história do neoliberalismo tenha começado em Viena na década de 1920 “esvazia a narrativa auto-heroizante dos intelectuais solitários em batalha e revela o mundo em que os futuros neoliberais formaram seus princípios.

Os historiadores referem-se ao famoso Colóquio Walter Lippmann de 1938 em Paris como o "local de nascimento do neoliberalismo". Eles raramente notam, entretanto, este foi apenas um episódio em uma década de projetos sobrepostos devotados ao estudo das condições da “Grande Sociedade”, não em nível nacional, mas em escala global. O neoliberalismo nasceu de projetos de observação mundial, coleta de estatísticas globais e investigações internacionais do ciclo econômico. (SLOBODIAN., 2021, p. 71).

É nesse cenário, trabalhando em Viena, que Mises irá construir sua formação, além de ser de onde partiram seus primeiros textos. Sobre Mises e a visão de Estado que foi construindo ao longo de sua trajetória, Slobodian (2021, p. 46-47) afirma:

No entanto, sua versão do neoliberalismo nunca rejeitou o Estado como tal. A atribuição de um "Estadofobia"<sup>21</sup> por Michel Foucault aos neoliberais

---

<sup>21</sup> Sobre a fobia do Estado, Foucault (2008, p. 103-104) assim se manifestou: “Todos vocês, é claro, conhecem Berenson, o historiador da arte. Ele já era quase centenário, ou seja, não demoraria muito a morrer, quando disse algo assim: ‘Deus sabe quanto eu temo a destruição do mundo pela bomba atômica; mas há pelo menos uma coisa que temo tanto quanta esta, que é a invasão da humanidade pelo Estado.’ Creio que temos aí, no estado mais puro, mais decantado, a expressão de uma fobia do Estado cujo acoplamento com o medo da bomba atômica é certamente um dos traços mais constantes. [...] Fobia do Estado cujos agentes portadores também foram numerosíssimos, pois vão dos professores de economia política inspirados no neomarginalismo austríaco aos exilados políticos que, desde os anos 1920, 1925, certamente tiveram na formação da consciência política do mundo contemporâneo um papel considerável, que talvez nunca tenha sido estudado a fundo.” (FOUCAULT, 2008).

austríacos é um mal-entendido; especialmente considerando a carreira de Mises como um defensor do uso de impostos do governo para financiar interesses comerciais. Mises se tornaria um santo padroeiro dos libertários americanos, mas ele não apenas trabalhou profissionalmente como conselheiro do governo financiado pelo Estado, como também viu um papel importante para o Estado na proteção da propriedade e na manutenção da paz. Em uma frase reveladora de 1922, ele chamou o Estado de "um produtor de segurança".

Onde teria sido lançada a “pedra fundamental” do neoliberalismo então? É uma questão irrelevante? De forma alguma! Contudo, a resolução da questão não está na escolha de um desses momentos como a pedra angular, mas na percepção das divergências e aproximações entre os primeiros pensadores neoliberais, além, é claro, de estabelecer, com base nesses marcos históricos, as características que estiveram na origem, mas que, com os devidos ajustes, mantiveram-se ao longo da história dos neoliberais.

Em um ponto todos concordavam: o liberalismo necessitava ser reavaliado. Para alguns, o *laissez-faire* havia falhado e nesse ponto as divergências surgiam sobre que papel o Estado deveria assumir. Um grupo centrado na escola alemã, e que viria a conceber o Ordoliberalismo<sup>22</sup>, avalizava uma supervisão estatal forte da economia, enquanto, no lado oposto, liderado por Mises e Hayek, defendia-se o papel do Estado na supressão das barreiras para o mercado.

Para Mises, a avaliação da ação do Estado dependia do campo de engajamento. O próprio Estado imperial não o preocupava. Seu medo era de um governo intervencionista que apelasse ao "povo" para a sua legitimidade. Seu Estado só poderia encontrar legitimidade na defesa da santidade da propriedade privada e das forças da competição. (SLOBODIAN, 2021, p. 47).

O fato é que, após a década de 1930, uma mudança drástica aconteceu. A antiga crença de liberdade de mercado e no Estado mínimo, que fundamentava o “liberalismo clássico” – *laissez faire*, perderia terreno para um Estado ativo, nesse caso, na organização de uma economia de mercado. O liberalismo, para Merquior (2014, p. 42), “nasceu como um protesto contra os abusos do poder estatal” e assim, continua o autor, o “liberalismo procurou instituir tanto uma limitação da autoridade quanto uma divisão da autoridade.”

---

<sup>22</sup> “[...] o ordoliberalismo é a forma alemã do neoliberalismo. O termo ‘ordoliberalismo’ resulta da ênfase em comum desses teóricos na ordem constitucional e procedural que se encontra na base de uma sociedade e de uma economia de mercado”. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 101).

Como sintetiza Rocha (2021), o liberalismo clássico incluía uma ideia de livre mercado que se mantém completamente afastado do Estado, já os neoliberais, ao contrário, defendem que o Estado deve intervir na economia com um papel ativo e promotor do livre mercado.

Assim, se para os adeptos do *laissez-faire* o Estado não deveria ter papel algum na regulação da economia, os neoliberais acreditam que o Estado deve atuar no sentido de criar um aparato jurídico-legal para fomentar o bom funcionamento do livre mercado, daí a novidade que justifica o emprego do prefixo “neo”. (ROCHA, 2021, p. 25).

“A dicotomia entre a intervenção ou a não intervenção do estado é inteiramente falsa, e o termo *laissez-faire* é uma definição bastante ambígua e ilusória dos princípios em que se baseia uma política liberal.” (HAYEK, 2010, p. 95). Não é o tamanho do Estado que define o neoliberalismo, mas o neoliberalismo que define como ele utilizará o Estado. A dimensão do Estado para os neoliberais não passa de um simulacro, já que toda a doutrina política do neoliberalismo perpassa, sim, um redesenho do Estado. “Está claro que todo o Estado tem de agir, e toda ação do Estado implica intervir nisto ou naquilo. Mas não é isso que vem ao caso.” (Idem).

Um aparato teórico constituir-se-á a partir das divergências e convergências que foram se estabelecendo a partir da década de 1920, em Viena, e dos diversos momentos em que os neoliberais estiveram reunidos ou formulando suas teorias. O que iria se espalhar pelo mundo, e se assentaria no projeto de vários governos após a década de 1970, é fruto dessa gênese polissêmica construída a partir das críticas e indagações ao liberalismo.

Mas, durante décadas, os neoliberais tiveram sua rede de influência restrita a grupos específicos, a alguns *think-tanks*<sup>23</sup> e círculos acadêmicos. As reuniões da Sociedade Mont Pèlerin não obtiveram o alcance necessário para dirimir um novo paradigma econômico e político. Ao final da década de 1950, os neoliberais não

---

<sup>23</sup> O primeiro *think tanks* pró-mercado fundado nos EUA foi em 1946, a Foundation for Economic Education (FEE), e contou com fundos do milionário Willian Volker (ROCHA, 2021, p. 28).

“As ideologias políticas costumam ser difundidas das mais diversas formas. À esquerda, os partidos atuaram como organizações fundamentais para tal fim durante o século XX [...]. Já à direita, as principais organizações responsáveis por disseminar a defesa da propriedade privada e a liberalização da economia na mesma época são chamadas de *think tanks* [...]. A expressão *think tanks* remonta às salas secretas nas quais eram discutidas estratégias de guerra e passou a ser mais utilizada por volta da década de 1960 nos Estados Unidos. As primeiras *think tanks* criadas pelos norte-americanos eram organizações civis privadas, mantidas com doações de pessoas físicas e jurídicas, que reuniam especialistas e técnicos, normalmente recrutados junto a academia.” (Ibidem, p. 27-28).

possuíam prestígio, o oposto do que vinha sendo obtido pelas ideias de Keynes e as premissas de gestão macroeconômica. O conjunto de ideias de Keynes propunha a intervenção estatal na vida econômica com o objetivo de conduzir a um regime de pleno emprego. O objetivo do keynesianismo era manter o crescimento da demanda em paridade com o aumento da capacidade produtiva da economia, de forma suficiente para garantir o pleno emprego, mas sem excesso, pois isso provocaria um aumento da inflação. (HUNT; SHERMAN, 2000).

Contudo, já na década de 1960, esse modelo keynesiano já demonstrava indícios de problemas, mesmo com uma certa estabilidade sendo vivida pelos grandes países da Europa e pelos EUA. O final da década de 1960 e início da de 1970 serão marcados pela crise decorrente do aumento da demanda de produção dos países da Europa Ocidental e do Japão. Esses países passariam a oferecer produtos a preços e custos mais competitivos e dessa forma pressionavam a demanda mundial. (HARVEY, 2009).

A partir do final da década de 1970, houve um processo de estagnação, agregado ao aumento da inflação e crescimento dos índices de desemprego. Em consequência, consolida-se uma queda de rentabilidade do capital industrial e da diminuição da capacidade de acumulação.

De modo mais geral, o período de 1965 a 1973 tornou cada vez mais evidente a incapacidade do Fordismo e do Keynesianismo de conter as contradições inerentes ao capitalismo. Na superfície, essas dificuldades podem ser melhor apreendidas por uma palavra: rigidez. Havia problemas com a rigidez dos investimentos de capital fixo de larga escala e de longo prazo em sistemas de produção em massa que impediam muita flexibilidade de planejamento e presumiam crescimento estável em mercados de consumo invariantes. Havia problemas de rigidez nos mercados, na alocação e nos contratos de trabalho (especialmente no chamado setor —monopolista). (HARVEY, 2009, p. 135).

Dessa forma, a grande crise fordista preparou o terreno para a ascensão do neoliberalismo. Harvey (2014) e Plehwe (2016) demonstram que as elevadas taxas inflacionárias, aliadas ao baixo crescimento, nesse caso a estagflação, que modelaram o cenário de fracasso das tentativas keynesianas, abriram caminho para os neoliberais como resposta à crise que avançava.

Na década de 1970, a preparação das redes de intelectuais e think tanks durante as décadas de 1950 e 1960 proporcionou ao neoliberalismo grandes capacidades para explorar plenamente os problemas e contradições dos oponentes, mesmo que os neoliberais continuassem a travar uma batalha

árdua em algumas áreas (por exemplo, no que diz respeito à defesa de Pinochet, no que diz respeito ao ativismo ambiental, etc.). (PLEHWE, 2016, p. 68, tradução nossa).

No Chile, após um golpe de Estado em 1973 destituir o presidente Salvador Allende, o ditador Augusto Pinochet inicia a implementação de uma série de reformas de caráter neoliberal capitaneada por um grupo de economistas oriundos da Universidade de Chicago, e ex-alunos do então professor Milton Friedman, formando um grupo conhecido como os “*The Chicago Boys*”. Apesar do contexto autoritário e ditatorial, isso não impediu que o “exemplo” chileno não servisse para as reformas que viriam a ser implantadas nos Estados Unidos, na administração de Reagan e na Grã-Bretanha sob a chefia de Thatcher. O capitalismo assume o neoliberalismo (HARVEY, 2014) como resposta às diversas tentativas de resolver a crise estrutural que se iniciou a partir da década de 1970.

Em 1974 e 1976, respectivamente, Hayek e Friedman ganham os prêmios Nobel de Economia<sup>24</sup>. A teoria neoliberal alcança com essas premiações a respeitabilidade acadêmica. Em 1979, com eleição de Margaret Thatcher e as mudanças na política monetária norte-americana implementadas pelo presidente do Federal Reserv, Paul Volcker, dá-se início ao processo de abandono, nesses países, do modelo keynesiano. A partir da década de 1980, o neoliberalismo começa a alcançar seu status atual de protagonista do sistema capitalista contemporâneo.

A despeito de seu fortalecimento nas décadas seguintes, o neoliberalismo enfrentará três momentos de grandes questionamentos, quando teve de encarar até mesmo o anúncio de sua morte, ou sua “não morte”.<sup>25</sup> Entenda-se por “não morte” momentos de grande crise enfrentados pelo neoliberalismo, onde, pelas condições estruturais enfrentadas, seu fim era anunciado ou cogitado. Assim, primeiro na década de 1990 (primeira “não morte”), quando uma série de partidos sociodemocratas e trabalhistas assume os governos das principais potências mundiais ocidentais, com

---

<sup>24</sup> “[...] em 1968 o *Sverige Riksbank* (Banco Central da Suécia), comemorando seu tricentenário, instituiu o “Prêmio *Sverige Riksbank* de Ciências Econômicas em memória de Alfred Nobel”, patrocinado pelo próprio banco. Por esta diferença, ele não leva o nome de “Prêmio Nobel” em sua nomenclatura oficial, mas é anunciado e entregue junto aos outros Prêmios Nobel (embora não na mesma semana), além de ter o ganhador escolhido pela Real Academia Sueca de Ciências.” Essa informação e a lista de escolhidos pelo prêmio estão disponíveis no *site* do Conselho Federal de Economia. Disponível em: <https://www.cofecon.org.br/premio-nobel-de-economia/>. Acesso em: 31 mar. 2022.

<sup>25</sup> Crouch (2011) analisa como o neoliberalismo se tornou politicamente mais forte mesmo após uma grande crise enfrentada em 2018.

destaque para as eleições de Tony Blair e Bill Clinton, que comandariam a chamada terceira via, mas logo, junto com Gerhard Schröder na Alemanha, seriam reconhecidos, segundo Plehwe (2016, p. 61, tradução nossa), assim:

[...] tornaram-se famosos principalmente por seus esforços para estender as ideias neoliberais ao setor público em geral e à esfera da política social e do mercado de trabalho em particular. Novos tipos de mercantilização, como parceria público-privada e nova gestão pública, liberalização financeira transfronteiriça e contenção do estado de bem-estar social, tornaram-se pedras angulares de novas reformas social-democratas (Birch e Siemiatycki 2015; Helleiner 2014; Svalfors e Taylor-Gooby 1999). Por outro lado, poucos esforços foram feitos para reverter as agendas neoliberais anteriores, e os eleitores desiludidos acabaram abandonando a social-democracia e as políticas em geral, em massa (Marlière, 2008; Mair, 2013; Plehwe et al., 2006).

Anos depois, o neoliberalismo enfrentaria sua nova “não morte”, a “Crise do *Subprime*”<sup>26</sup>, de 2007. Políticos e intelectuais declararam então o fim do neoliberalismo. A crise de escala global fez com que medidas keynesianas fossem recuperadas em vários países. Assim, apenas dois anos depois, os governos retornam as políticas de austeridade e de contenção de gastos no setor público e os ditames neoliberais assumem novamente a frente das linhas de frente dos governos. (PLEHWE, 2016, p. 61).

Em anos mais recentes, o mundo enfrenta uma pandemia que colocou em xeque todo o corolário adotado pelos neoliberais nas últimas décadas. Mais uma vez, coloca-os diante de mais uma “não morte”. A crise econômica e o agravamento das desigualdades sociais impulsionado pela pandemia têm levado ao questionamento sobre a forma como o sistema capitalista tem sido gerido a partir da década de 1980, sendo ventilada que estaria em causa uma possível derrocada das ideias neoliberais. (CARVALHO, 2020).

Nesse contexto, a valorização súbita dos sistemas públicos de saúde, das redes de proteção social, das políticas de desenvolvimento produtivo e tecnológico e, de forma geral, do papel do Estado na alocação dos recursos da sociedade tem levado alguns analistas a considerar essa crise como um

---

<sup>26</sup> A *Crise do Subprime* foi o nome dado à crise financeira iniciada em 2007, motivada pela concessão de empréstimos hipotecários de alto risco (em inglês: subprime loan ou subprime mortgage), e que provocou a insolvência, ou seja, um estado em que o devedor tem prestações a cumprir superiores aos rendimentos que recebe, afetando assim as bolsas de valores do mundo todo. Para muitos analistas, foi a maior crise desde a de 1929. Informações adaptadas de: [https://brasil.elpais.com/brasil/2017/08/05/economia/1501927439\\_342599.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/08/05/economia/1501927439_342599.html). Acesso em: 20 jul. 2019.

golpe fatal no neoliberalismo ou, quem sabe, no próprio capitalismo. (CARVALHO, 2020, p. 10-11).

Quanto a essa última “não morte” neoliberal, até o momento não tem se mostrado diferente das anteriores. O neoliberalismo não demonstrou enfraquecimento diante do cenário da pandemia de Covid-19 e a crise econômica que a acompanhou. Nesse sentido, há que se pensar o quanto estas crises e desastres não têm sido utilizados como as oportunidades de mercado, conforme indica Klein (2008), que também afirma que essas crises podem fortalecer, ou até mesmo consolidar, as adequações neoliberais. “As crises são, de certo modo, zonas democráticas livres – brechas no sistema político convencional, que se formam quando a necessidade de consenso e de consentimento não parece se adequar.” (KLEIN, 2008, p. 169).

As crises são inerentes ao capitalismo como modo de produção e ocorrem num processo de ajuste e acomodação das suas próprias contradições. Elas existem nas relações da produção e consumo, da oferta e demanda, do trabalho morto e trabalho vivo, do valor de uso e do valor de troca, que tendem ao tensionamento cada vez maior no curso da acumulação e que, portanto, precisam ser realinhadas durante a mesma. Essas crises podem resultar de uma superacumulação ou de uma redução considerável dos lucros, ou de problemas, no curso da oferta de produtos e ou na demanda por consumo. (COGGIOLA, 2021; NETTO; BRAZ, 2012).

Num processo de ajuste e reordenamento das contradições existentes nas relações de consumo e produção, da demanda e da oferta, trabalho e capital, as crises se tornam parte essencial do sistema capitalista, como uma marca ou, numa melhor definição de Fontes (2017, p. 413), uma “marca genética” desse modo de produção.

Para Coggiola (2021, p. 117), o capitalismo possui em sua própria constituição a condução, a sua própria decadência: “as próprias leis internas ao capitalismo o conduzem a crises cada vez mais profundas em última análise direcionam-no à própria morte”. Marx já demonstrara o caráter orgânico das crises para o capitalismo, sendo que elas “são sempre apenas violentas soluções momentâneas das contradições existentes, erupções violentas que restabelecem por um momento o equilíbrio perturbado.” (MARX, 2017, p. 288).

Anteriormente, as crises eram provocadas por fracassos na colheita, por guerras ou por algum fenômeno natural; caracterizavam-se por escassez de alimentos e outros artigos necessários, cujos preços se elevavam. No entanto, as crises

ocorridas com o advento da industrialização não são mais devidas à escassez de algum produto.

Antes que o capitalismo dominasse, a vida econômica conhecera abalos, mais ou menos regulares, vinculados às condições meteorológicas e às colheitas, aos equilíbrios demográficos, às guerras. Toda a fase de industrialização capitalista é feita através de movimentos cíclicos de uma certa regularidade: períodos de prosperidade e de euforia freados por uma recessão ou quebrados por uma crise. (BEAUD, 2004, p. 194).

As crises assumem assim um papel crucial no próprio desenvolvimento do capitalismo, constituindo-se como parte da dinâmica do próprio sistema, inerentes ao seu funcionamento e parte do seu caráter contraditório. Produzir e gerenciar suas crises fazem parte da própria constituição do capitalismo e estas (as crises) estão dentro da própria natureza das relações sociais capitalistas e, portanto, não são acontecimentos esporádicos, errôneos ou circunstanciais, mas um elemento determinante do sistema.

A destruição violenta de capital, não por circunstâncias externas a ele, mas como condição de sua autoconservação é a forma mais contundente em que o capital é aconselhado a se retirar e ceder espaço a um estado superior da produção social. (MARX, 2011, p. 627).

Assim, uma crise precederá cada etapa ou fase do capitalismo, em que este irá se reestruturar, redesenhar-se e adequar-se, estipulando seu modo de acumulação a uma nova conjuntura econômica, social e política. Desse modo, “[...] o capital é irreformável porque pela sua própria natureza, como totalidade reguladora sistemática, é totalmente incorrigível.” (MÉSZÁROS, 2006, p. 27).

## 1.2 Os neoliberalismos

Em 2009, no documentário *Capitalism: A Love Story*, o norte-americano Michael Moore propôs expor o sistema capitalista, tendo como palco a crise financeira de 2008. Na produção, Moore parte de um breve relato do período em que

os EUA transitaram do keynesianismo, quando viveriam sua “Era de Ouro”<sup>27</sup>, para o governo de Ronald Reagan.

O documentário argumenta que o governo americano iniciaria, a partir de então, sua transformação em uma grande corporação, administrada pelos interesses do mercado, um sistema que, segundo Moore, “*tira e dá, mas que nos últimos anos tem tirado muito mais*”, o que, para o diretor, seria a principal característica do capitalismo norte-americano contemporâneo. Para Moore (2009), de um modelo capaz de promover o progresso e a melhoria das vidas das famílias norte-americanas, o capitalismo norte-americano passaria, a partir da crise da década dos anos de 1970, a adotar um modelo explorador e extremamente cruel, papel assumido nas crises do final dos anos de 1970 e principalmente na crise do *Subprime*, de 2007.

É interessante observar que, guardadas as devidas limitações conceituais e respeitada a liberdade artística do diretor, o que no documentário é explorado como uma nova configuração do capitalismo norte-americano pode ser identificado com a ascensão do neoliberalismo nos Estados Unidos. Expõe como o neoliberalismo foi, de forma indistinta e simplicista, sendo responsabilizado por “todo o mal” que aconteceu após a década de 1980. O “rótulo neoliberalismo, e não a ideia original, se tornou um obstáculo ao pensamento analítico preciso. Hoje o termo é usado de forma difusa e promíscua. Tornou-se um termo obrigatório de denúncia.” (JAMES, 2020, p. 485, tradução nossa).

Ao longo dos últimos anos, conforme o debate vem se tornado cada vez mais acirrado, o termo se tornou uma arma retórica, uma forma de qualquer um, a esquerda do centro, incriminar aquele que esteja apenas um pouco a sua direita. [...] Porém, “neoliberalismo” é mais do que uma gratificante alfinetada. Em alguns casos, é também, de certa forma, um par de óculos.<sup>28</sup>

---

<sup>27</sup> Expressão utilizada pelo historiador Eric Hobsbawm para o período entre as décadas de 1950 e 1970. Ficou conhecido como a era de ouro do capitalismo mundial, graças aos elevados índices de crescimento econômico, aumento da produção e do consumo.

<sup>28</sup> Neoliberalismo: A “grande ideia” que engoliu o mundo. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/570979-neoliberalismo-a-grande-ideia-que-engoliu-o-mundo>

Como bem sintetiza Venugopal (2015, p. 3), o neoliberalismo se tornou um “*zeitgeist*”<sup>29</sup> distópico”. Para Saad-Filho e Johnston (2015), o neoliberalismo enraizou de tal forma na sociedade em menos de uma geração que se tornou difícil avaliar sua dimensão histórica e principalmente definir a sua natureza. No entanto, é necessário estabelecer as bases do neoliberalismo, o que fizemos anteriormente, e de igual forma precisamos delimitar seu conceito, e assim parametrizar o caminho que tomaremos como base da nossa discussão.

Talvez essa seja uma tarefa das mais complexas, já que as inúmeras publicações e os diferentes campos teóricos têm levantado uma variedade imensa de perspectiva para definir o neoliberalismo, mas que carece de ser feita como consequência de estabelecer aquele conceito que fundamentará as outras análises deste trabalho.

Mascaro (2013, p. 121-123) identifica o neoliberalismo como um modo de regulação que, a partir da década de 1980, vem acompanhado de um novo regime de acumulação, uma organização que parte da Teoria da Regulação<sup>30</sup>. Pressupõe-se, de um lado, a existência de um **regime de acumulação** que estabelece a correspondência entre as condições de produção e as condições de reprodução dos assalariados, baseadas em princípios gerais de organização do trabalho com uso de técnicas que garantam a acumulação do capital, e de outro lado, um **modo de regulação** como sendo um conjunto dos hábitos, normas, leis, redes, que normatizam e regulam a ação dos indivíduos (ou grupos de indivíduos) segundo a lógica do conjunto do regime de acumulação.

O neoliberalismo é a manifestação de um modo de regulação que, a partir da década 1980, começa a tomar forma, acompanhando também um específico regime de acumulação, massivamente de capitais financeiros internacionalizados. (MASCARO, 2013, p. 122).

Este processo de reestruturação produtiva do capital, da qual o neoliberalismo pode ser tomado como emblema, promove mudanças ou ajustes capazes de fomentar as condições necessárias à expansão e manutenção do modo de produção

---

<sup>29</sup> *Zeitgeist* é um termo alemão cuja tradução significa espírito da época, espírito do tempo ou sinal dos tempos. Significa, em suma, o conjunto do clima intelectual e cultural do mundo, numa certa época, ou as características genéricas de um determinado período de tempo.

<sup>30</sup> Sobre o assunto, recomenda-se: BOYER, R. **A Teoria da Regulação: uma análise crítica**. São Paulo: Nobel, 1990.

capitalista. Já para Harvey (2014), o neoliberalismo constitui uma reorganização econômica, política e social em torno de um modo de acumulação e regulação do capital, com o objetivo de restaurar ou constituir o poder das elites econômicas.

Podemos, portanto, interpretar a neoliberalização seja como um projeto utópico de realizar um plano teórico de reorganização do capitalismo internacional ou como um projeto político de restabelecimento das condições da acumulação do capital e da restauração do poder das elites econômicas. Defenderei, a seguir, a ideia de que o segundo desses objetivos na prática predominou. (HARVEY, 2014, p. 27).

Harvey (2014), partindo de uma análise feita anteriormente por Duménil e Lévy (2007), concebe o neoliberalismo como uma ofensiva de classe, representando as formas políticas e econômicas voltadas para a recuperação do poder das elites capitalistas. Esse adverte, contudo, que “o neoliberalismo não se mostrou bom para revitalizar a acumulação de capital global, mas foi muito bem-sucedido em restaurar o poder de classe.” (HARVEY, 2007, p. 10).

Já Dardot e Laval (2016), partindo de uma análise de base foucaultiana, apresentam o neoliberalismo como uma nova racionalidade de mundo, que extrapola uma doutrina econômica ao estabelecer novos parâmetros nas ações dos governos e das pessoas. Segundo os autores, o neoliberalismo é um “sistema normativo que ampliou sua influência ao mundo inteiro, estendendo a lógica do capital a todas as relações sociais e a todas as esferas da vida” (Ibidem, p. 7).

Seguindo a mesma matriz utilizada pelos autores franceses, Gago (2018, p. 17) sustenta que o neoliberalismo é “a proliferação de modos de vida que reorganizam as noções de liberdade, cálculo e obediência, projetando uma nova racionalidade e afetividade coletiva. Para a autora, é preciso considerar a “articulação entre o neoliberalismo e subjetividades populares” para que se compreenda, segundo ela, o próprio neoliberalismo e sua consolidação. (Ibidem, p. 23).

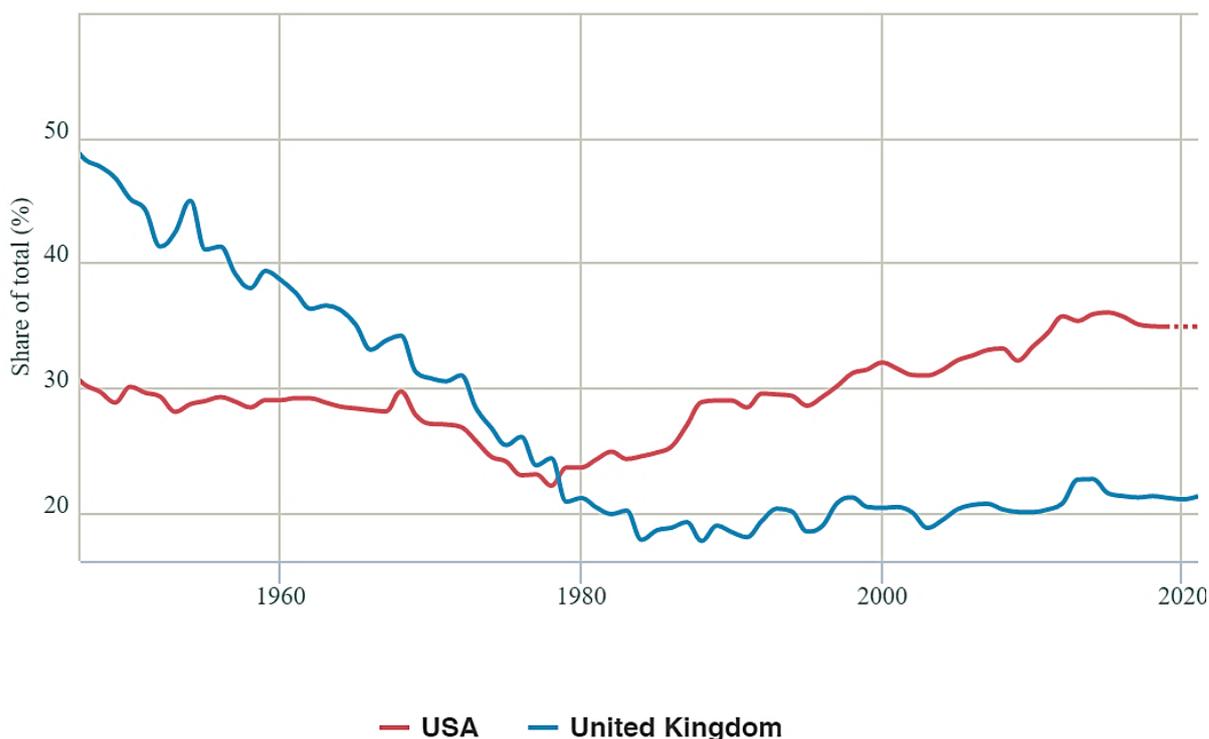
Mais recentemente, o historiador norte-americano Slobodian (2021) publica o que ele mesmo nomeia como um estudo histórico sobre o neoliberalismo, apresentando-o como uma renovação do liberalismo protagonizado pelos denominados “globalistas”. Para o autor, o projeto neoliberal foi e continua sendo um movimento inteiramente político, que buscou ampliar, num movimento global, as ações do mercado, protegendo-o dos governos nacionais. O neoliberalismo é um projeto intelectual que respalda e orienta politicamente uma elite transnacional que foi

se formando ao longo do século XX, consolidou-se na atualidade, e tem como foco defender globalmente os mercados e a circulação dos capitais.

Se colocarmos muita ênfase na categoria fundamentalismo de mercado, fracassaremos em verificar que o foco real das formulações neoliberais não é sobre o mercado por si mas sobre o redesenho de Estados, leis e outras instituições para proteger o mercado. (SLOBODIAN., 2021, p. 20).

O neoliberalismo se estabelece como uma etapa do capitalismo, a forma que o capitalismo tomou para se recompor da crise de 1970. Após a crise estrutural do sistema de acumulação keynesiano e a queda substancial dos indicadores de riqueza das elites capitalistas (Figura 2), é o neoliberalismo que reerguerá o capitalismo da crise que ele estava vivendo.

Figura 2 - Participação do 1% de pessoas mais ricas na riqueza total – Estados Unidos e Reino Unido – 1960 a 2020



Fonte: World Inequality Database - <https://wid.world/>.

**Tradução:** *Share of total* = participação no total / USA: Estados Unidos / *United Kingdom*: Reino Unido

A figura expressa o cenário de perda cada vez maior, a partir da década de 1960, da participação dos mais ricos no cenário geral. “Uma coisa é ter uma parcela estável de um bolo em crescimento. Mas quando o crescimento entrou em colapso

nos anos de 1970 [...] as classes altas em toda parte se sentiram ameaçadas.” (HARVEY, 2014, p. 25).

Nesse contexto, é importante a contribuição de Fine e Saad-Filho que abordam o neoliberalismo como o modo do capitalismo, um sistema de acumulação, “como estrutura material de reprodução social, econômica e política sustentado pela financeirização, caso em que o neoliberalismo é a atual fase, estágio ou modo de existência do capitalismo.” (FINE; SAAD-FILHO, 2017, p. 687).

O SA é a configuração, a fase, a forma ou o modo de existência (esses termos são usados como sinônimos no que se segue) do capitalismo em dada conjuntura. Ele é determinado pelas relações de classe encapsuladas no modo de extração, acumulação e distribuição do mais-valor e pelas estruturas e pelos processos institucionais mediante os quais essas relações se reproduzem (incluindo as formas políticas de representação de interesses e as modalidades de metabolismo social, como veremos). Uma vez que os sistemas de acumulação expressam a forma da relação de capital de maneira relativamente concreta, em um momento e um lugar específicos, eles são intrinsecamente variados. (SAAD-FILHO, 2017, p. 24).

Saad-Filho indica a financeirização como a característica estrutural desse sistema de acumulação, além de indicar um tripé econômico<sup>31</sup> que combina metas para inflação, câmbio flutuante e superávits primários. “Como tal, as finanças tornaram-se o modo de existência do capital em geral no capitalismo. A sua proeminência expressa a subsunção real dos capitais individuais pelo (interesse do) capital como um todo [...]” (SAAD-FILHO, 2015, p. 65-66).

Essa etapa do sistema capitalista, marcadamente dominada pelo capital financeiro, vai se caracterizar pelo predomínio das finanças na acumulação capitalista. Isso, como afirma Harvey (2014, p. 21), “aprofundou o domínio das finanças sobre todas as outras áreas da economia assim como sobre o aparato de Estado”. E segue o autor demonstrando que ela “criou ainda uma volatilidade sempre crescente nas relações globais de troca; houve sem sombra de dúvida uma mudança de poder da produção para o mundo das finanças”. (Idem).

Saad-Filho (2020) organiza o neoliberalismo em três fases, que, como o próprio autor afirma, são muito mais lógicas do que propriamente cronológicas, haja vista que

---

<sup>31</sup> A partir do final da década de 1990, em comum acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), em contrapartida ao apoio financeiro oferecido por este fundo, a política econômica brasileira tem sido regida por um tripé de políticas macroeconômicas pautadas pelo: 1. regime de câmbio flutuante com livre mobilidade de capitais, 2. busca pela formação de superávits primários e 3. estabelecimento de metas de inflação. (MELO; SOUZA, 2022; SOUZA; CORTE, 2020).

podem ter tempos de início ou superação, serem avançadas ou retardadas, dependendo de cada país, região ou circunstância. A primeira fase, que seria de transição ou de choque, é caracterizada por uma forte intervenção estatal, por meio da qual foram estabelecidos os devidos ajustes e reformas necessários para a ampliação do domínio financeiro, como as privatizações e o controle do trabalho. (SAAD-FILHO; MORAIS, 2018).

No caso do Brasil, Saad-Filho e Moraes (2008) apontam que essa transição foi validada pelas eleições presidenciais de 1989, que leva ao poder a plataforma neoliberal de Fernando Collor. Contudo, indicam os autores, como seu plano de governo não conseguiu estabilizar a economia e o crescimento inflacionário, sua administração acabou sendo interrompida e posteriormente Collor veio a sofrer um processo de impeachment, obviamente agravado por uma série de escândalos pessoais e com recursos públicos. Assim foi com o Plano Real, implantado em 1994 pelo então ministro da Economia, Fernando Henrique Cardoso, posteriormente eleito presidente, que a transição brasileira ao neoliberalismo se efetiva.

Em resumo, o Plano Real ofereceu uma estratégia segura para reduzir a inflação e apoiar as reformas neoliberais. As importações foram liberalizadas e tornadas artificialmente baratas", enquanto altas taxas de juros, empréstimos estrangeiros, privatizações e aquisições de empresas nacionais por capitais transnacionais trouxeram a moeda estrangeira necessária para financiar o déficit externo que ocorreria como parte essencial do plano e que foi apresentado, positivamente, como "captação de poupanças externas". A inflação despencou, enquanto os consumidores se refestelavam com automóveis novos, quinquilharias e férias baratas no exterior, pagos em pequenas prestações mensais. (SAAD-FILHO; MORAIS, 2018, p. 109).

Já em uma segunda fase, que o autor chama de madura, o neoliberalismo busca estabilizar as relações sociais impactadas na etapa anterior, e principalmente para consolidar a financeirização "na reprodução econômica e social, o gerenciamento, por esse setor, do novo modo de integração internacional, a estabilização das relações sociais impostas na fase anterior" (SAAD-FILHO; MORAIS, 2018, p. 97).

[...] a financeirização sustenta o neoliberalismo analítica, econômica, política e ideologicamente, e tem sido um dos principais motores da reestruturação da economia global desde os anos 1970; financeirização é, então, o traço definidor das formas assumidas hoje pela acumulação e reprodução econômica e social. (FINE; SAAD-FILHO, 2017, p. 691, tradução nossa).

É nessa fase também que se consolida o processo de “promoção de uma subjetividade neoliberal e a introdução de políticas sociais neoliberais para gerir as privações impostas às camadas populares no processo de transição” (Ibidem, p. 97). Harvey (2014, p.13) chama esse processo de neoliberalização: o neoliberalismo “passou a afetar tão amplamente os modos de pensamento que se incorporou às maneiras cotidianas de muitas pessoas interpretar, viverem e compreenderem o mundo.”

Para o Brasil, é a crise cambial de janeiro de 1999 que encerrou a fase de transição neoliberal e introduz o país numa fase madura. Essa mudança, que vai introduzir um novo ordenamento econômico, como já citado aqui, introduz no país a adoção do tripé macroeconômico. Para Saad-Filho e Moraes (2018, p.114), essas políticas buscaram garantir a redução da inflação, diminuição das taxas de juros e medidas que garantissem a independência do Banco Central.

Apesar de seu baixo crescimento, a economia brasileira passou, na década de 1990, por mudanças maiores que as ocorridas em qualquer outra década desde a Segunda Guerra Mundial. A mais importante foi a transição da ISI para um sistema de acumulação neoliberal baseado na financeirização, em um novo papel econômico do Estado e na integração mais próxima da indústria e do setor financeiro brasileiros ao capital transnacional. (SAAD-FILHO; MORAIS, 2018, p. 117).

Para os autores, no Brasil, o neoliberalismo se acomodaria durante os dois mandatos do Partido dos Trabalhadores, sob a presidência de Lula, entre janeiro de 2003 a dezembro de 2011. Para eles, as concessões concebidas por Lula na *Carta ao Povo Brasileiro*<sup>32</sup>, “implicariam a manutenção da arquitetura institucional do neoliberalismo maduro e a continuidade das políticas macroeconômicas vigentes no governo FHC”, embora destaquem que esta continuidade seria realizada com maior “competência, honestidade, criatividade e sensibilidade para políticas sociais compensatórias.” (Ibidem, p. 140).

Outros pesquisadores assinalam uma continuidade do neoliberalismo no Brasil e em outros países da América do Sul, mesmo quando os governos eram de partidos de esquerda. No Brasil, Boito Jr. (2007, 2018) e Paulani (2003) apontam o quanto a

---

<sup>32</sup> A *Carta ao Povo Brasileiro* foi o título dado a um texto assinado em junho de 2002 pelo então candidato à Presidência, Luiz Inácio Lula da Silva, assegurando que, em caso de sua vitória, a política econômica não sofreria mudanças significativas, inclusive com a manutenção do tripé macroeconômico.

chegada do Partido do Trabalhadores à Presidência do país acabou demonstrando, na prática, como houve uma continuidade do modelo neoliberal iniciado no conturbado governo Collor e desenvolvido nos dois mandatos de Fernando Henrique. Já Gago (2018) identificou o mesmo movimento em outros países da América do Sul, em especial na Argentina.

Acrescentamos que, além da correspondência objetiva entre os interesses do grande capital financeiro e o modelo neoliberal, verifica-se também a identificação política e ideológica das entidades nacionais e internacionais do capital financeiro com **os sucessivos governos neoliberais no Brasil**. A política desses governos, de Fernando Henrique Cardoso a Luiz Inácio Lula da Silva, vem sendo aprovada pelo FMI, pelo Banco Mundial e pela Federação Brasileira de Bancos (Febraban). Indicador significativo dessa situação é a simbiose que se verifica entre o pessoal dirigente dos sucessivos governos do período, principalmente o pessoal do Ministério da Fazenda e o do Banco Central, e o pessoal dirigente do setor financeiro nacional e internacional. (BOITO JR., 2018, p. 35, grifo nosso).

Já a terceira fase, que emerge após a crise financeira global de 2008, é caracterizada pela ascensão de medidas de austeridade fiscal e de práticas autoritárias. É nesse momento que o viés antidemocrático e autoritário do neoliberalismo se evidencia, sem qualquer restrição ou maquiagem, justificado por uma propensa necessidade de ajustes econômicos. Nessa fase, reformas foram agilizadas e, de certa forma, impostas, justificadas por imperativos do mercado, sustentadas por uma “ordem constitucional amplamente respeitada, bancos centrais independentes e as condicionalidades impostas em troca de alívio da dívida e ajuda” (AYERS; SAAD-FILHO, 2015, p. 9, tradução nossa).

Por outro lado, as mudanças institucionais, as mudanças nas estruturas de representação política e as transformações sociais e econômicas operadas pelo neoliberalismo reduzem sistematicamente o espaço para a expressão de interesses coletivos, o surgimento de programas transformadores e até mesmo a aspiração de mudar a sociedade para além do neoliberalismo. (FINE; SAAD-FILHO, 2017, p. 699).

O neoliberalismo será capaz de gerar um “novo autoritarismo”, que se valida institucionalmente pelo Estado, em grande parte “constitucional”. Desse modo, ele irá avançar não apenas como uma série de medidas econômicas, adotada por governos, mas como a própria forma como o Estado se portará na formulação, implementação e gerenciamento das políticas econômicas e sociais adotadas, incorporando a lógica

do mercado financeiro à estrutura institucional de um país. (AYERS; SAAD-FILHO, 2015).

A terceira fase brasileira do neoliberalismo, diferentemente do que aconteceu em outros países, não será emergida pela crise de 2008. O Brasil conseguiu, a partir de uma série de medidas econômicas que visavam ao aumento do consumo e, posteriormente, ao crescimento da produção, gerar um ambiente de crescimento econômico e ao mesmo tempo de euforia social.

O país também implementou uma política externa independente que seria impensável apenas alguns anos antes. Ativismo estatal centrado no investimento público e na redução da desigualdade em dois níveis: por meio de um programa de aceleração do crescimento baseado em investimentos estatais em infraestrutura, energia e transporte, e pela expansão do consumo por meio de programas de transferência, pessoal empréstimos e aumento mais rápido do salário-mínimo (que subiu 70% entre 2003 e 2010, desencadeando aumentos automáticos nas transferências federais para aposentados e desempregados e deficientes). (SAAD-FILHO, 2020, p. 10, tradução nossa).

Somente a partir da desaceleração econômica iniciada em 2011 que passou, conforme Saad-Filho e Moraes (2018), a insuflar um desgaste político do governo Dilma, que se agravou com uma série de manifestações populares e que culminou com as investigações que foram realizadas dos governos petistas. “Apesar do sucesso temporário respondendo à crise global, em 2009-10, logo ficou claro que a burguesia jamais encampou a internalização das fontes do crescimento.” (SAAD-FILHO, 2016, p. 173).

O abrandamento econômico e os subsídios e abatimentos fiscais provocaram uma forte deterioração do equilíbrio orçamental. Enquanto isso, a mudança ideológica da burguesia interna e suas perdas econômicas devido à recessão e à competição estrangeira empurraram esse grupo para a oposição. O governo foi confrontado por uma tempestade perfeita entre termos de troca em deterioração, inflação crescente, demanda em queda, investimento em queda, paralisia política e até escassez de água (por causa de uma seca prematura). Então, em 2014, a Polícia Federal e a Procuradoria Geral da República iniciaram a investigação anticorrupção Lava Jato, visando o PT e seus aliados tanto no estado quanto no empresariado. (SAAD-FILHO, 2020, p. 12, tradução nossa).

Após um desgastante processo de reeleição em 2014, Dilma passa os próximos meses do seu segundo mandato por um processo de esvaziamento político que vai culminar com seu *impeachment* em 31 de agosto de 2016. (SAAD-FILHO; MORAIS, 2018, p. 263-264). Desde o afastamento de Dilma, com a abertura do

processo de *impeachment*, em maio de 2016, quando seu vice, Michel Temer, assume, é que de fato o Brasil adentra na sua terceira fase do neoliberalismo, com uma série de medidas neoliberais de cunho “excludente, autoritário e internacionalizado.” (SAAD-FILHO, 2020, p. 13, tradução nossa).

Muitos dos ganhos de renda e emprego obtidos no PT evaporaram. A produção contraiu entre 2014 e 2016 e posteriormente estagnou. O déficit fiscal continuou grande e a dívida pública interna continuou a crescer. Vários “campeões nacionais” foram enfraquecidos ou vendidos ao maior lance (estrangeiro). A Petrobrás e a cadeia do petróleo estão sendo desmanteladas, e a repressão contra os movimentos sociais e a esquerda é cada vez maior. A extrema direita recuperou uma base de massa entre a classe média alta pela primeira vez desde o início dos anos 1960. Para completar, o ex-capitão Jair Bolsonaro, um grosseiro ultradireitista, foi eleito presidente em outubro de 2018.

Descritas então as fases com as quais o neoliberalismo é construído, chegamos ao *Leitmotiv* do neoliberalismo. É a financeirização o fio condutor que caracterizará essa etapa do sistema capitalista. No neoliberalismo, esta é a expressão concreta do capital financeiro, de forma que seus interesses passam a ser dominantes e determinantes, reconfigurando as demais instituições e ao mesmo tempo a própria subjetividade das pessoas.

Essa compreensão da financeirização tem quatro implicações significativas. Primeiro, a financeirização sustenta o neoliberalismo analiticamente, economicamente, politicamente e ideologicamente, e tem sido um dos principais motores da reestruturação da economia global desde os anos 1970; A financeirização é, então, a característica definidora das formas hoje assumidas pela acumulação e reprodução econômica e social. Em segundo lugar, a financeirização tem sido apoiada por transformações institucionais que expandem e intensificam a influência das finanças sobre a economia, a ideologia, a política e o estado. Terceiro, a financeirização contemporânea deriva tanto do boom do pós-guerra quanto de seu colapso na estagflação dos anos 1970. Em quarto lugar, a financeirização tem sido intimamente associada ao papel crescente do financiamento especulativo na reprodução econômica e social, não menos por meio da privatização de serviços públicos e, mais recentemente, de parcerias público-privadas no fornecimento de infraestrutura econômica e social. (FINE; SAAD-FILHO, 2017, p. 691. tradução nossa).

É essa violenta guinada social para a financeirização que será traduzida em uma institucionalização dos seus princípios à própria lógica estatal. É por isso também que a premissa de que o neoliberalismo estabelece um dualismo mercado *versus* Estado não se sustenta. “No neoliberalismo, as instituições estatais intervêm sobre e através dos mercados e outras instituições de maneiras específicas que tendem a

estender e/ou reproduzir o próprio neoliberalismo.” (FINE; SAAD-FILHO, 2017, p. 690, tradução nossa).

Portanto, ao pensarmos o neoliberalismo, cabe compreender que essa etapa do capitalismo não elimina ou reduz o Estado. O neoliberalismo não irá, como o slogan “menos Estado, mais Mercado” sugere, colocar em campos opostos Estado e mercado, Estado e capital. O neoliberalismo, ao contrário, vai se constituir sobre um modelo político e econômico em que a financeirização perpassa o Estado.

O Estado não se retira, mas se curva frente às novas condições que contribuiu para instaurar. A construção política das finanças globais é a melhor demonstração disso. É com os recursos do Estado, e com uma retórica em geral muito tradicional (o “interesse nacional”, a “segurança” do país, o “bem do povo” etc.) que os governos, em nome de uma concorrência que eles mesmos desejam e de uma finança global que eles mesmos construíram, conduzem políticas vantajosas para as empresas e desvantajosas para os assalariados dos seus países. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 282).

É nesse entrelaçamento entre mercado e Estado que se formará uma simbiose que se configurará muito mais como uma captura do Estado pelo mercado, na neoliberalização do Estado em prol do que Harvey (2014) aponta como restauração do poder de classe. A lógica na qual o capitalismo se constitui, como um sistema hegemônico, será reproduzida não necessariamente pelo Estado, mas no Estado.

Por este motivo, o Estado tem tanto protagonismo no neoliberalismo, seja produzindo legislações, regulamentos ou direcionando recursos públicos que privilegiam as corporações e seus negócios, assim como não tardará em usar do seu monopólio da força ou da criação de legislações coercitivas para reprimir movimentos opositores ao poder corporativo. (HARVEY, 2014, p. 87).

A ação estatal será modificada, ao invés de reduzida. Para Fine e Saad-Filho (2017), as intervenções do Estado, no neoliberalismo, irão reestruturar o capital e promover a sua reprodução econômica e social sob o viés da financeirização. E isso ficou evidente, exemplificam os autores, na forma como o Estado respondeu à crise global e à contínua recessão, “pois os interesses do capital privado em geral e das finanças em particular foram favorecidos pelo Estado” (FINE; SAAD-FILHO, 2017, p. 688, tradução nossa).

[...] o neoliberalismo redefiniu a relação entre a economia, o Estado, a sociedade e os indivíduos, incentivando os últimos a dar a suas vidas uma forma empreendedora e subordinando o intercâmbio social a critérios econômicos. A ideologia da autorresponsabilidade tem sido especialmente importante, ao privar os cidadãos de suas capacidades coletivas, eviscerar a cultura das classes trabalhadoras, colocar o mérito do sucesso e o peso do fracasso sobre os indivíduos isolados, e sugerir que a solução de todos os problemas sociais requer uma nova rodada de individualização e financeirização do intercurso social. (SAAD-FILHO, 2015, p. 67).

Musacchio e Lazzarini (2015) sustentam, a partir de um rigoroso estudo qualitativo, que, apesar do processo de privatização iniciado na década de 1980 na Europa e que se espalhou por todo o mundo, ele não alterou o tamanho do Estado no capitalismo, mas, sim, transformou o modo como os governos administram as empresas estatais e o próprio Estado. Um exemplo destrinchado pelos autores é o da relação do governo brasileiro com as empresas “campeãs nacionais”<sup>33</sup>, em que o Estado brasileiro foi diretamente responsável pelo crescimento dessas empresas, interferindo diretamente no mercado. As privatizações enfrentaram intensa oposição política e, em setores estratégicos específicos, os próprios governos decidiram que seria melhor manter certas empresas sob o controle estatal. (MUSACCHIO; LAZZARINI, 2015, p. 62).

Outro exemplo de que o neoliberalismo não reduz o tamanho dos gastos dos Estados é que, ao longo das últimas décadas, houve uma presença massiva estatal, com elevados gastos do governo (quase sempre superior a 40%) em proporção ao PIB, isto é, o Estado aumentou sua presença nos países capitalistas e ampliou seu nível de gasto. Como pode ser observado na Tabela 1, a presença do Estado foi ampliada em todos os países do G7, exceto Itália e Canadá, nos anos de 2008 a 2010, período em que o mundo se recuperava de uma das maiores crises do mercado financeiro.

Tabela 1 - Gastos totais do governo, incluindo gastos do governo com juros, como parcela do PIB nacional (%) - 1990-2010 - países do G7

País	1990	1995	1998	2000	2005	2008	2009	2010
<b>EUA</b>	40,59%	40,63%	37,70%	36,34%	38,96%	41,83%	45,16%	45,02%

<sup>33</sup> Campeãs Nacionais foi o nome dado às empresas que participaram de uma política implementada durante os mandatos do presidente Luiz Inácio “Lula” da Silva. Basicamente, consistia em oferecer empréstimos em condições favoráveis por meio da atuação do BNDES. O objetivo era transformar essas empresas em líderes de mercado e criar gigantes corporativos nos seus respectivos setores.

<b>Japão</b>	40,59%	37,48%	38,63%	40,62%	36,63%	38,33%	42,67%	42,46%
<b>Alemanha</b>	47,42%	58,36%	51,38%	48,30%	49,75%	46,81%	50,79%	50,37%
<b>Reino Unido</b>	44,77%	47,47%	42,93%	39,48%	46,19%	50,10%	53,34%	53,45%
<b>França</b>	52,24%	57,83%	56,07%	54,57%	56,27%	56,21%	59,18%	59,07%
<b>Itália</b>	62,95%	64,08%	57,39%	52,20%	52,59%	53,73%	56,15%	54,67%
<b>Canadá</b>	58,26%	58,05%	53,05%	48,21%	43,76%	43,42%	47,87%	47,52%

Fonte: Dados obtidos em <https://ourworldindata.org/>. Elaboração própria do autor.

Assim, o Estado é reestruturado no neoliberalismo de tal maneira que seu tamanho, sua presença ou sua intervenção não serão definidores do movimento neoliberal na sociedade. Isso porque este, como um agente político, tipicamente capitalista, poderá ser financeirizado, ou seja, o capital financeiro passará a ser o parâmetro das ações estatais, de seus agentes e de seus resultados.

[...] a intervenção estatal foi transformada em vez de simplesmente “reduzida” sob o neoliberalismo [...]. Atualmente, enquanto a lógica geral das políticas e intervenções do Estado continua a promover a reprodução econômica e social e a reestruturação do capital, os interesses e o papel das finanças vêm cada vez mais à tona, direta ou indiretamente. Isso fica evidente, por exemplo, nas respostas políticas à crise global e à recessão contínua [...]. (FINE; SAAD-FILHO, 2017, p. 691, tradução nossa).

O neoliberalismo, portanto, irá adjetivar o Estado a sua imagem e semelhança, o que permitirá ampliar sua influência sobre o cotidiano das pessoas naquilo que Harvey (2014) aponta como o estabelecimento do consentimento popular, só que não mais para uma virada neoliberal, e sim para legitimar a neoliberalização já em curso sobre vários setores da vida humana. “O poder que se exerce na família, na escola, na empresa, nos hospitais ou na prisão é conferido ou regulamentado por normas legais estabelecidas e fiscalizadas pelo aparelho de Estado”. (BOITO JR., 2007, p. 23).

Portanto, o Estado tem papel crucial e, de forma alguma, pode ser relegado a segundo plano na compreensão do neoliberalismo. O Estado é um “parceiro” político e ideológico da configuração social do individualismo como cerne dessa racionalidade. Ele, o Estado, ao mesmo tempo que é chamado “a regular as atividades do capital corporativo no interesse da nação”, é também, em prol de um alegado certo interesse

nacional, compelido “a criar um ‘bom clima de negócios’, para atrair o capital financeiro transnacional e global”. (HARVEY, 2009, p. 160).

O Estado se fortalecerá, ainda mais, como um garantidor das condições econômicas e políticas necessárias para a acumulação do capital (WOOD, 2014, p. 106), nesse caso específico, eliminando as barreiras entre os governos e os negócios corporativos, de forma que se fortaleçam as grandes corporações e seus empreendimentos. Por outro lado, as ações do Estado que se enveredarem por caminhos de solidariedade social, ou qualquer tentativa da parte do Estado de estabelecer limites para os mercados e seus negócios, passam a ser entendidas como um atentado à liberdade individual e, portanto, precisam ser adequadas. Conforme o entendimento dos executivos das finanças, isso significa manter a eficiência do Estado e garantir que suas contas estejam sempre ajustadas.

Temos, assim, o enfraquecimento dos laços sociais em virtude do fortalecimento das relações mercantis. Para grande parte dos neoliberais, o livre mercado é um sistema perfeito e orgânico, no qual os indivíduos, agindo em função dos seus interesses e desejos, gerariam o máximo de benefício coletivo, ou seja, o bem-estar de todos é igual à soma de todos os interesses individuais. Para os neoliberais, a motivação econômica é a síntese da vida na sociedade. (KLEIN, 2008, p. 30).

Desde os primeiros momentos da implantação de um Estado neoliberal, toda e qualquer forma de solidariedade social precisou ser dissolvida “em favor do individualismo, da propriedade privada, da responsabilidade individual e dos valores familiares”, como aponta Harvey (2014, p. 32). A classe trabalhadora que se constituirá nos anos de governos neoliberais será cada vez mais “atomizada”, “estruturalmente desorganizada”, “inexperiente na ação coletiva” e “desconfiada de estruturas de representação”, como bem definem Saad-Filho e Morais (2018, p.212).

Na raiz disso está a percepção de que são as relações mercantis que regulam todas as relações, tornando todos os indivíduos livres, formalmente iguais, proprietários privados de mercadorias que, nessas condições, encontram-se no “mercado” ora para vender sua mercadoria (no caso dos trabalhadores, sua força de trabalho em troca de salário), ora como compradores (dos gêneros necessários para sua subsistência e reprodução).

Nesse contexto, torna-se uníssona a ideia de que estamos experimentando uma nova era, mediada pela tecnologia da informação e pela reestruturação produtiva. O entendimento é de que a sociedade passa por níveis de complexidade jamais vistos, alterando a forma de ser e agir das pessoas e das instituições. Trata-se de um contexto em que foi deflagrada uma explosão tecnológica, que mudou consideravelmente o espaço produtivo, principalmente no que tange à automação, e um processo de intensa evolução nas tecnologias da informação e comunicação, integrando nações e pessoas.

É nessa sociedade que o indivíduo, inserido em uma sociedade, contudo isolado, mas que se declara independente, poderá ser “livre” para vender sua mercadoria. Nesse sentido, no neoliberalismo, o indivíduo emerge determinado pelas relações do mercado e de seu funcionamento, que por si só seriam capazes de assegurar um determinado bem-estar social. Teremos, na verdade, a crescente busca pela realização pessoal e pelo bem-estar individual, o que só aprofundaria o individualismo nesse contexto.

O neoliberalismo, ao afirmar que os imperativos do mercado são racionais e que, por si mesmos, são capazes de organizar a vida econômica, social e política, introduz a ideia de competição e competitividade como solo intransponível das relações sociais, políticas e individuais. (CHAUÍ, 2016, p. 108). Por consequência, a própria classe trabalhadora vai entrar no século XXI cada vez mais fragmentada e desmobilizada diante de uma cultura política individualista e antiestatal que vai se consolidando durante as últimas décadas do século XX. Assim, os indivíduos são cada vez mais levados a tomarem decisões pautadas pelo individualismo e pelo consumo. Os trabalhadores vão se tornar cada vez mais atomizados. (SAAD-FILHO; MORAIS, 2018, p. 199).

Ampliam-se a desestabilização do trabalhador e o fim da estabilidade profissional. Nesse momento, ganha vigor um discurso direcionado à conquista do emprego pelo indivíduo, um projeto que privilegia a competência individual em detrimento da qualificação do trabalhador. Lança-se aos indivíduos a responsabilidade de conquistarem as mais amplas e múltiplas competências para atenderem, a contento, e quando convocados, o mercado.

Paralelamente, os indivíduos são cada vez mais exigidos para assumirem maiores encargos e terem flexibilidade frente ao panorama social e econômico, que

em geral é hostil. De forma cada vez mais intensa, são cobradas as necessárias mudanças, atualizações e aperfeiçoamentos dos indivíduos e nos deparamos com novas requisições da sociedade, entre elas a de que os indivíduos se tornem empregáveis ou empreendedores.

O neoliberalismo estabelecerá, dessa forma, parâmetros de como as pessoas pensam sobre as corporações, sobre o direito, sobre a cultura e principalmente sobre si, como indivíduos (HARVEY, 2008). O particular, estabelecido pelo neoliberalismo, passa a ser conjugado como universal, e as determinações históricas passam a ser consentidas como naturais e peculiares dessa sociedade, estabelecendo o que Harvey (2008) chama de consenso neoliberal.

O neoliberalismo fortalece uma cultura empreendedora e um pensamento economicista ganha força e destaque, operando em benefício das elites econômicas, às quais este serve (HARVEY, 2008, p. 37). “E fez isso simplesmente disseminando a ideia de que não há alternativa para seus princípios, e que todos, confessando ou negando, têm de se adaptar às regras que deles derivam.” (PAULANI, 2005, p. 127). O neoliberalismo busca consolidar seu discurso que objetiva transformar ações políticas, em especial aquelas que envolvem os investimentos públicos e a macroeconomia, em decisões meramente técnicas e focadas na eficiência do uso dos recursos estatais. O mercado é, para os neoliberais, capaz de “organizar a vida econômica, social e cultural” (CHAUÍ, 2016, p. 108).

E no desenvolvimento de uma sociedade neoliberal e cada vez mais individualista, a mercantilização da vida humana passa a ser um princípio, na medida que uma necessidade, ou melhor, as necessidades humanadas passam a ser vinculadas ao consumo, da mesma forma que as necessidades coletivas passam a ser privatizadas. Os neoliberais, como aponta Harvey (2014, p. 76), afirmam que:

[...] a privatização e a desregulação combinadas com a competição eliminam os entraves burocráticos, aumentam a eficiência e a produtividade, melhoram a qualidade e reduzem os custos - tanto os custos diretos ao consumidor (graças a mercadorias e serviços mais baratos) como, indiretamente, mediante a redução da carga de impostos.

Dentre as implicações desse modo operante do neoliberalismo, especificamente para as universidades, objeto de estudo desta tese e tema do próximo capítulo, elas serão pressionadas para que se convertam em organizações

utilitaristas e funcionais a esta lógica financeira. A universidade requerida e almejada numa perspectiva neoliberal tem o conhecimento como um produto negociável e potencialmente lucrativo. Com isso, ganhará espaço nessas instituições a incorporação de práticas gerencialistas, assim como o tratamento do trabalho desenvolvido nessas instituições como mercadorias, com ênfase na valorização do desenvolvimento das potencialidades individuais.

A exigência passa a ser de que as universidades, atrelem suas ações ao mercado, sob o jugo do controle e da apropriação do conhecimento, numa verdadeira privatização do que é produzido nesses espaços. Dessa forma, à medida que o neoliberalismo avança sobre os Estados, as universidades públicas são cobradas a se readequarem para que possam sobreviver, adotando, assim, práticas e ações reputadas como mais eficientes e mais próximas do mercado.

O impacto para as universidades em termos estruturais tem sido o fomento às capacidades dos indivíduos e suas potencialidades, em parte sustentadas pela defesa da meritocracia, a implantação de práticas que impliquem uma maior responsabilidade financeira e o estabelecimento de regras específicas de controle dos recursos ali investidos.

Outro ponto importante de atenção quanto a um processo de neoliberalização das universidades é a criação de um ambiente tecnologicamente inovador e que busque, conseqüentemente, aumentar a produtividade. Nesse sentido, é cara a subordinação das práticas pedagógicas, de ensino e de pesquisa às necessidades do mercado, por intermédio das tecnologias da informação e comunicação. O que temos então é que a história da construção do consentimento neoliberal (HARVEY, 2014, p. 71) tem implicado “implantar à força uma cultura do empreendedorismo e impor estritas regras de controle, responsabilidade financeira e produtividade a instituições, como as universidades, em que essas medidas não eram muito adequadas.”

## CAPÍTULO 2 UNIVERSIDADE E NEOLIBERALISMO NO BRASIL: SÃO APENAS NEGÓCIOS?

Money, it's a crime  
Share it fairly, but don't take a slice of my pie  
Money, so they say  
Is the root of all evil today  
But if you ask for a rise, it's no surprise  
That they're giving none Away  
(Pink Floyd)<sup>34</sup>

A educação superior, que nas últimas três décadas do século passado iniciou um processo de expansão, caracterizou-se no Brasil de forma marcante por uma ascendente participação do setor privado. Em cerca de vinte anos, entre 1960 e 1980, o número de matrículas no ensino superior vai de 98.691 para 1.377.286, sendo que, no início da década de 1970, as matrículas nas instituições privadas superariam as matrículas nas públicas. Esse avanço do setor privado, conforme aponta estudo de Barreyro (2008), deu-se, predominantemente, a partir de instituições não universitárias<sup>35</sup>, já que do total de instituições de ensino superior no Brasil, em 1970, 80% dessas eram compostas por organizações não universitárias privadas.

Tabela 2 - Percentual de matriculados na graduação presencial, por categoria administrativa, Brasil, 1960-2020

Ano	% Pública	% Privadas	Nº Total
1960*	57,4%	42,6%	98.691
1970*	49,5%	50,5%	425.478
1980*	35,7%	64,3%	1.377.286
1990*	37,6%	62,4%	1.540.080
2000**	32,9%	67,1%	2.694.245
2010**	26,8%	73,2%	5.449.120
2018**	29,8%	70,2%	6.394.244
2019**	31,2%	68,8%	6.153.560
2020**	32,3%	67,7%	5.574.551

Fontes: \* Corbucci et al. (2016)\*\*Censo do Ensino Superior/Inep.  
Elaboração do autor.

<sup>34</sup> Trecho da música Money, composição de Roger Waters, do álbum *The Dark Side of the Moon* (1973). Dinheiro é um crime/Compartilhe de forma justa, mas não pegue uma fatia da minha torta/ Dinheiro é o que dizem/É a raiz de todo mal hoje/Mas se você pedir um aumento, não é surpresa/ Que eles não estão dando nenhum. (Tradução nossa).

<sup>35</sup> De acordo com a Lei nº 9394/96 (LDB) e Decreto nº 5.773/06, o ensino superior no Brasil é organizado em instituições universitárias, compostas por universidades e centros universitários, e por não universitárias, compostas por faculdades.

Desde a Reforma Universitária promovida a partir de 1968, por meio da Lei nº 5.540, uma nova lógica tem organizado a educação superior no Brasil, em que o setor privado passou a ter protagonismo, diferentemente dos anos anteriores, como mostra a Tabela 2. Por esta razão, estudar a educação superior no Brasil passa, necessariamente, por compreender a dinâmica histórica e social que se materializa nas disputas de interesses entre os setores público e privado. (CORBUCCI et al., 2016).

O ensino superior privado que surgiu após a Reforma de 1968 tende a ser qualitativamente distinto, em termos de natureza e objetivos, do que existia no período precedente. Trata-se de outro sistema, estruturado nos moldes de empresas educacionais voltadas para a obtenção de lucro econômico e para o rápido atendimento de demandas do mercado educacional. (MARTINS, 2009, p. 17).

Como o avanço do ensino superior privado não é mera consequência de uma abertura de mercado, ou fruto de modificações legais, é preciso compreender os propósitos que se instalam nesse crescimento substancial do setor. O que os números, indicados na tabela anterior indicam é de certa forma a confirmação de um processo gradual de destituição de direitos sociais ocorrida em várias partes do mundo e que, no Brasil, intensificou-se a partir da década de 1990. Conquistas, até então tratadas como direitos sociais, estão sendo privatizadas com o consentimento de diversos setores da sociedade (empresários, mídia e parlamentares) e capitaneado pelo próprio Estado. A partir desta década, políticas educacionais são convertidas aos ditames dos teóricos neoliberais institucionalizadas nas ações de organismos internacionais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, que passam a exercer grande influência nos sistemas educacionais de países como o Brasil.

Os organismos internacionais, a partir dessa realidade, passaram a determinar as metas que os países devem atingir, também em matéria de educação. Assim é que alguns organismos assumiram de forma velada o papel dos ministérios de educação. (MAUÉS, 2003, p. 93).

O Brasil, mais especificamente o Governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), teve sua política educacional fortemente direcionada pelo Banco Mundial, um órgão financiador que vinculava a execução das políticas por ele recomendadas à concessão ou não de empréstimos ao país em questão. No campo da educação, essas condições estavam relacionadas à flexibilidade dos países para implementar reformas profundas capazes de atrair financiamentos de investidores

privados, especialmente para o ensino técnico e superior. Nesse sentido, o Banco Mundial instituiu, à medida que concedia seus empréstimos, suas orientações quanto às reformas educacionais nos países em desenvolvimento, entre as quais estão o fomento à diferenciação das instituições, incluindo o desenvolvimento de instituições privadas, a ampliação da participação dos estudantes nos gastos e a redefinição do papel do governo na educação superior. (BANCO MUNDIAL, 1995, grifo nosso).

O processo da reforma do Estado, iniciada na segunda metade dos anos 1990, com a introdução da administração gerencial no setor público, que traz técnicas da administração do setor privado, vem pressionando as instituições educativas, desde então, à lógica do mercado por meio do aumento da produção, da competição, da valorização do cliente-consumidor, da ênfase nos resultados, na prestação de contas. Esse processo vem alterando paulatinamente natureza, a organização e a gestão dessas instituições, sobretudo das universidades federais. A reforma da educação superior, no governo FHC (1995-2002) e no governo de Lula da Silva (2003-2010), possibilitou um movimento de reconfiguração desse nível de educação, ao incentivar: novas fontes alternativas de financiamento (parcerias com setor produtivo e venda de serviço) e a competitividade entre as IES; a gestão gerencial; a centralidade dos sistemas de avaliação e regulação; o aumento ao acesso de novos públicos anteriormente excluídos; a diversificação de instituições, cursos e percursos acadêmicos; o ensino à distância; a parceria universidade-empresa por meio do fomento à inovação tecnológica; dentre outros. (OLIVEIRA, 2013, p. 8).

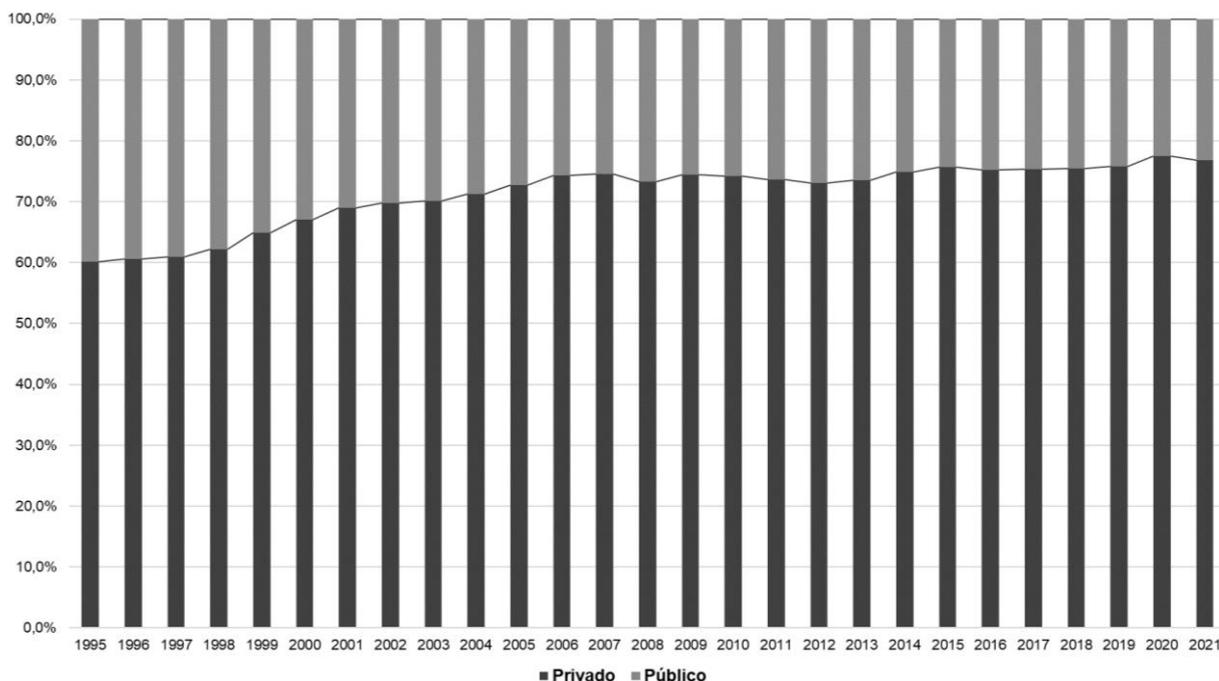
Assim, a década de 1990 apresentou o início de um processo de privatização da educação superior brasileira, que se consolidaria nos primeiros anos do século XXI. Para Leher (2021a, p.16), uma série de medidas foi adotada pelos governos brasileiros, especialmente após a Lei 9394/96 (LDB), que favoreceu o setor educacional privado e seus respectivos negócios. Entre as medidas, o autor cita:

[...] liberalização das mensalidades, a criação do Fies, a regulamentação dos centros universitários, o estabelecimento de mecanismos de avaliação decididamente favoráveis às empresas educacionais, o ProUni, o redimensionamento do Fies em 2010, a ampliação das disciplinas virtuais nos cursos presenciais e a legislação extremamente flexível para oferta da modalidade de educação a distância. (LEHER, 2021a, p. 16).

No início de 2000, o Brasil apresentava quase 70% dos seus alunos matriculados nos cursos de graduação em instituições privadas, proporção essa que se manteve com pequenas variações até 2021, conforme a Figura 3 demonstra. Essa relação entre matrículas no setor público e privado coloca o Brasil como o segundo país com a maior proporção de alunos matriculados no setor privado, num relatório feito com os países da América Latina e Caribe, perdendo apenas para o Chile

(FERREYRA et al., 2017), país considerado modelo da aplicação dos ditames neoliberais. E, para Leher (2021a, p. 15), esse “imenso espaço para negócios educacionais não é um fenômeno demográfico, mas político, pois decorre do reduzido alcance numérico das matrículas das instituições públicas de ensino superior”.

Figura 3 - Proporção do número de matrículas em cursos de graduação presenciais e a distância, por categoria administrativa, Brasil, 1995-2021



Fonte: Censo do Ensino Superior/Inep.  
Elaborado pelo autor.

Outro destaque importante é a participação pública na educação superior. Na Tabela 3, foi apresentado um estudo com base no crescimento das matrículas em cada governo desde a aprovação da atual Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº 9394/1996), buscando indicar em cada um desses governos a proporção da participação do setor público e privado, seja no número total de matrículas, seja por modalidade de ensino.

Os dados abaixo apontam duas importantes informações. A primeira aponta o crescimento do setor privado no total de matrículas, respondendo por mais de 70% do crescimento absoluto desde o governo de FHC, e alcançando expressivos 100% do crescimento no governo do presidente Jair Bolsonaro. A outra informação é o protagonismo assumido pela educação a distância (EaD) nas últimas décadas, sendo exclusivamente a única responsável pelo crescimento das matrículas no ensino superior desde 2016. Em 2020 e 2021, anos em que o país enfrentou medidas de

isolamento social por causa da pandemia, é a EaD a responsável pelo ensino superior não ter tido um déficit em comparação com anos anteriores, já que no ensino presencial houve uma redução no número de matrículas de forma substancial.

Tabela 3 - Participação na expansão das matrículas de graduação, nos governos, por categoria administrativa e modalidade de ensino – Brasil – 1995 a 2021

<b>Participação no Crescimento</b>	<b>1995-2002 (Governo FHC)</b>	<b>2003-2010 (Governo Lula)</b>	<b>2011-2015 (Governo Dilma)</b>	<b>2016-2018<sup>1</sup> (Governo Temer)</b>	<b>2019-2021 (Governo Bolsonaro)</b>
<b>Crescimento Absoluto</b>	<b>1.720.210</b>	<b>2.442.366</b>	<b>1.287.608</b>	<b>402.054</b>	<b>382.730</b>
Participação no Crescimento - Públicas	20,4%	19,1%	13,9%	21,7%	- 0,4%
Participação no Crescimento - Privadas	79,6%	80,9%	86,1%	78,3%	100,4%
<b>Participação no Crescimento - Presencial</b>	<b>97,7%</b>	<b>64,0%</b>	<b>68,9%</b>	<b>-39,8%</b>	<b>-230,08%</b>
Participação no Crescimento - Públicas	19,9%	13,3%	17,7%	9,2%	-226,6%
Participação no Crescimento - Privadas	77,7%	50,6%	51,1%	-49,0%	-4,2%
<b>Participação no Crescimento - EaD</b>	<b>2,3%</b>	<b>36,0%</b>	<b>31,1%</b>	<b>139,8%</b>	<b>330,8%</b>
Participação no Crescimento - Públicas	1,95% <sup>2</sup>	5,80%	-3,80%	12,5%	327%
Participação no Crescimento - Privadas	0,36% <sup>3</sup>	30,30%	35,00%	127,3%	3,8%

Fonte: Censo do Ensino Superior/INEP / Elaboração do autor.

\* Com o início do processo legal do impeachment de Dilma Rousseff, o seu vice, Michel Temer, assumiu em 12 de maio de 2016. Foi feita a opção por colocar os dados de 2016 no Governo de Temer.

\*\*Os cursos de Graduação EaD no setor público iniciaram sua oferta no censo em 2000.

\*\*\*Os cursos de Graduação EaD no setor privado iniciaram sua oferta no censo em 2002.

Torna-se, cada vez mais evidente, a proeminência de um modelo de expansão privatizante, confirmado pelos dados apresentados e que tende a impor cada vez mais uma hegemonia do setor privado na quantidade de matrículas, seja presencial e/ou a distância. Cabe desvelar esse panorama para a educação superior brasileira, bem

como as implicações desse modelo de expansão pautado e alicerçado pelo setor privado e que a cada ano impõe sua hegemonia de forma quantitativa. E, não sendo diferente, irá consolidar um modelo societário, uma concepção de educação e de universidade.

Esse percurso, até aqui descrito, pode ser configurado conforme o que Harvey (2005, p. 128) caracteriza como um processo de acumulação por espoliação: “A acumulação por espoliação pode ser aqui interpretada como o custo necessário de uma ruptura bem-sucedida rumo ao desenvolvimento capitalista com o forte apoio dos poderes do Estado”. O conceito da acumulação por espoliação pretende, segundo o autor, explicar o processo de expansão territorial, político, econômico e social do capitalista contemporâneo.

É nesse contexto que, numa reavaliação, Harvey (2005) indica que tais práticas originais de acumulação capitalista persistiram ao longo da história do capitalismo. Para ele, seria “estranho qualificar de primitivo” (Ibidem, p. 121) um processo que continua em andamento e assim passa a denominar de Acumulação por Espoliação, e que implica a redução e/ou eliminação de bens e direitos, só que, agora, um processo de espoliação em situações capitalistas.

Uma reavaliação geral do papel contínuo e da persistência das práticas predatórias da acumulação “primitiva” ou original no âmbito da longa geografia histórica da acumulação de capital é, por conseguinte, muito necessária, como observam recentemente vários comentaristas. Como me parece estranho qualificar de “primitivo” ou “original” um processo em andamento, substituirei a seguir esse termo pelo conceito de “acumulação por espoliação”. (HARVEY, 2005, p. 120-121).

Harvey designou assim a continuidade e a expansão de práticas de acumulação que Marx (2017) tratou como primitivas durante o surgimento do capitalismo, e que, por incrível que possa parecer, aprimoraram-se e passam a ter um papel muito mais poderoso que no passado original do sistema. Dessa forma, a acumulação por espoliação, de acordo com Harvey (2005, p. 122-123), além de aprimorar as estruturas da acumulação primitiva e ir além do processo de expansão territorial do capitalismo, estabeleceu “mecanismos inteiramente novos de acumulação por espoliação”. Dentre eles, destacamos:

**A corporativização e privatização de bens até agora públicos (como as universidades)**, para não mencionar a onda de privatizações (da água e de utilidades públicas de todo gênero) que tem varrido o mundo, indicam uma

nova onda de "expropriação das terras comuns". Tal como no passado, o poder do Estado é com frequência usado para impor esses processos mesmo contrariando a vontade popular. (HARVEY, 2005, p.123, grifo nosso).

Harvey (2014) lista então quatro características principais da acumulação por espoliação – a privatização e mercadificação, a financialização, a administração e manipulação de crises e a redistribuição via Estado. A primeira delas, a privatização e mercadificação, por sinal, é o traço importante do modelo de “negócios” neoliberal e que tem sido muito importante para permitir a acumulação e reprodução do capital em áreas até então consideradas intocáveis pela lógica do lucro e do mercado. E, nesse caso, fica claro que Harvey faz referência a campos como a educação e a saúde, que passam a ser espaços a serem espoliados pelo capital. “Todos esses processos equivalem à transferência de ativos do domínio público e popular aos domínios privados e de privilégio de classe.” (HARVEY, 2014, p. 174).

Como a privatização e a liberalização do mercado foram o mantra do movimento neoliberal, o resultado foi transformar em objetivo das políticas do Estado a "expropriação das terras comuns". Ativos de propriedade do Estado ou destinados ao uso partilhado da população em geral foram entregues ao mercado para que o capital sobreacumulado pudesse investir neles, valorizá-los e especular com eles. (HARVEY, 2005, p. 130).

A segunda, a financialização, é marcada pelo servilismo da economia ao capital financeiro. Assim, apresenta-se, segundo Harvey (2014), um sistema financeiro desregulado, com práticas especulativas e predatórias, que conta com operações fraudulentas, endividamento das famílias e do Estado. Passa-se “à escravidão creditícia”, manipulação de sistemas de créditos em benefícios de grandes corporações e inúmeras outras formas de extrair dinheiro através do sistema financeiro.

A ênfase no mercado acionário que surge ao reunir os juros dos proprietários e gerentes de capital com a remuneração desses últimos por meio de opções de mercado, conduziu, como sabemos agora, a manipulações no mercado que trouxeram enorme riqueza para poucos, às expensas de muitos. (HARVEY, 2007, p. 20).

A terceira característica apresentada por Harvey (2014, p. 174) é a administração e manipulação de crises, na qual é gerida, nas palavras do autor, “uma sofisticada arte de redistribuição deliberada de riqueza de países pobres para países ricos.” Por trás do forte arcabouço especulativo do capital financeiro, estabeleceram-se crises econômicas, que, desde a década de 1980, assolaram os países mais

pobres, o que acabou por amplificar a dívida desses países com organismos financeiros internacionais e, por conseguinte, promover a transferência da riqueza desses países para os países centrais do capitalismo ou para grandes corporações multinacionais.

As crises podem ser orquestradas, administradas e controladas para racionalizar o sistema. A isso com frequência se resumem os programas de austeridade administrados pelo Estado, que recorrem às alavancas vitais das taxas de juros e do sistema de crédito. Pode-se impor pela força externa crises limitadas a um setor, a um território ou a todo um complexo territorial de atividade capitalista. (HARVEY, 2005, p. 125).

E, por último, Harvey (2007, 2014) apresenta a redistribuição via Estado como mais uma das características da acumulação por espoliação. O Estado, nesse sentido, irá atuar onde formas de direitos de propriedade comunais, como pensões estatais, férias remuneradas, acesso à educação e saúde, que foram conquistadas por meio de lutas social-democratas, passam a ser reduzidas ou eliminadas, nesse caso, objetivando a ampliação da riqueza das elites capitalistas. Para isso, além dos processos de privatização e mercantilização, o Estado atuará nos ajustes tributários, na criação de políticas de subsídios e isenções fiscais para empresas, além de facilitar o acesso das grandes corporações aos recursos e bens públicos, seja por parcerias, seja pela mera concessão.

O Estado neoliberal consegue redistribuições graças a vários outros meios, como as revisões no sistema tributário, de modo a beneficiar os retornos de investimento em vez dos salários e ordenados, promover elementos regressivos no sistema tributário (como impostos sobre valor adicionado), reduzir gastos estatais públicos, promover o livre acesso a todos por meio do uso de taxas (exemplo, a educação superior), e prover um vasto conjunto de subsídios e cortes de taxas para as corporações. (HARVEY, 2007, p. 23).

Prosseguimos, assim, no estudo do que vem ocorrendo no ensino superior brasileiro. Então, tendo em vista a perspectiva de que estamos diante de processo de acumulação por espoliação, veremos a conquista pela iniciativa privada de um grande mercado consumidor, na medida em que, protegido pelo discurso da “democratização do ensino superior”, amplia suas possibilidades de gerar lucro.

A proeminente presença do setor privado no ensino superior não pode ser tratada como uma mera ameaça circunstancial, devendo ser encarada como a consolidação de um projeto de sociedade. O que está em jogo são lógicas distintas, são formas constitutivas dos sujeitos e das relações humanas. A privatização do

ensino superior evidencia um modelo dedicado à obtenção de lucro, à transformação de alunos em clientes, ao atendimento das demandas mercadológicas.

A subtração de privilégios adquiridos (como o direito a aposentadoria, assistência médica, educação gratuita e serviços adequados que amparam um salário social satisfatório) tornou-se, no neoliberalismo, uma forma descarada de espoliação racionalizada que agora é reforçada por uma política de austeridade adotada em nome da retidão fiscal. (HARVEY, 2016, p. 71).

Ou seja, a privatização pode aparentar como favorável às classes de menor renda, visto que o acesso à universidade passa a ser uma realidade. Ainda assim, mesmo quando parece ser benéfica, a privatização logo cobrará seu preço dos trabalhadores. Harvey (2014, p. 1176-177) demonstra exemplos do que aconteceu na Inglaterra, México, China e EUA onde programas e ações que privatizaram conquistas sociais e que, “numa primeira impressão”, mostraram-se como “uma benção para as classes baixas”, logo impuseram um custo social altíssimo a estes sujeitos.

Para Leher (2021a, p. 25), o processo de mercantilização ao qual o ensino superior foi submetido foi impulsionado pelo Estado, seja através da dispensa de pagamento de tributos, no caso do Programa Universidade para Todos<sup>36</sup>, que, para o autor, “indevidamente, repassa verbas públicas para organizações com fins lucrativos”; seja por repasse de recursos públicos, no caso do Fies<sup>37</sup>. Este processo de privatização nos ajuda a apreender o processo de espoliação do ensino superior no Brasil por meio da redistribuição via Estado, que assume papel crucial na acumulação por espoliação. Assim, temos instalada uma importante e necessária aliança – poder estatal e poder corporativo (HARVEY, 2016).

O Estado agirá tanto “para permitir que a acumulação por espoliação ocorra sem desencadear um colapso geral” (HARVEY, 2005, p. 126) quanto no seu papel de

---

<sup>36</sup> Programa Universidade para Todos - PROUNI foi instituído pela Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Através dele as instituições de ensino superior podem ter concedidos benefícios fiscais ao aderirem ao Programa. Essas ficam isentas, durante o período de vigência do termo de adesão, dos seguintes tributos: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins); Contribuição para o PIS; Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL); e Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ).

<sup>37</sup> O Fies (Fundo de Financiamento Estudantil) é um financiamento oferecido na graduação de estudantes matriculados em cursos presenciais não gratuitos e com avaliação positiva nos processos de avaliação conduzidos pelo Ministério da Educação. O programa financia até 100% do valor dos encargos educacionais cobrados pelas instituições de ensino com adesão ao Fundo, de acordo com a renda familiar mensal bruta do estudante e do comprometimento dessa renda com o pagamento da mensalidade.

indutor de ações que destituam direitos, tal qual fez na gênese da história do capitalismo, quando o Estado, com o uso da força, da coesão ou do estabelecimento de leis, foi necessário para estabelecer o processo primitivo de acumulação (MARX, 2017).

Tal como no passado, o poder do Estado é empregado com frequência para impor esses processos mesmo contra a vontade das populações. A reversão de quadros regulatórios destinados a proteger o trabalho e o ambiente da degradação tem implicado a perda de direitos. A passagem de direitos de propriedade comum, obtidos ao longo de anos de dura luta de classes (o direito à assistência estatal à aposentadoria, ao bem-estar social, a um sistema nacional de saúde) ao domínio privado tem sido uma das mais egrégias políticas de espoliação, com frequência imposta contrariando a ampla vontade política da população. (HARVEY, 2014, p 126).

A privatização da educação superior implica sujeitar os interesses públicos e coletivos às motivações privadas, aos interesses particulares e ao viés mercantil. Ao mercantilizar um direito social, este fica sujeito a uma outra lógica e a serviço de outras necessidades, nesse caso, a serviço de um modelo de acumulação. Dessa forma, quando nos deparamos com o avanço substancial do setor privado, torna-se primário que seja dado a este avanço o tratamento adequado – como a expansão de um modelo de sociedade que, paulatinamente, submete-se às demandas tecnológicas e operacionais do mercado. Assim, as instituições de ensino superior adequar-se-iam a uma lógica “pró-mercado, pró-desburocratização, pró-sistema de avaliação utilitarista e quantitativo, pró-ranking, pró-valorização da relação IES-empresa, pró-flexibilização do trabalho, etc”. (SERAFIM, 2011, p. 247).

## **2.1 As universidades federais e a “voz” da gestão**

Com base no estudo realizado nas pautas e discussões registradas nas atas das cinco universidades federais selecionadas, identificamos, nos documentos, pontos de destaque e que foram mais evidentes durante o ano de 2020. Para entendermos esse cenário, organizamos uma série de trechos retirados das atas, com os quais indicamos e expressamos como o gerencialismo<sup>38</sup> e a discussão sobre as

---

<sup>38</sup> De modo muito sintético, podemos entender o gerencialismo como uma doutrina de reforma do Estado inspirada em princípios importados do mercado e que tem como principais características o

tecnologias da informação e comunicação aparecem nessas universidades no período analisado.

Na primeira parte, é feita uma avaliação dos documentos estudados a partir de uma reflexão realizada por cada instituição pesquisada. Na segunda parte, a partir dos dois pontos destacados, reunimos e classificamos os trechos retirados das próprias atas de forma a evidenciar o quanto estes tiveram espaço nas pautas das universidades.

Apesar de em alguns momentos o papel das universidades no combate ao vírus e na prevenção ao contágio ser mencionado, o que as cinco universidades estudadas expressaram pelo conteúdo das pautas foram questões de ordem burocrática, que aparecem com maior ênfase nas atas. Aprovação de cursos (mesmo em um contexto de suspensão de aulas), relatórios das fundações, processos de progressão funcional e processos de avaliação de desempenho são alguns exemplos.

Ressaltou que existem desafios a serem superados, porém, há possibilidades de uma retomada das atividades remotamente, com a participação de todos e frisou ainda que este momento requer da UFG uma postura para além do compromisso acadêmico, ético, social e moral, para que sejam dadas respostas aos estudantes e à sociedade. (Ata 06, UFG, 03 de julho de 2020).

Acrescentou dizendo que se tem uma estrutura acadêmica vinculada a um calendário que é semestral, relativa a duzentos dias letivos, durante o ano, e cem dias durante o semestre, e que pela organização acadêmica da universidade está posto desta forma, mas reafirmou que não há impedimento para se discutir isso de outra forma, porque a Universidade não parou nesse período. (Ata 01, UFSM, 30 de abril de 2020).

Disse, também, que a sociedade aguarda uma decisão da Universidade sobre o início das atividades presenciais, em especial sobre o Processo Seletivo – 2021. Acrescentou, ainda, que a suspensão das atividades presenciais impacta diretamente nos indicadores da Universidade e esses indicadores têm implicações inclusive na questão orçamentária, uma vez que o orçamento, a cada ano, depende de uma matriz que pondera o número de alunos e o número de concluintes. (Ata 14, UFPA, 27 de novembro de 2020).

Isso não significa que, em alguns momentos, problemas da conjuntura política, econômica e social não aparecessem nas atas, tais como os cortes orçamentários realizados pelo governo federal; as nomeações arbitrárias de dirigentes de algumas universidades federais; e o quadro epidemiológico vivido pelo país. Um exemplo foi a situação da UFPA que teve, em primeiro momento, a recusa do governo federal da lista tríplice definida em junho de 2020 e que vinha questionando a sua legalidade. A

---

planejamento e a elaboração de políticas com ênfase em metas de desempenho para nortear o funcionamento do setor público. (BELLATO; BURGOS, 2019, p. 920).

situação só foi resolvida após embates judiciais e questionamentos junto ao Ministério Público por parte da universidade e, em outubro, finalmente, o presidente Jair Bolsonaro nomeia o primeiro nome da lista, o ex-reitor Emanuel Tourinho<sup>39</sup>, que

[...] saudou a todos os presentes e ressaltou que a comunidade acadêmica não concorda e não apoiará outra decisão que não seja a que foi tomada na Consulta realizada pela comunidade universitária. Disse, ainda, que a crise da educação no Brasil não é uma crise é um projeto e, neste momento, vive-se a destruição da Amazônia, que implica o desmatamento, a grilagem, a mineração predatória e as queimadas. Acrescentou, ainda, que há um ataque frequente à autonomia econômica, política, social e educacional do país. Finalizou dizendo que é necessário que todos os discentes, docentes e servidores, de forma geral, tomem conhecimento do que está acontecendo na Universidade. (Ata 09, UFPA, 24 de setembro de 2020).

Ao analisarmos de uma forma geral cada instituição, foi possível destacar qual a pauta mais marcante de cada uma delas, o assunto que, ao longo do período estudado, foi mais presente nas reuniões do respectivo órgão superior, o qual destacamos como emblema para cada uma das universidades.

Na Universidade Federal do Pará, até por causa de uma situação peculiar daquela universidade, a demora da Presidência da República em nomear o primeiro nome da lista tríplice escolhida pela comunidade acadêmica foi destaque nas atas. Eram discutidos, em alguns momentos, o “ataque à democracia” e o desrespeito à “autonomia universitária”, mas, em muitos momentos, focava-se na preocupação com a perspectiva de a universidade “parar” por causa dos impactos jurídicos do processo que se arrastava. Aqui, cabe destacar a preocupação legal, jurídica, com a formalidade: “a universidade é dinâmica e precisa cumprir os prazos que lhe são impostos, entre os quais o prazo do processo eleitoral.” (Ata 04, UFPA, 03 de junho de 2020).

A Universidade Federal de Goiás apresentou atas bastante objetivas e que, em muitas situações complexas, como o debate sobre o retorno das atividades de ensino ou a aprovação de resoluções específicas, a discussão findava por não expor em ata as divergências e discordâncias, resumindo a trechos burocráticos e funcionais, destacando a aprovação daquilo que a Reitoria apresentava em pauta.

---

<sup>39</sup> Sobre a situação da nomeação da eleição da UFPA:  
<https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2020/10/14/presidente-da-republica-nomeia-emmanuel-tourinho-para-a-reitoria-da-ufpa.ghtml>. Acesso em: 27 dez. 2022.

Afirmou que a Reitoria recebeu uma solicitação de inserção de um item de pauta nesta reunião do CONSUNI: um recurso contra a supracitada decisão do último dia 03 de julho sobre o retorno do semestre letivo. Informou que o referido Recurso foi elaborado a partir de deliberação da Comissão de Mobilização Docente (CMD) e Assembleia dos Docentes da Regional Goiás. Declarou que o referido recurso não foi acatado, procedendo à leitura do despacho decisório, no qual decidiu por não conhecer o recurso e, portanto, não apreciar seu mérito. (Ata 07, UFG, 24 de julho de 2020).

Já a Universidade Federal de Santa Maria caracterizou-se pelas pautas das suas atas, com uma forte preocupação com a produção e a manutenção dos indicadores. Há de se considerar que, das cinco universidades estudadas, essa foi a única que “não parou” as suas atividades acadêmicas, expressão que aparece em muitas oportunidades das reuniões do seu conselho, repetida pela Reitoria:

[...] apesar das dificuldades, os indicadores da Universidade não param, e isso é devido ao empenho e dedicação de todos, demonstrando no posicionamento da UFSM no ranking do Times Higher Education que coloca a Universidade em destaque mundial, entre as trezentas melhores universidades do mundo, em vários aspectos. (Ata 01, UFSM, 30 de abril de 2020).

A Universidade Federal de Minas Gerais, por sua vez, manteve a tendência da UFSM em apresentar sua capacidade produtiva, que era sempre lembrada pela sua posição nos *rankings* internacionais, destacando-se pela ênfase na sua eficiência administrativa. Além disso, destacou a forte presença das fundações e de sua maciça presença nas pautas das reuniões: “A Sr.<sup>a</sup> Presidente salientou que o período letivo em curso não será cancelado e que a UFMG não está parada, estacando que há muitas atividades de graduação, pós-graduação, extensão e de pesquisa.” (Ata 01, UFMG, 28 de maio de 2020).

Por último, a Universidade Federal da Bahia, que, apesar de manter a tendência burocrática das outras universidades, manteve, nas atas, discussões mais críticas e reflexivas sobre o momento político e econômico vivido pelas universidades públicas no país. Nessa universidade, a divergência aparece na transcrição dos debates que aconteciam, além de um incisivo posicionamento contrário ao do governo federal na gestão da pandemia e das próprias universidades:

[...] ocorrência de unificado posicionamento das IFES contra a atual política universitária brasileira no tocante às atividades de ensino, pesquisa e extensão, com a solicitação ao plenário de um crédito oficial e formal, então aprovado, para elaboração de documento altivo e contundente da ANDIFES sobre o assunto, a ser encaminhado ac Governo Federal e Congresso

Nacional, devendo esse tema ser devidamente analisado e discutido em oportuno momento colegiado posterior. (Ata 01, UFBA, 18 de março de 2020).

Além desse “modelo eficiente e inovador” de universidade que aparece nas atas, é importante frisar que o anúncio de uma nova universidade carecia de essa ser construída diante de um “novo normal” que se anunciava:

Em recente reunião do CONSEPE, em 22 de maio de 2020, discutiu-se e se estabeleceu consenso de que não há, atualmente, horizonte válido para o retorno seguro às atividades universitárias presenciais. Mesmo por isso, deliberou-se pela formação de comissão de estudos para sugerir atividades universitárias dentro do “novo normal. (Ata 04, UFPA, 03 de junho de 2020).

[...] mas se tem que discutir a retomada da nossa atividade, e se tem prazo para isso, mas é evidente que se tem que discutir formas de retomada, pois quando isso acontecer certamente não se terá o mesmo sistema de funcionamento de antes da pandemia. (Ata 01, UFSM, 30 de abril de 2020).

Explícita ou implicitamente, começava a ganhar corpo uma universidade que fosse mais ágil, moderna e capaz de atender os desafios daquele momento e, principalmente, que fosse apresentado após a pandemia. Essas são características que se pretende trazer para a universidade e que vão impactar sua atuação, além de começar a interferir na sua dinâmica acadêmica e institucional.

O já destacado caráter burocrático das pautas das atas aponta uma certa demonstração que as universidades não pararam, mas mantiveram sua produtividade, reforçada com os critérios de eficiência e a busca de melhores resultados.

Salientou dizendo que a Universidade não parou nesse período, e que se tivesse parado, estariam sim diante de um caos generalizado. (Ata 02, UFSM, 19 de junho de 2020).

Chama atenção o quanto os prazos e a manutenção do andamento da instituição são pontos de preocupação, de forma que não se permita que a instituição pare, tendo como justificativas plausíveis a ordem jurídica e a necessidade de se atender ao órgão de controle. Em algumas situações, a sociedade é evocada para justificar ações pragmáticas e necessárias da instituição, cuja decisão, inclusive, seja para o retorno das atividades no auge da pandemia.

Na oportunidade a Vice-Reitora [...] enfatizou que, como a UFG está há mais de 100 dias com aulas suspensas, acredita que as unidades acadêmicas já tenham realizado discussões acerca da retomada das atividades e que a Pró-Reitoria de Graduação está trabalhando arduamente esse retorno ao ensino. (Ata 06, UFG, 03 de julho de 2020).

Desse modo, há uma perspectiva que preconiza certa modernização de instituições públicas com a adoção de modelos de gestão sustentados por critérios “técnicos” e orientados pelos indicativos de números “positivos”, capazes de comprovar a eficiência da gestão dos recursos públicos e da forma como esses são utilizados, nesse caso, pelas Universidades. Destacaram-se ainda as diversas fundações que ganham cada vez mais espaço nas universidades federais.

Chama atenção que os índices financeiros (endividamento total, solvência geral, liquidez geral e corrente) estão com boa performance permitindo que a FADESP continue competindo no mercado e em processos licitatórios. (Ata 08, UFPA, 27 de agosto de 2020)

Por todos os números, índices e variações percentuais do relatório de gestão 2019 orientados por uma avaliação da eficiência econômica da perspectiva avaliativa que contém a primazia da qualidade do gasto público e da conformidade processual, chamo atenção a necessidade do relatório revelar com maior clareza a efetividade social do impacto de todo o trabalho realizado em 2019. (Ata 08, UFPA, 27 de agosto de 2020)

Essa é uma lógica delimitada pela performance que será validada por indicadores internos e por resultados de avaliações externas. Mesmo não sendo apresentado como objetivo das instituições, cada resultado expressivo, por exemplo em *rankings* internacionais, é exaltado e explorado na definição da qualidade da gestão institucional.

Sr.<sup>a</sup> Presidente informou que, segundo o resultado, anunciado em 7 de julho, da edição 2020 do ranking Times Higher Education (THE), um dos três mais importantes rankings do mundo na área, a UFMG foi classificada como a quinta melhor Universidade da América Latina, figurando entre as 166 universidades de 13 países da América Latina e do Caribe que foram avaliadas. Acrescentou que a UFMG subiu três posições em relação ao último resultado e manteve a condição de melhor universidade federal do Brasil, juntamente com a Unifesp. Destacou que, embora a Universidade não baseie suas ações em rankings, é gratificante, no atual momento de crise vivido pelo país, em que a educação e a ciência têm sofrido ataques e cortes orçamentários, que seja reconhecido o trabalho realizado pela UFMG, aumentando a visibilidade da imagem positiva da Instituição. (Ata 03, UFMG, 16 de julho de 2020).

A UFMG, nos termos do Academic Ranking of World Universities (ARWU) 2020, mais conhecido como Ranking de Xangai, figura como uma das três melhores universidades federais brasileiras, ocupando, juntamente com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), a faixa da quarta à sexta posição no recorte brasileiro. A Sra. Presidente considerou oportuno salientar que, embora a UFMG não conduza sua missão acadêmica em função de rankings, a Instituição está sempre entre as melhores universidades federais do Brasil. (Ata 05, UFMG, 27 de agosto de 2020).

Esses indicadores são apresentados como parâmetros para identificar a realidade das universidades, apontando suas forças e sendo referência do quanto elas estão cumprindo seu papel, ou pelo menos aquilo que a sociedade espera.

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) divulgou, em 20 de outubro, os resultados da edição 2019 do Exame Nacional de Desempenho (ENADE), que demonstram que a UFMG se destacou com desempenho acima da média nacional, alcançando a nota máxima (5) em 19 dos 23 cursos avaliados, ou 82,6% do total, e o conceito Muito Bom (nota 4) em 3 cursos. Ressaltou que, do total dos cursos avaliados, 15 melhoraram seu desempenho em relação à avaliação anterior (2016/2017), dos quais 7 (30% do total) subiram uma faixa no conceito, e nenhum registrou queda de desempenho. Salientou que os dados são motivo de muito orgulho para toda a comunidade da UFMG e demonstram o reconhecimento ao trabalho que a Universidade vem desenvolvendo, que fortalece como Instituição de excelência e relevância, que cumpre seu importante papel na formação de seus alunos. (Ata 07, UFMG, 22 de outubro de 2020).

Outro ponto importante expresso nas atas foi a aproximação dessas instituições com a sociedade, nesse caso, pelas parcerias institucionais, ou por sua aproximação com o chamado setor produtivo. Além das já citadas fortes relações com as fundações, temos um exemplo da aprovação no contexto da UFBA de uma Política de Inovação que, em outros pontos, irá fortalecer as parcerias dessas instituições com o setor produtivo, inclusive com a cessão de seus espaços e de pesquisas para empresas parceiras. Apesar de todos os debates presentes nas atas anteriores, nessa universidade, especificamente, não houve qualquer resistência ou debate, quando apresentado na reunião do conselho.

Em seguida, o Senhor Presidente submeteu o parecer à votação, sendo aprovado por unanimidade, dessa forma deferindo-se a instituição da Política de Inovação na UFBA<sup>40</sup> nos moldes apresentados, analisados e formalizados. (Ata 08, UFBA, 15 de dezembro de 2020).

E mesmo diante de um cenário de vulnerabilidade social fortalecido pela crise sanitária, e que teve os estudantes como o principal grupo atingido, por inúmeras vezes seus anseios foram suprimidos pelas necessidades da gestão institucional, que, por meio de mecanismos institucionais e legais, pode gerir e definir os rumos das

---

<sup>40</sup> Art. 1º. Esta Resolução estabelece medidas para estimular e apoiar a inovação, a transferência de tecnologia e o empreendedorismo, envolvendo a participação dos servidores e estudantes da Universidade, e define as diretrizes dos procedimentos e a estrutura organizacional pertinente para a gestão da propriedade intelectual da UFBA.

decisões, com uma evidente ênfase nos aspectos burocráticos, técnicos e administrativos.

Realizada leitura, desenvolveu-se extensa discussão, instante em que o presidente delimitou o prazo de 5 minutos para cada apresentação de encaminhamento, momento em que o Diretor do Instituto de Ciências Biológicas, dentre outros, expuseram seus diferentes posicionamentos relativos às cartas apresentadas ao CONSUNI. Na ocasião, conselheiro estudante Pedro Henrique Melo Albernaz apresentou a seguinte proposta: que as disciplinas ofertadas como Núcleo Livre pelo IME não sejam validadas como optativas/obrigatórias, o que foi colocado em discussão, e, em seguida, em votação: com o registro de vinte e um (21) votos favoráveis, vinte e quatro (24) contrários e seis (6) abstenções, o plenário deixou de acolher a referida proposta, aprovando, dessa forma, que as disciplinas ofertadas como Núcleo Livre sejam validadas como optativas/obrigatórias. (Ata 06, UFG, 03 de julho de 2020).

Em votação, com vinte e três (23) votos favoráveis, treze (13) contrários e o registro de catorze (14) abstenções, o plenário aprovou a proposta original apresentada pela Pró-Reitoria de Graduação. Em resposta a uma fala feita pelo estudante Jonas (DCE), acerca da segurança dos estudantes, com o possível retorno às atividades práticas presenciais e dificuldades enfrentadas pelos mesmos nesse momento de pandemia, o presidente declarou que esses problemas mencionados são matéria de interesse da universidade também e precisam chegar ao conhecimento da gestão para que sejam resolvidos. (Ata 12, UFG, 13 de novembro de 2020).

E na medida em que necessidades de acesso eram sanadas, por meio de parcerias com a sociedade, como um exemplo do que a UFG fez por meio de uma associação de egressos que realizou a captação de doações de equipamentos para estudantes de baixa renda e ganhou destaque na mídia local e regional; do outro lado, havia os anseios dos estudantes suprimidos pelas pautas objetivas da gestão, como apontado anteriormente, ou simplesmente tratados com uma “posição de cautela em relação à inclusão, porque é preciso fazer uma análise prévia, a não ser que seja uma situação emergencial.” (Ata 02, UFSM, 19 de junho de 2020).

Foram constatados, assim, indicativos do que pode ser classificado como gerencialismo e que se mostraram influentes na gestão dessas universidades, como a gestão baseada em rankings, ênfase em números e resultados e a manutenção da produtividade. Esses indicativos trazem à tona um cenário de valorização da eficiência da gestão, independente dos impactos sociais, sendo as “necessidades” da gestão mais alta que as “necessidades” da comunidade acadêmica.

O gerencialismo tende também a modificar a seleção dos vocábulos que os profissionais empregam para discutir a mudança. Eficiência, competência, qualidade total, inovação, cultura organizacional, empreendedorismo,

gerência, liderança, entre outros, são termos transplantados do vocabulário da administração de empresas para a educação. Essa absorção de conceitos influencia não só a linguagem, mas, fundamentalmente, a prática. (SHIROMA, 2003, p. 78).

Feita a síntese do que foi constatado no estudo das atas das cinco universidades, é importante destacar as características que perpassaram todas as instituições, explícitas em discussões ou descrições expostas nos respectivos documentos e que evidenciaram, além da presença do gerencialismo, o papel da tecnologia, que foi presente nessas reuniões: “[...] a despeito de toda a aludida problemática, a existência de alguns aspectos positivos, a exemplo, dentre outros, do aumento da agilidade institucional” e do “conhecimento mais preciso acerca das atividades de informática e de comunicação.” (Ata 08, UFBA, 15 de dezembro de 2020).

## **2.2 As universidades públicas no Brasil e o mercado**

Em um estudo anterior, resultante de uma dissertação de mestrado (MORAIS, 2011), cujo objetivo era compreender, a partir dos Cursos Superiores de Tecnologia, a relação entre escola e trabalho no processo de compressão do tempo e espaço constatada na expansão e diferenciação do ensino superior brasileiro no século XX. Na fase de acumulação flexível, foi verificado o quanto o termo empregabilidade passava a povoar com bastante ênfase os projetos de cursos das instituições de ensino, políticas educacionais e as próprias legislações voltadas para o setor de ensino, tornando-se quase sinônimo da oferta de cursos de educação profissional.

À época, identificamos uma mudança no universo formativo, no qual um aligeiramento na formação teria seu status elevado e alçado à condição de modelo pedagógico ideal na formação do trabalhador. Institucionalizava-se, assim, um processo de legitimação de mudanças no mercado de trabalho, via discurso da empregabilidade, atrelado a uma responsabilização do indivíduo por sua condição de empregado/desempregado.

Especificamente no ensino superior, tínhamos, então, a emergência dos discursos, em especial de empresários e da mídia, que clamam por uma educação mais próxima do mercado de trabalho, que permita ao estudante aproximar-se do

contexto produtivo no qual, posteriormente, será inserido e que acompanhe a velocidade com que as mudanças ocorrem na sociedade. Buscava-se a constituição de modelos alternativos de ensino superior que estivessem de acordo com a realidade do mundo produtivo, que se cristalizassem através da expansão do ensino superior privado, das instituições de ensino não universitárias, da educação a distância e de cursos de graduação mais rápidos (MORAIS, 2011, p. 17).

Dessa forma, a escola revive seu papel de motor do desenvolvimento econômico, diferentemente do ocorrido nas décadas de 1960 e 1970, quando esta era relacionada ao crescimento econômico de uma nação. Agora, é uma escola convocada não mais a promover o desenvolvimento econômico (tal qual preconizava a teoria do capital humano), mas a maximizar as chances dos indivíduos no mercado de trabalho ou, conforme o termo mais adequadamente utilizado pelos capitalistas, aumentar a empregabilidade, em um panorama onde a escolarização do trabalhador ganha força e passa a ser confundida com a própria ideia de qualificação do trabalhador. (MORAIS, 2011, p. 83). Esse modelo de qualificação vai transferir para o indivíduo a responsabilidade por sua formação, compreendendo que esse, necessariamente, deve ser flexível, polivalente e preparado para a competitividade.

A tendência de valorização da subjetividade aparece em meio a uma produção flexível, em que o trabalho torna-se mais dependente do envolvimento do trabalhador e necessita de um indivíduo arrojado, dinâmico, espontâneo, que tenha a capacidade de pensar e de executar ações diferenciadas em situações adversas. Defende-se que a espontaneidade do trabalhador está sendo resgatada quando ele é chamado a criar, responder e reverter com rapidez uma situação no trabalho. Desse modo, não se busca mais o desempenho a ser definido objetivamente em termos operacionais, mas a elevação de competências. Essa racionalidade atinge âmbitos sociais inimagináveis, direcionando também modelos de formação. (CHAVES, 2007, p. 10).

É desse contexto que a relação do processo formativo nas instituições educativas tende a ser alinhado ao mercado de trabalho. Dessa forma, torna-se cada vez mais constante a pressão para que o ensino se torne mais próximo do mercado e das suas necessidades de mão de obra. No caso das universidades brasileiras, Serafim (2011, p. 256) aponta a tendência destas em reforçarem um modelo “reducionista, pautado nos interesses mercantis da empresa (reconhecido como o único ator da sociedade passível de interação) e na lógica gerencial e utilitarista, no âmbito do ensino superior e da pesquisa universitária”, onde estas deveriam ser

“disseminadoras de uma cultura inovadora e uma forte geradora do elo entre ela e as empresas”.

E, como já apontado por Chauí (2003, 2016), houve e há um forte movimento de reestruturação das universidades para a constituição de práticas que insiram no centro de suas decisões os princípios que sustentam o paradigma neoliberal como única alternativa. A lógica mercantil, outrora identificada, que estabeleceu critérios para a duração e a diversificação da oferta de cursos, em especial no ensino superior privado, também é objetivada pelos neoliberais nas instituições públicas, principalmente nas universidades federais (MORAIS, 2011). Como já apontado por Chauí (2016, p. 96), buscam-se incorporar as práticas do mercado na dinâmica acadêmica, de forma a torná-las parâmetros.

Segundo Silva Júnior (2017, p. 117), esse “modo mercantil de trabalhar” tem tencionado a produção e a disseminação do conhecimento nas universidades federais, aproximando-nos do que os autores americanos, Slaughter e Leslie<sup>41</sup>, identificaram por lá como Capitalismo Acadêmico. Silva Júnior (2017) aponta que, no seu estudo sobre a Universidade Federal de Minas Gerais, guardadas as devidas diferenças e adaptações, o mesmo tem se desenvolvido por aqui. O termo capitalismo acadêmico vai apontar mudanças e práticas no regime acadêmico, que serão caracterizadas pelo estabelecimento de “novos” valores institucionais, pautados pela privatização do conhecimento, pela busca de lucro pelas universidades e pela priorização das corporações frente aos cidadãos no que tange às demandas dos projetos de pesquisa. (CASANOVA, 2001).

Um avanço sobre as universidades federais da lógica mercantil neoliberal foi também identificado por Chauí (2003), no Brasil, desde a década de 1990 e reafirmado pela mesma autora mais recentemente (CHAUÍ, 2016). Segundo Silva Júnior (2017), esta cultura mercantil e utilitária da universidade, apesar de ser produzida há tempos, tornar-se-á mais visível e evidente neste século XXI no Brasil. As cobranças por mudanças nas universidades federais para que sejam mais eficientes, competitivas e próximas das demandas do mercado tornam-se mais constantes e presentes no espaço acadêmico. A princípio, e com muita força, conforme identificou Silva Júnior

---

<sup>41</sup> O conceito de capitalismo acadêmico é fruto dos estudos de Sheila Slaughter e Larry L. Leslie, em sua obra *Academic capitalism: policies, and the entrepreneurial University*, publicada em 1997.

(2017), nos projetos de pesquisa e na pós-graduação, mas com um avanço significativo sobre toda a sua organização acadêmica.

A funcionalização econômica da educação superior, a eficiência na capacitação de mão de obra para o mercado, a necessidade de diversificar as fontes de financiamento, o estreitamento das relações da educação superior com os setores produtivos, a flexibilidade curricular, o encurtamento das durações dos cursos, a ênfase no conhecimento útil, a apropriação mercantil dos saberes, conexões mais diretas com o mundo do trabalho, a liberalização do mercado educacional nas novas relações internacionais, a expansão das instituições mantidas por diferentes provedores privados são alguns dos fenômenos mais importantes das transformações recentes. (DIAS SOBRINHO, 2005, p. 66)

Uma nova forma de conhecimento passa a ser cobrada dentro das universidades, o conhecimento na condição de matéria-prima<sup>42</sup>. E, nesse sentido, uma, também nova, cultura acadêmica estabelecer-se-á a partir da presença enfática de práticas de onde se manifestariam, de maneira pragmática, as recomendações neoliberais acerca da promoção de uma cultura empreendedora e o estabelecimento de um ambiente inovador, de forma que as universidades possam ser mais ágeis, dinâmicas e competitivas. Passa a ser exigido das universidades públicas que seu desempenho seja orientado por parâmetros do mercado, portanto, mudanças e ajustes serão prerrogativas na construção dessa “nova universidade”.

Sobre o ambiente empreendedor, este compõe o modelo da Hélice Tríplice de Etzkowitz, que foi amplamente difundido na década de 1990 e propunha uma nova configuração das universidades. O modelo da Hélice Tríplice propunha um desenho organizacional que une universidade, indústria e governo, de forma que interajam em prol do desenvolvimento econômico da sociedade, por meio do empreendedorismo e da inovação.

Governo e indústria, os elementos clássicos das parcerias público-privadas, são reconhecidos como importantes esferas da sociedade desde o século XVIII. A tese da Hélice Tríplice é que a universidade está deixando de ter um papel social secundário, ainda que importante, de prover ensino superior e pesquisa, e está assumindo um papel primordial equivalente ao da indústria e do governo, como geradora de novas indústrias e empresas. (ETZKOWITZ et al., 2017, p. 23).

---

<sup>42</sup> “Conhecimento matéria-prima” é uma expressão utilizada por Silva Júnior (2017) na sua pesquisa sobre as mudanças na pós-graduação, onde aponta as produções que podem ser transformadas em produtos, processos ou serviços com o objetivo do aumento da produtividade econômica.

Para Etzkowitz (2017, p. 33), uma universidade empreendedora é “motor-chave em uma economia baseada no conhecimento”. A ênfase do discurso do empreendedorismo<sup>43</sup> está na propensa natureza do empreendedor em sua capacidade de revolucionar e sua importância no desenvolvimento econômico. Nesse sentido, o indivíduo competente é aquele capaz de conquistar resultados, por intermédio de seus méritos, independentemente das relações sociais em que se insere – um verdadeiro culto ao individualismo.

Nesse princípio, o empreendedorismo deve ser disseminado e amplificado nos processos e projetos de ensino, pesquisa, extensão e na própria cultura organizacional da universidade. Para Etzkowitz (2017, p. 31), “a presença de uma universidade empreendedora, cujos professores e alunos buscam ativamente os resultados úteis de suas pesquisas, é um fator-chave da inovação regional”.

O certo é que o discurso da empregabilidade encontra na concepção de competência um aliado ao seu dogma conceitual que trata de responsabilizar os indivíduos quanto ao desenvolvimento de aptidões e habilidades, requeridas pelas mudanças tecnológicas e organizacionais e que criam novas situações de trabalho, a fim de garantir produtividade e competitividade às empresas. Numa sociedade, onde o emprego se torna uma conquista individual, a lógica da competência leva os indivíduos a buscarem a empregabilidade, com vistas a fugir do fantasma do desemprego. (MORAIS, 2011, p. 68).

Paralelamente à construção dessa cultura empreendedora, temos a promoção de um ambiente de inovação. Ambos partem da mesma raiz epistemológica, a Hélice Tríplice. “A inovação, isto é, a reconfiguração de elementos em uma combinação mais produtiva, assume significados mais amplos em sociedades cada vez mais baseadas no conhecimento.” (ETZKOWITZ et al., 2017, p. 30). Promover a inovação tornar-se-ia uma das funções das universidades públicas, por meio do relacionamento universidade-empresa, de onde essas efetivamente poderiam contribuir com o processo produtivo e, por conseguinte, seguindo a lógica neoliberal, com a própria sociedade.

Como pressuposto importante do movimento pela inovação nas universidades públicas, está a tese de que este objetivo, a criação de um ambiente acadêmico inovador, só será atingido por meio de uma integração das pesquisas nas

---

<sup>43</sup> Segundo Coan e Shiroma (2012), empreendedorismo é uma palavra derivada do termo francês *entrepreneur*, usada para se referir aos “homens de negócio”.

universidades com as empresas privadas. A busca pela inovação deverá alinhar-se às necessidades lucrativas do mundo dos negócios, o que, dessa forma, direcionará a produção do conhecimento para o que for útil, lucrativo ou rentável.

Destaca-se que a questão da inovação nas universidades é enviesada com a pauta da tecnologia, com destaque contemporâneo para mudanças a serem necessárias na educação, fruto da 4ª revolução industrial<sup>44</sup>. Nesse contexto, a universidade precisa identificar tendências de inovações nas áreas diversas do conhecimento, buscando estabelecer-se como um espaço inovador, tornando-se referência para o mercado e de certa forma “abastecendo” empresas e indústrias. É nesse sentido que temos um singular avanço dentro das universidades do uso das tecnologias da informação e comunicação, com um especial destaque para a ampliação da oferta da educação a distância.

Portanto, o avanço da tecnologia, na sua condição de mercadoria, encontra um excelente mercado de serviços na educação a distância e, portanto, exige a expansão deste nível educacional em todas as modalidades, especialmente se favorecem o setor privado. [...] estas plataformas de dados, informações e comunicação são a objetivação do conhecimento do tipo matéria-prima exigido pela economia e trazem em si esta racionalidade. (SILVA JÚNIOR, 2017, p. 112).

Uma universidade inovadora e que tenha um ambiente promotor da inovação é, portanto, capaz de desenvolver-se diante de um cenário novo que se apresenta, que é o caso da chamada indústria 4.0<sup>45</sup>, que exigiria uma outra educação, portanto, uma “nova universidade”, e assim preparar seus estudantes para um mercado em constante evolução. Essa discussão e as propostas de mudanças na universidade, e por consequência os ajustes necessários, serão alavancadas no contexto da pandemia de Covid-19, fato esse que será estudado no próximo capítulo.

---

<sup>44</sup> O conceito de 4ª Revolução Industrial foi dado em 2016 por Klaus Schwab, fundador do Fórum Econômico Mundial em sua obra de mesmo nome.

A 1ª Revolução Industrial foi marcada pela mudança da produção manual para a mecanizada. A 2ª é marcada pelo advento da eletricidade e da linha de montagem que possibilitou a produção em massa. A 3ª foi caracterizada por avanços na tecnologia da informação e comunicação, com destaque para os computadores e a internet. Já a 4ª Revolução Industrial é marcada pelo desenvolvimento da inteligência artificial, da internet das coisas e a big data. Schwab defende que a quarta revolução industrial teve início na virada do século XXI e baseia-se na revolução digital. (SCWAB, 2016)

<sup>45</sup> A Indústria 4.0 é uma referência ao modelo industrial da 4ª Revolução Industrial, com a adoção da automação industrial e a integração de diferentes tecnologias como inteligência artificial, robótica, internet das coisas e computação em nuvem.

### CAPÍTULO 3 O “NOVO NORMAL”, DE NOVO? IMPLICAÇÕES DOS AJUSTES NEOLIBERAIS PARA A UNIVERSIDADE

Parafuso e fluído em lugar de articulação  
Até achava que aqui batia um coração  
Nada é orgânico é tudo programado  
E eu achando que tinha me libertado

Mas lá vem eles novamente  
Eu sei o que vão fazer  
Reinstalar o sistema  
(Pitty)<sup>46</sup>

A expressão “novo normal” é destacada no contexto da pandemia de Covid-19 como uma forma de caracterizar as transformações nas práticas sociais e nas relações interpessoais decorrentes da situação sanitária mundial. Tais transformações visavam à proteção e à preservação da vida humana diante de um cenário de risco e incerteza. O “novo normal” abarcava desde ações preventivas, como o isolamento social, o uso de máscaras e a higiene constante das mãos, até a reconfiguração de diversos modos de atuação, que passavam a ocorrer de maneira virtual. Essas transformações impactavam todas as esferas da existência, abrangendo a economia, a política, a cultura e a educação.

Esse novo seria a “superação” de um velho, seria “um pós”, que traria condições que estavam apresentadas, mas talvez não tão fortemente assimiladas antes da pandemia e que agora passam a ser parte da normalidade, e, não raro, anunciadas com grande entusiasmo.

O ano de 2021 será de transição. Excetuando-se a ocorrência de catástrofes inesperadas, acreditamos que as empresas, as pessoas e a sociedade em geral já podem começar a refletir sobre seu futuro, em vez de simplesmente suportar as agruras do presente. O novo normal será diferente: ele não significará retomar as condições prevalentes em 2019. De fato, assim como os termos “pré-guerra” e “pós-guerra” são comumente empregados para descrever o século 20, é provável que as próximas gerações venham a discutir as eras pré-COVID-19 e pós-COVID-19. (SNEADER; SINGHAL, 2021).

---

<sup>46</sup> Trecho da música “Admirável Chip Novo”, de 2003, composição da cantora Pitty.

Considerando o processo inédito acarretado pela pandemia, principalmente em 2020 quando medidas de isolamento social foram adotadas no mundo inteiro, e as pessoas já não conseguiam deslumbrar perspectivas de retorno a um “mundo” ao qual não estavam habituadas, não era estranho que ficassem buscando alternativas, capazes de garantir algum tipo de conforto sobre o que, naquele instante, seria um futuro incerto e obscuro.

Nessa procura por estabilidade e algum tipo de previsibilidade, perante um cenário de completa instabilidade, já que não se sabia àquela altura (2020) até quando duraria a pandemia, é que ganham força análises que buscavam antecipar o que estaria por vir e passaram a prever as novas estruturas, regras e dinâmicas que viriam com esse “novo normal”. (REIS et al., 2021, p. 227).

Tendências de um “novo normal” passaram a ser proferidas pelos meios de comunicação, nas redes sociais, por pesquisadores e analistas dos mais variados campos de conhecimento. Um exemplo pode ser mensurado, por meio dos dados obtidos pelo Google Trends, uma ferramenta do próprio Google que fornece acesso a uma amostra de pedidos de pesquisa realizados no Google. Ele calcula o interesse de pesquisa de uma palavra ou expressão na internet e identifica com o valor de 100 o pico de popularidade de um termo. Desde o início da pandemia, a partir de março de 2020 e ao longo de todo o ano, a expressão “novo normal” foi alvo de um alto índice de interesse, mantendo-se no pico por várias semanas, como mostra a figura abaixo.

Figura 4 - Google Trends - Termo de pesquisa: “novo normal” – todo o Mundo, Interesse ao longo do tempo - Pesquisa na Web - 16/03/2020 a 31/12/2020



Fonte: <https://trends.google.com.br/trends/explore?date=2020-03-16%202020-12-31&q=novo%20normal>. Acesso em: 21 out. 2022

Cabe ressaltar que a perspectiva de um “novo normal” pressupõe uma referência a algum tipo de normalidade. A etimologia da palavra<sup>47</sup> “normal” vem do latim *norma*, uma régua de carpinteiro, de onde se retira a ideia conforme as medidas, de acordo com as regras. Normal é aquilo que é habitual, comum e, em alguns contextos, o que é natural.” Dessa forma, “as ideias sobre novo e sobre normal são atrativas, são palavras carregadas de positividade e esperança”. (REIS et al., 2021, p. 228).

Essa ideia que alimentamos no contexto de pandemia nos faz crer que vivíamos sob uma justa medida, pressupondo uma regularidade. Viver dentro das normas, produzindo e alimentando as rotinas com aumentado grau de previsibilidade nos daria conforto e segurança. Assumir uma normalidade do existir nos convida a ver modos de vida subjetivados em uma certa modelagem, desprezando as realidades vibráteis em fluxos de vir a ser outras coisas ainda não experimentadas. A vida normal segue uma rotina que nos identifica como escola, como família, como centro religioso, como empresa etc. Temos modos de existir que nos agregam em torno de “medidas comuns”. (RAIC; SÁ, 2021, p. 19–20).

Mas o que então seria esse “novo normal”? Estaríamos mesmo diante de um “novo”? E considerando o contexto educacional, quais tendências estariam sendo apresentadas, principalmente as instituições de ensino superior, como “novas”? Essas são algumas questões importantes que pretendemos desenvolver ao longo deste capítulo, a partir de um estudo bibliográfico, feito em artigos de periódicos, obtidos em duas fontes de pesquisa - o Portal de Periódicos da Capes e o Google Acadêmico.

Nessas duas bases de dados, realizamos uma pesquisa da expressão “novo normal” em português e em inglês (*new normal*), além de cruzar a expressão com o termo educação e *education*. Num primeiro momento, levantamos os artigos publicados no período de 2008 a 2012 (período da crise financeira) e depois no período de 2020 a 2021 (recorte da pandemia de Covid-19). Para ambas as bases de dados, filtramos os artigos que foram revisados por pares. No quadro abaixo, são apresentados os dados coletados, em que são expostos os resultados obtidos em cada base de dados, assim como o número de artigos obtidos, nos respectivos períodos e de acordo com as expressões utilizadas. Cabe destacar que, quando foi utilizada a expressão em inglês (“*new normal*” e *education*), as bases rastreiam artigos

---

<sup>47</sup> Etimologia retirada do Dicionário Etimológico: <https://www.dicionarioetimologico.com.br/normal/> Acesso em: 31 out. 2022.

em todos os idiomas, e quando é utilizado em português as bases filtraram artigos publicados em português.

Quadro 3 – Resultado da pesquisa nas bases de dados – resultado por base e por período filtrado

Expressão pesquisada	Portal de Periódicos da Capes		Google Acadêmico	
	2008 a 2012 Nº de artigos	2020 a 2021 Nº de artigos	2008 a 2012 Nº de artigos	2020 a 2021 Nº de artigos
“novo normal”	03	56	03	61
“new normal”	205	2313	301	3680
“novo normal” AND educação	0	10	01	39
“new normal” AND education	31	635	170	2400

A partir de cada resultado obtido, os artigos foram selecionados numa primeira leitura pelos títulos; num segundo momento pelos resumos; e, por fim, aqueles que restavam eram lidos na íntegra. Os critérios utilizados na seleção partiram dos objetivos desta tese e da temática deste capítulo. No final, 45 artigos foram utilizados para a realização deste capítulo, sem, necessariamente, todos terem contribuído com o resultado do texto.

### 3.1 O “novo” que não é tão novo!

Conforme Leher (2021), o termo “novo normal” é polissêmico e denota a confluência de muitas perspectivas diferentes para o futuro, todas elas pró-sistêmicas. A expressão, que, como já apontada aqui, ganhou notoriedade em 2020, já fazia parte do vocabulário, principalmente dos norte-americanos, desde a crise econômica de 2008. A crise de 2008 ocorreu devido a uma bolha imobiliária nos Estados Unidos, causada pelo aumento nos valores imobiliários, que não foi acompanhado por um aumento de renda da população, ocasionando um colapso do sistema financeiro norte-americano e, conseqüentemente, de outros países.

Leher (2021) explica que o “novo normal” foi um termo cunhado por William H. Gross<sup>48</sup> em março de 2009 (FORBES, 2010) para abordar as consequências e expectativas da crise do mercado financeiro daquele período. Conforme Perrucci e Wysong (2018), citados por Leher (2021), houve um aumento considerável de referências ao “novo normal” nos meios de comunicação americanos após a crise de 2008, relacionando a expressão como uma referência às condições econômicas e sociais que se apresentariam após a crise. Para Perrucci e Wysong (2018), a expressão passou a ser utilizada pela mídia, políticos e por acadêmicos como uma forma de sugerir “desvios significativos, e provavelmente permanentes, de condições ou padrões normativos tradicionais de longa data (ou seja, o antigo normal)” (PERRUCCI; WYSONG, 2018, p. 5, tradução nossa).

Os autores sinalizam que a realidade apresentada como o “novo normal”, e que deveria ser enfrentada pelos norte-americanos, estabeleceria um novo estilo de vida que os empurraria para os desafios de fazer mais com cada vez menos. Com o “novo normal”, os norte-americanos precisariam logo aceitar e aprender a viver com as novas condições e, por conseguinte, com as consequências nada agradáveis dessa nova realidade, tais como utilizar orçamentos mais austeros. (PERRUCCI; WYSONG, 2018).

Resta saber se os americanos apresentarão mudanças permanentes no estilo de vida após a recuperação da economia. Por enquanto, os números das pesquisas demonstram que grandes segmentos da população dos EUA pelo menos aspiram a transformar seu comportamento da era da recessão no “novo normal”. Uma pesquisa de abril de 2009 descobriu que cerca de um terço dos americanos, 32%, gastaram menos nos últimos meses e pretendia solidificar esse comportamento como seu padrão “novo, normal” nos próximos anos. (NEWPORT, 2009, tradução nossa.)

Foi, portanto, face a um cenário de aumento das desigualdades, perdas significativas dos empregos e precarização da renda que o “novo normal” se estabeleceu como um legitimador dessas péssimas condições, uma forma de justificar os efeitos negativos da crise para os que foram mais prejudicados por ela – os que compõem a base social da sociedade. O “novo normal” cumpriria, então, um importante papel de normalizar as desigualdades que cresceram ainda mais com a

---

<sup>48</sup> Segundo a sua própria descrição: Willian “é um pioneiro em investimentos de renda fixa há mais de 40 anos. Ele cofundou a PIMCO (Pacific Investment Management Co) em 1971 e atuou como diretor administrativo e diretor de investimentos”. Disponível em: <https://williamhgross.com/about/>. Acesso em: 08 Out. 2022

crise de 2008, transmitindo uma conveniente mensagem de resignação: “essa é a nova realidade, é assim mesmo e não há o que fazer!”

Do ponto de vista estrutural, o objetivo geral da narrativa do novo normal é disfarçar e esconder os interesses de classe das elites ricas e seus aliados afluentes por trás de histórias que, em algumas formas, promovem a aceitação pública das desigualdades como naturais e, em outras formas, servem-se de reformas paliativas e gestos altruístas vazios que transmitem a aparência de empatia e preocupação com aqueles afetados negativamente por profundas e generalizadas desigualdades econômicas. Isso, acreditamos, é como o governo da elite é preservado (ou tentado ser preservado).(PERRUCCI; WYSONG, 2018, p. 14, tradução nossa.)

Esse “novo normal”, que exigiria mudanças no estilo de vida das pessoas, com necessários ajustes, também passou a ser o mote para explicar as adequações das ações estatais naquele momento, assim como as contenções de gastos e as reduções nos investimentos sociais. Para Galston (2009), era inevitável a necessidade de contenção das despesas públicas, buscando, dessa forma, não piorar a situação fiscal de longo prazo, com implicações, conforme ele cita, em reformas sociais, como da saúde, que precisava ser ajustada ao novo contexto econômico.

Na educação, como aponta Growe (2011), foram feitas reformas no sistema educacional americano que buscavam melhores resultados com menos recursos, o “novo” discurso do fazer mais com menos aplicado à educação. Ainda de acordo com Growe (2011), o secretário de estado Arne Duncan<sup>49</sup> teria afirmado, em 2010, que investimentos maiores não seriam prováveis tão cedo e que nos próximos anos seria necessário enfrentar o desafio de aumentar recursos de maneira criativa.

Simplificando, as escolas americanas precisam fazer mais com menos e precisam buscar maneiras inovadoras de manter seus gastos baixos enquanto continuam a inovar na sala de aula, manter altos padrões e responsabilidade, e garantir que os graduados sejam capazes de competir no mercado global. (GOLDSTEIN et al., 2011, p. 121, tradução nossa.)

E é aqui que vai se desvelando a captura do “novo normal” da crise financeira de 2008 pelos neoliberais. Com um auspicioso discurso de promoção da eficiência, melhoria dos resultados e manutenção do equilíbrio das contas públicas, reformas educacionais foram “vendidas” como parte de uma nova conjuntura, de um novo

---

<sup>49</sup> Arne Starkey Duncan foi nomeado secretário de Educação dos EUA pelo presidente Barack Obama em 2009 e ficou no cargo até 2015.

ordenamento social e de uma nova forma de ver e fazer a educação. (GOLDSTEIN et al., 2011).

Vários estudos documentaram a ampla disseminação de narrativas neoliberais dominantes pelos meios de comunicação corporativos e demonstraram que o conteúdo de tais narrativas apresenta ideias, políticas e condições econômicas, políticas e sociais neoliberais que resultam de tais políticas como desenvolvimentos positivos e desejáveis. O objetivo dessas narrativas parece ser moldar o discurso e a opinião pública em direções favoráveis ao "projeto de reforma" neoliberal. (PERRUCCI; WYSONG, 2018, p. 9, tradução nossa).

Para Goldstein et al. (2011, p.17), o “novo normal” que surge da crise de 2008 na educação norte-americana pode ser melhor compreendido como “a permeação de discursos, práticas e políticas neoliberais em todos os elementos da educação pública.” Para os autores, a reforma educacional promovida por Obama em seu primeiro mandato e coordenada por Arne Duncan foi a manifestação palpável de uma reforma neoliberal e se normalizou como parte do “novo normal” da educação pública. Passam a fazer parte desse “novo normal”, também na educação, a privatização, a desregulamentação, a financeirização, que associaria o apoio ao livre mercado como uma necessidade para todos os cidadãos.

No caso das instituições de ensino superior americanas, “novo normal” veio a acelerar ajustes que já estavam sendo feitos antes da crise de 2008 (BRUININKS et al., 2010) e que encontram nessa nova realidade um campo fértil para seu desenvolvimento. Era preciso pensar em como atender as novas demandas, melhorar a produtividade, obviamente reduzindo os custos e, se necessário, até mesmo eliminando definitivamente alguns desses custos, que passariam a ser questões importantes a serem respondidas pelas universidades norte-americanas. (Ibidem, p. 122).

O neoliberalismo, seus apoiadores e a mídia moldaram, literalmente, como pensamos, falamos e nos envolvemos na vida cotidiana nos níveis local, econômico e cívico. Além disso, seus discursos ajudaram a constituir um novo normal – empregando o neoliberalismo em todos os níveis de governo para corrigir as crises intermináveis da sociedade americana – apesar do fato de que esses mesmos princípios neoliberais ajudaram a provocar essas mesmas crises. (GOLDSTEIN et al., 2011, p. 116, tradução nossa).

Dessa forma, o “novo normal” configura uma poderosa ferramenta para justificar as “novas demandas” de um modelo político e econômico que sofreu sérias

rachaduras e que naquele instante, para se recompor, precisa estabelecer alguns ajustes. Essa nova normalidade vai de fato perpetuar aspectos de um sistema já hegemônico, e que, diante de mais uma crise, se reconfigura. Os elementos que irão compor o “novo normal” de forma objetiva e histórica revelam transformações no modo de produção, sem, contudo, apresentar substancialmente qualquer novidade. Harvey (2009), ao analisar as mudanças capitalistas ocorridas após a década de 1970, explica bem essa peculiaridade capitalista, que ora se atualiza na discussão sobre o “novo normal” e as mudanças no neoliberalismo.

Vem ocorrendo uma mudança abissal nas práticas culturais, bem como político-econômicas, desde mais ou menos 1972. Essa mudança abissal está vinculada à emergência de novas maneiras dominantes pelas quais experimentamos o tempo e o espaço. Embora a simultaneidade das dimensões mutantes do tempo e do espaço não seja prova de conexão necessária ou causal, podem-se aduzir bases a priori em favor da proposição de que há algum tipo de relação necessária entre a ascensão de formas culturais pós-modernas, a emergência de modos mais flexíveis de acumulação do capital e um novo ciclo de “compressão do tempo-espaço” na organização do capitalismo. **Mas essas mudanças, quando confrontadas com as regras básicas da acumulação capitalista, mostram-se mais como transformações da aparência superficial do que como sinais do surgimento de alguma sociedade pós-capitalista ou mesmo pós-industrial inteiramente nova.** (HARVEY, 2009, p. 7, grifo nosso).

O “novo normal” cumpre os objetivos de encobrir o predomínio dos interesses neoliberais e normalizar e tratar como naturais reformas econômicas, que, naquele momento, permitiram aos que estão no cume da sociedade capitalista manterem seus privilégios, mesmo diante de um cenário de agravamento das desigualdades sociais. O “novo”, nesse caso, é a forma, a maneira como manteriam legitimados os princípios políticos e econômicos neoliberais, caracterizando como naturais a “velha” lógica de poder e de interesses das elites capitalistas.

### 3.2 O “novo normal” pós-pandemia

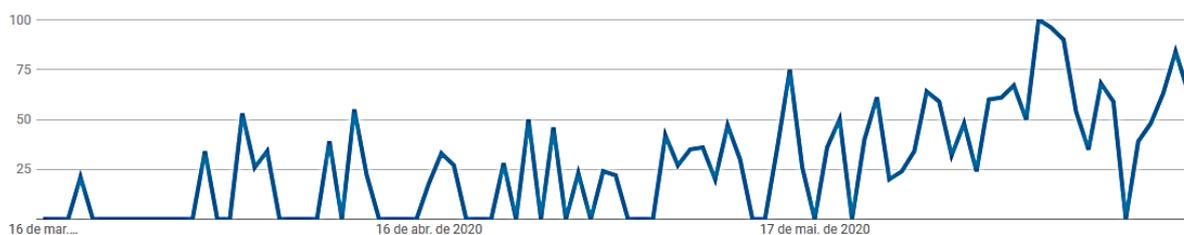
Em 13 de abril de 2020, menos de 30 dias após o início da pandemia, o El País Brasil já decretava “10 tendências para o mundo pós-pandemia”<sup>50</sup>. Um pouco de tempo

---

<sup>50</sup> MELO, Clayton. **Como o coronavírus vai mudar nossas vidas**: dez tendências para o mundo pós-pandemia. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/opiniao/2020-04-13/como-o-coronavirus-vai-mudar-nossas-vidas-dez-tendencias-para-o-mundo-pos-pandemia.html>. Acesso em: 21 out. 2022.

depois, ainda nem completados dois meses do início da pandemia, a revista IstoÉ questionava “como será o ‘novo normal’?”<sup>51</sup>. Já o jornal Correio da Bahia, logo após o primeiro mês da pandemia, já apontava a mudança “que a pandemia já provocou em sua vida”<sup>52</sup>. Em pouco mais de três meses após decretada a pandemia pela Organização Mundial de Saúde, conforme a figura abaixo, o interesse pelo termo fica em destaque na internet e já contava com um número considerável de análises e prognósticos sobre o mundo pós-pandemia, sobre as condições que a sociedade viveria após a pandemia, sobre como seria o mundo e sobre o “novo normal” que eram largamente divulgados pela imprensa e por empresas de consultorias<sup>53</sup>.

Figura 5 - Termo de pesquisa: “novo normal” – Brasil, Interesse ao longo do tempo - Pesquisa na Web - 16/03/2020 a 16/06/2020



Fonte: <https://trends.google.com.br/trends/explore?date=2020-03-16%202020-06-16&geo=BR&q=%22novo%20normal%22>

Em comum a todos estes prognósticos, insurge o protagonismo da inovação tecnológica como a característica principal do mundo pós-pandemia. A tecnologia, especificamente a Tecnologia da Informação e da Comunicação (TIC<sup>54</sup>), assume um lugar sobre o qual já vinha crescentemente avançando ao longo das últimas décadas, mas que até então não havia atingido um nível tão elevado de inserção como aquele que a pandemia passou a catalisar. Mudanças que já estavam em curso ou que iniciavam sua gestação ganham impulso significativo. “Além da mudança de hábitos e da superação de resistências quanto ao uso da tecnologia por parte da população,

<sup>51</sup> FRANÇA, Anna. **O vírus entre nós: como será o novo “normal”?** Disponível em: <https://istoe.com.br/o-virus-entre-nos-como-sera-o-novo-normal/>. Acesso em: 21 out. 2022.

<sup>52</sup> BORGES, Thaís. **Nada será como antes: 10 mudanças que a pandemia já provocou em sua vida.** Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/nada-sera-como-antes-10-mudancas-que-a-pandemia-ja-provocou-em-sua-vida/>. Acesso em: 21 out. 2022.

<sup>53</sup> **Consultoria lista 7 tendências para o mundo pós-coronavírus.** Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/05/18/consultoria-lista-7-tendencias-para-o-mundo-pos-coronavirus.htm>. Acesso em: 21 out. 2022.

<sup>54</sup> “Tecnologias utilizadas para tratamento, organização e disseminação de informações.” (TAKAHASHI, 2000, p. 176).

houve aceleração de sua aplicação em diversas atividades.” (MARQUES et al., 2021, p. 123).

Da atual crise virá uma pressão ainda maior para o desenvolvimento massivo do comércio eletrônico do trabalho remoto, do ensino remoto, da missa remota, da amizade remota, do amor remoto, do sexo remoto, enfim de um mundo remoto. (JAPPE et al., 2020, p. 127).

O contexto que se revelaria era da ascensão da inovação tecnológica como peça fundamental no desenvolvimento social, mas, principalmente, como mola propulsora da recuperação econômica. “Afim, tudo isso economiza tanto tempo e dinheiro... e é inclusive mais ecológico! Muitos na indústria já estão ansiosos pelo “novo normal” (JAPPE et al., 2020, p. 127). Para Marques et al. (2021, p. 24-25), além da ampla adoção de modelos on-line de educação e de trabalho, mudanças significativas ocorreram nas empresas com a intensificação do uso de tecnologias associadas à indústria 4.0 e com a ampliação dos negócios relacionados às tecnologias da informação e comunicação, que, com a pandemia, ganhou novos contornos no contexto pós-pandemia.

As disputas tecnológicas no mundo pós-pandemia se acentuarão. São disputas geopolíticas pelos paradigmas do desenvolvimento tecnológico, são disputas comerciais, são embates por modelos de negócios versus direitos fundamentais das sociedades e seus grupos sociais. [...] Todavia, as empresas cujo modelo de negócios está estruturado com base na extração, processamento e modulação de dados tiveram um grande avanço devido ao crescimento da presença online da população conectada e da adesão das escolas ao ensino à distância. Google e Microsoft ganharam mais usuários para suas plataformas educacionais, que costuraram diversos acordos com governos, prefeituras e instituições privadas. (SILVEIRA, 2020, s.p.).

O “novo normal” pós-pandemia, além das mesmas recomendações do “novo normal” anterior – ajustes fiscais e eficiência dos gastos públicos, introduz a inovação<sup>55</sup> tecnológica como a “novidade” desse momento. Durante a pandemia, sem dúvida nenhuma, o uso dos meios digitais foi promovido e teve seu uso massificado (ou pelo menos se tentou), não só no setor educacional, mas no setor de saúde e de vendas no varejo, para citar alguns exemplos. Algumas ferramentas da educação a distância,

---

<sup>55</sup> Sob perspectiva da Lei nº 10.973/2004 – denominada Lei de Inovação Tecnológica, em seu parágrafo “IV: inovação: introdução de novidade ou aperfeiçoamento no ambiente produtivo e social que resulte em novos produtos, serviços ou processos ou que compreenda a agregação de novas funcionalidades ou características a produto, serviço ou processo já existente que possa resultar em melhorias e em efetivo ganho de qualidade ou desempenho.” Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.973.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.973.htm). Acesso em: 28 nov. 2022.

por exemplo, entraram na vida cotidiana das famílias e de muitos leigos, e passaram a compor o cenário do que viria a ser o “novo normal”. Constituiu-se uma premissa de que, após a pandemia, a vida não seria mais como antes e que certas ferramentas e recursos viriam para ficar.

Foi neste cenário que alguns dos recursos e métodos da Educação a Distância entraram na vida de famílias e do cidadão leigo. Ao entrarem, estão deixando suas marcas, assim como ocorreu com a Internet e há 10 ou 15 anos. Da mesma forma que os recursos da Internet (conceitualmente complexos) se naturalizaram, acontecerá com o estudo mediado por recursos educacionais digitais. Mesmo que tenha ele sido adotado sem os devidos cuidados, o Blended Learning [ensino híbrido] está sendo praticado em larga escala e veio para ficar. (MARTINS, 2020, p. 252).

A perspectiva era, como indica Martins (2020, p.252-254), de que, a partir da pandemia, a sociedade iria se adequar aos avanços oferecidos pela tecnologia, em especial nas instituições educacionais, e que a resistência outrora existente com relação à utilização desses recursos no processo pedagógico iria sendo dissipadas. Para o autor, o “novo normal” é a educação mediada por recursos digitais. E para muitos especialistas do setor educacional privado, ouvidos em uma reportagem<sup>56</sup> ainda em 2020, “a pandemia do novo coronavírus marca de vez, o uso da tecnologia na educação”, configurando o uso de recursos tecnológicos na educação como uma necessidade.

E o cenário que foi realmente se tornando favorável, seja em instituições públicas ou privadas, não era possível ignorar a existência e a presença cada vez maior de ferramentas e plataformas interativas, tais como o Zoom, o Google Meet, o Microsoft Teams, e até mesmo o e-mail, além do uso cada vez mais comum em ambientes profissionais do WhatsApp. As empresas “cujo modelo de negócios está estruturado com base na extração, processamento e modulação de dados tiveram um grande avanço”, conforme explica Silveira (2020). Ele mostra que grande parte desse avanço se deu por causa do aumento da presença on-line da população potencializado pela massificação do ensino remoto. Para o pesquisador, empresas do setor de tecnologia da informação e comunicação aumentaram seus ganhos com o crescimento do acesso à internet pela população e pela ampliação das escolas ao ensino a distância. Google e Microsoft ganharam mais usuários para suas plataformas

---

<sup>56</sup> Disponível em: <https://noticias.r7.com/educacao/tecnologia-integra-o-novo-normal-na-educacao-pos-pandemia-29062022> Acesso em: 31 out. 2022.

educacionais, que costuraram diversos acordos com governos, prefeituras e instituições privadas.

Zoom, por exemplo, viu a quantidade de usuários aumentar 30 vezes: de 10 milhões em dezembro de 2019 para 300 milhões em abril de 2021 - o crescimento no Brasil teve a mesma escala. A base do Microsoft Teams, por sua vez, dobrou em 12 meses, a partir de abril de 2020; atualmente, são 145 milhões de usuários ativos diários no mundo. O Google Meet registrou um aumento de 20 vezes no tempo médio de uso só no Brasil. Houve também um crescimento de 275% no uso da plataforma de janeiro de 2021 até agora<sup>57</sup>.

E como os próprios dados acima indicam, e o próprio estudo de Silveira (2020) corrobora, não estamos falando de uma novidade. Considerando que estas ferramentas tecnológicas já conviviam “entre nós”, o que a pandemia fez e de forma bastante efetiva foi o que Klein (2020) chamou de “Doutrina de Choque da Pandemia”. Para a autora, a pandemia servirá de “um laboratório vivo para um futuro permanente — e altamente lucrativo — sem contato físico”. Para ela, as grandes corporações do setor tecnológico encontraram, finalmente, o contexto ideal para alavancar seus lucros diante de um futuro de alta tecnologia que se apresenta. Indica que será um futuro em que, “para os privilegiados, quase tudo é entregue em casa, virtualmente por meio de tecnologia de streaming e nuvem, ou fisicamente por um veículo sem motorista ou por um drone, e então ‘compartilhados’ na tela de uma plataforma mediada.”

É este o quadro que seria normalizado após a pandemia. O “novo normal” será tecnológico e modificará a forma de ser e estar das pessoas. E à medida que a prerrogativa de que viveremos um “novo mundo” avança sobre o público e o privado, muitas vezes aglutinando-os sob o pretexto de facilitar e melhorar a vida, ou até mesmo sob argumento já utilizado na crise de 2008, de que não existe uma outra alternativa – o mundo será assim mesmo.

Contudo, na maioria das situações, a adoção de ferramentas tecnológicas era pensada de forma circunstancial e muitas vezes utilizada de forma precária, seja pela emergência com que teve de ser utilizada, seja pelas próprias condições materiais. Falta de aparatos tecnológicos, conexões à internet ruins ou inexistentes, espaços inadequados para assistirem às aulas e as condições precárias de trabalho e estudo

---

<sup>57</sup> Fonte: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2021/05/27/como-zoom-teams-e-meet-constroem-o-home-office-de-milhoes-na-pandemia.htm>. Acesso em: 31 out. 2022.

são alguns dos exemplos do que foi sendo percebido à medida que a implantação do uso das TICs eram adotado.

Diante desse cenário, fez-se necessário que as redes de educação se articulassem a fim de criar estratégias para tentar minimizar os prejuízos decorrentes desse contexto. Por outro lado, começamos a vivenciar um período de adaptação a um modelo de ensino, a saber, ensino remoto, para o qual os/as professores/as não estavam preparados/as para lidar e tampouco receberam suporte ou formação. Da mesma forma, estudantes e suas famílias precisaram criar mecanismos de adaptação diante de um novo contexto que ainda não tem data de término definida. Essa realidade trouxe consigo inúmeros desafios para todos os sujeitos envolvidos no processo educacional e desvelou uma gama de desigualdades que o Brasil enfrenta, as quais certamente tende a crescer. (MELO; SOUZA, 2022, p. 77).

O “novo normal”, dessa forma, reverbera a face excludente e precarizante do neoliberalismo que se alimenta agora de uma roupagem tecnológica e de uma suposta inovação. A fim de maximizar os seus lucros, ou considerando que enfrentamos uma grave crise financeira em 2020, a elite capitalista busca recuperar seus ganhos mercantilizando a ciência e comercializando os seus avanços da maneira mais vantajosa possível, especialmente os investidores do mercado de tecnologia.

No propagado “novo normal”, a perspectiva é de intensificação da exploração do trabalho, principalmente por meio de plataformas e aplicativos de prestação de serviços – na chamada gig economy [trabalhos sob demanda, normalmente mediados por algum aplicativo]. Estima-se que, em 2020, cerca de 35% da força de trabalho nos EUA (57 milhões de pessoas) esteve sob esta condição. [...]. A partir da irrupção da pandemia da COVID-19, instituições educacionais no mundo todo migraram de aulas presenciais para aprendizagem remota – um termo que abrange tanto a entrega de conteúdo escolar por rádio, televisão e apostilas, quanto por meio de plataformas educacionais online, software e aplicativos.(ACCIOLY; MACEDO, 2021, p. 194–195)

A intensificação das desigualdades, a precarização do trabalho, a exploração dos trabalhadores em prol dos lucros das empresas, a mercantilização da vida e a privatização dos serviços sociais básicos são agora realizados num cenário altamente tecnológico. Reuniões remotas, aulas remotas, home-office, ensino híbrido e a própria educação a distância, que resumem perfeitamente esse “novo normal”, servem também como balizadores dos ajustes neoliberais.

Sob a sedução da ideia falaciosa de que a trajetória da tecnologia e a evolução dos mercados são correlatas ao desenvolvimento directo e linear da racionalidade, perspectiva que aqui se cunhou como manifestação de historicismo tecno-liberal, as mercadorias tecnológicas tanto aparecem enquanto promessa, como justificativas de cada novidade. Assim, o novo

tecnológico é concebido de forma necessitarista e teleológica, confirmando sempre as apostas feitas. Em consequência, ficam na obscuridade os interesses, os cálculos económicos, as lógicas de poder, as alternativas possíveis, os conflitos inerentes aos projectos de inovação e às opções tecnológicas. A derrocada de sectores produtivos inteiros e o desemprego tecnológico fazem-se ao compasso da descoberta de novos recursos, da aplicação de métodos de produção, distribuição e consumo, formas de trabalho precárias e fragilizadas (“uberizadas”) e da constituição de mercadorias fictícias. (GARCIA, 2019, p. 191).

Além dessas constatações, o percurso neoliberal para a educação não teve mudança de rota na pandemia. Pereira (2021) demonstra, a partir de um exímio estudo da agenda educacional do Banco Mundial, que mesmo na pandemia a chamada agenda neoliberal não foi questionada ou repensada. Agenda essa que passa pela prescrição, por parte do Banco Mundial, de reformas que descentralizam a gestão educacional pública, a adoção de instrumentos de avaliação pautada por indicadores quantificáveis e comparáveis nacional e internacionalmente, a participação do setor privado na educação e a busca pela eficiência dos gastos públicos no setor.

No caso do Brasil, por exemplo, “a despeito da defesa de ações temporárias que resultam no aumento do gasto público”, o Banco Mundial “segue advogando a primazia normativa do ajuste fiscal e uma agenda ampla de reformas neoliberais.” (PEREIRA, 2021, p. 11). O autor demonstra que, para o Banco Mundial, caberá a retomada da agenda iniciada anteriormente à pandemia, que visava estabelecer e firmar um ambiente de negócios no país e consolidar o desenvolvimento do país capitaneado pelo setor privado.

Quanto às universidades, o “novo normal” apresenta para elas “novos desafios”, em especial se adequarem às exigências tecnológicas e inovadoras dos novos tempos. Foi diante do cenário da pandemia que as universidades implementaram ações com o objetivo de preservar a segurança dos estudantes, dos docentes e de toda comunidade escolar, ao mesmo tempo em que procuraram adotar estratégias didáticas e pedagógicas que substituíssem as aulas presenciais, suspensas por medidas de biossegurança. Uma dessas ações foi efetivada pela publicação da Portaria nº 343, de 17 de março de 2020, do MEC, determinando a substituição das aulas presenciais por aulas remotas e que culminou com a instituição do ensino remoto emergencial (ERE).

O ensino remoto emergencial (ERE), neste contexto, é a forma de ensino não presencial autorizado pelo MEC, em caráter de excepcionalidade, que “dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - Covid-19”. (BRASIL, 2020). A princípio, o ERE é uma alternativa para a continuidade das aulas, por meio de soluções tecnológicas na oferta de ensino remoto, que, para Moreira e Schlemmer (2020, p.8), configura-se “como uma modalidade de ensino ou aula que pressupõe o distanciamento geográfico de professores e estudantes e vem sendo adotada nos diferentes níveis de ensino”. O ERE foi adotado no mundo todo em função da situação imposta pela pandemia.

O ensino remoto emergencial perdurou até o retorno presencial, e é visto por Joseph (2021) como um exemplo de “um balão de ensaio para demonstrar que um outro modelo de educação superior pode ser hegemônico e até mesmo que ele é inevitável diante da realidade e da conjuntura.” (JOSEPH, 2021, p. 385). Para o autor, o modelo empregado durante a pandemia alicerçou o discurso neoliberal dentro das universidades.

O projeto do capital para a educação é absorvido pelos que defendem a mercantilização da educação e também por parte de setores que defendem a educação como direito social, mas foram capturados pela lógica da inovação, do acesso ampliado, da necessidade de modernização e de adaptação aos novos tempos. As Universidades públicas estão cheias de bons exemplos do “sucesso” do ERE, mesmo com sua precariedade, mesmo com os exclusivos esforços e recursos de docentes e discentes, mesmo com a impossibilidade de estabelecer uma relação dialógica e coletiva nos processos de ensino-aprendizagem. (JOSEPH, 2021, p. 406).

Como argumenta Klein (2008), o capitalismo encontra em desastres naturais ou sociais, nesse caso em uma pandemia, oportunidades ímpares de implementar, sem a necessidade de imposição de medidas necessárias ao seu desenvolvimento, e que, devido ao quadro caótico que os desastres proporcionam, conseguem realizar as mudanças por aceitação. No caso, as crises aceleram projetos que já estavam em curso e que muitas vezes encontravam duras resistências a sua implantação. E de fato o uso da tecnologia na educação, com destaque para a educação a distância, já era anunciado como um meio para solucionar problemas e carências do sistema educacional há algum tempo, com inúmeros pesquisadores se debruçando sobre este tema. Em 2005, Belloni já apontava as perspectivas que a educação a distância poderia trazer para a educação.

Neste quadro de mudanças, já não se pode considerar a educação a distância apenas um meio para solucionar problemas emergenciais ou para remediar alguns fracassos do sistema educacional em dado momento de sua história. A EaD tende, doravante, a se tornar cada vez mais um elemento regular e necessário dos sistemas educativos, não apenas para atender a demandas ou grupos específicos, mas também para desempenhar funções de crescente importância, especialmente no ensino pós-secundário, ou seja, na educação da população adulta, o que inclui o ensino superior regular e toda a grande e variada demanda de formação contínua gerada pela obsolescência acelerada da tecnologia e do conhecimento. (BELLONI, 2005, p. 189).

A necessidade de uso das tecnologias da comunicação e informação pelas instituições educacionais durante a pandemia fortaleceu a defesa das potencialidades e vantagens da tecnologia para educação, agora, potencializada pela experiência, a princípio emergencial, mas que apresentou inúmeras possibilidades a serem compartilhadas no “novo mundo” que se apresenta.

É, pois, nesta visão disruptiva que compreendemos a atual sociedade de educação digital e em rede que agora emerge de forma global. As necessárias mudanças organizacionais são muitas vezes difíceis, e surgem em contextos dolorosos, como é o caso, e implicam enormes desafios institucionais, pessoais e coletivos de adaptação, de mudança, de flexibilidade e, principalmente de transformação e inovação. (MOREIRA; SCHLEMMER, 2020, p. 27).

Nesse caso, o uso das tecnologias na mediação das relações e dos processos dentro das universidades públicas encontrava uma resistência organizada de professores e da própria comunidade estudantil. Apesar dos avanços obtidos nas últimas décadas, estes não eram suficientes para corresponder à demanda capitalista. Portanto, o período da pandemia catalisou estas mudanças e, por que não dizer, teve êxito em desobstruir grande parte das resistências existentes, sob a premissa de atender às exigências interpostas pelas restrições sanitárias e, na sequência, de corresponder à adequação ao “novo normal”.

A pandemia do COVID-19 intensificou uma série de contradições que já vinha sendo evidenciada pela crise sistêmica que o capitalismo está submetido na atualidade. [...] Compreendemos, pela análise da legislação brasileira recente, que o projeto do grande capital avança sobre a sociedade e, em especial, sobre a educação, transformada efetivamente em mercadoria, viabilizando o aumento do lucro das grandes corporações nacionais e internacionais. (COSTA, 2020, p.13).

E ainda que as ações pedagógicas mediadas por recursos digitais não fossem de fato novas abordagens para o ensino, muito menos nas universidades, na

pandemia elas assumiram uma importância significativa. E, como já dito, de soluções emergenciais e circunstancial passaram a ser foco de toda uma indústria. Negreiros e Amaral (2021, p. 586) apontam que, desde o início deste século, os avanços das tecnologias envolvendo a indústria 4.0 buscam legitimar estratégias capitalistas para “reduzir o trabalho vivo, potencializando suas taxas de lucro através da incorporação da ciência e tecnologia.”

Em relação ao uso das TICs, na análise dos documentos da Unesco (1998; 1999) e do BM (2003), pudemos identificar a valorização pelo uso dos recursos tecnológicos em quatro tendências: a primeira remete à premissa da inevitabilidade do seu uso como meio para o processo de aprendizagem, de modo a contribuir para a construção de novas formas de socialização e de campos de educação não formal. Valoriza, dessa forma, outros espaços e experiências vivenciadas por cada sujeito; a segunda tendência reporta-se à promoção de maior igualdade de oportunidade entre os indivíduos e a democratização do acesso ao saber; a terceira afirma a promoção de maior autonomia dos indivíduos perante seu processo de aprendizagem ao melhor assumir a gestão de seus conhecimentos, bem como do tempo destinado a esse processo; a quarta se refere à ênfase na importância da utilização dos recursos tecnológicos como forma de promover melhorias no âmbito das instituições de ensino superior, desde aspectos administrativos e de gestão acadêmica até a própria dimensão pedagógica do processo de ensino-aprendizagem. (NEGREIROS, 2019, p. 174).

O uso dessas tecnologias aplicadas às aulas e à própria gestão das instituições passou a fazer parte da perspectiva de uma nova universidade, de novos modelos, do que estava sendo anunciado como o “novo normal”. “Os modelos de educação de emergência estão sendo tratados como protótipos para os sistemas educacionais imitarem muito além da pandemia.” (WILLIAMSON et al., 2020, p. 109, tradução nossa). A educação superior sofrerá, segundo Ristoff (2022), a aceleração de um processo que, para ele, já está em curso, a construção do “campus do futuro”, como parte de uma “nova concepção universitária”. É essa a perspectiva durante a pandemia, a de uma proposta de construção de uma “nova universidade” alinhada aos desafios que se apresentam e que se fará necessária para sobreviver ao “novo normal”.

### **3.3 Uma nova universidade**

A partir da declaração do estado de pandemia pela OMS, em março de 2020, as universidades brasileiras passaram, conforme o grau de sua autonomia, a tomar

as medidas necessárias referentes à circulação de pessoas em suas instalações e, por conseguinte, às suas atividades de ensino, pesquisa e extensão. No caso das universidades federais, dados do monitoramento realizado pelo MEC<sup>58</sup> apontaram que 70% delas suspenderam as aulas a partir do decreto da pandemia no Brasil, sendo que as outras 30% mantiveram suas aulas de forma remota. De toda forma, apenas no início do mês de outubro a totalidade das universidades federais retornaram suas aulas, de forma emergencial e não presencial.

Conforme apontam Castioni et al. (2021, p. 400), o decreto da pandemia veio a acontecer no início do semestre letivo de 2020 e o argumento utilizado pelas universidades para a suspensão das aulas, as que assim fizeram, foi a dificuldade de acesso à internet, ou a indisponibilidade de equipamentos, ou ainda a própria dificuldade dos estudantes com os recursos tecnológicos necessários à realização das aulas remotas. Aqui no Brasil, diferentemente do que aconteceu nos EUA e na Europa, onde a mudança para o ensino remoto ocorreu poucas semanas após o início das medidas de isolamento social, as universidades federais, prosseguem Castioni et al (2021, p. 400), justificaram suas limitações tecnológicas, a falta de formação adequada dos docentes e a já referida limitação dos estudantes. A maioria das universidades federais ajustou seu retorno às aulas, de forma remota, a partir de agosto de 2020, com exceção de algumas universidades que mantiveram suas atividades remotamente. (CASTIONI et al., 2021, p. 400).

Como já exposto no segundo capítulo, as universidades vivenciaram, durante os anos da pandemia, um cenário bastante peculiar, tendo de conciliar suas atividades com as exigências sanitárias de isolamento social. Suspender ou não suas atividades, realizar aulas de maneira remota e saber quando retomar as atividades presenciais foram questões que estiveram presentes na pauta dos dirigentes das universidades durante o período, nos anos de 2020 e 2021.

Como exemplo, nas universidades selecionadas para o estudo das atas, as aulas nos cursos de graduação foram suspensas e posteriormente retomadas, de modo remoto e presencial, conforme uma dinâmica bastante peculiar, que exprimia, por um lado, as suas particularidades, e, por outro, o contexto daquilo que estava acontecendo nas universidades federais brasileiras durante a pandemia em sua

---

<sup>58</sup> BRASIL. Ministério da Educação. **Coronavírus**: monitoramento nas instituições de ensino. Brasília, DF: MEC, 2020. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/coronavirus/>.

totalidade. No quadro abaixo, delimitamos quando e de que forma (presencial ou remota) o calendário das aulas dos cursos de graduação foi sendo ajustado nos anos da pandemia.

Quadro 4 – Situação das aulas dos cursos de graduação durante a pandemia – UFBA, UFG, UFMG, UFPA e UFSM (2020-2022)

IFES	Suspensão das aulas	Volta das aulas de forma remota	Volta das aulas presenciais
UFBA	18.03.2020	08.09.2020	07.03.2022
UFG	16.03.2020	31.08.2020	25.05.2022
UFMG	18.03.2020	03.08.2020	26.03.2022
UFPA	19.03.2020	14.09.2020	03.01.2022
UMSM	Não teve*	19.10.2020**	11.04.2022

Fonte: BRASIL. Ministério da Educação. **Coronavírus**: monitoramento nas instituições de ensino. Brasília, DF: MEC, 2020. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/coronavirus/>. Acesso em: 02/12/2022 Elaborado pelo autor.

\* As atividades do primeiro semestre de 2020 foram mantidas com adesão facultativa à REDE<sup>59</sup>.

\*\* obrigatório pela REDE.

Como parte desse cenário de isolamento forçado pela pandemia, em que as atividades acadêmicas foram mantidas por meio do uso de tecnologias de informação e comunicação, a tecnologia foi se constituindo como uma grande protagonista, por aquilo que proporcionou e permitiu, ganhando cada vez mais visibilidade à medida em que as atividades eram retomadas remotamente. De modo paralelo, esse protagonismo, que em tese seria pontual e decorrente de um contexto específico da pandemia, alavancou também a perspectiva de se pensar como as universidades iriam se constituir diante do “novo normal” que estava sendo previsto.

Dessa forma, conforme estudo realizado no capítulo anterior, foi expresso nas atas um protagonismo cada vez maior de uma “nova universidade” constituída pela

<sup>59</sup> O Regime de Exercícios Domiciliares Especiais (REDE) consiste em uma combinação dos exercícios domiciliares com as características do ensino remoto e da mediação por Tecnologias Educacionais em Rede (TER) e deve ser utilizado de forma transitória, durante o período de suspensão das atividades presenciais. Para tal, todas as ações de ensino que podem ser executadas sem a presencialidade poderão ser desenvolvidas por intermédio de Ambientes Virtuais de Ensino-Aprendizagem e/ou com a intermediação de TER. O REDE serve para aulas remotas e práticas, eventos, encontros, bancas, formaturas, estágios, entre outros. Disponível em: <https://www.ufsm.br/coronavirus/perguntas-frequentes/>. Acesso em: 1 dez. 2022

inovação proveniente da tecnologia, que traria algo novo e inovador, superior a um passado que agora necessitava ser superado. Ou, como é expresso no trecho abaixo, era preciso construir novos modelos educacionais, nesse caso pautado pelas tecnologias, que outrora faziam parte da universidade, mas que agora estão presentes de forma intensa.

[...] Acrescentou dizendo que estão procurando, nesse período, construir **novos modelos educacionais**, evidentemente que não dispensa a presença do professor e a presença do técnico-administrativo, **mas que vão permitir a incorporação de tecnologia ao ensino, mas isso não é um processo de agora, e se vem tentando construir há mais de vinte anos, e que se está intensificando nesse momento.** (Ata 03, UFSM, 24 de julho de 2020, grifo nosso).

Desde o início da pandemia, as atas já apresentam trechos que ressaltavam a inovação tecnológica e a perspectiva de sua transformação em termos como uma “nova universidade” no contexto de um “novo normal. Como exemplo, em pouco mais de três meses após decretada a pandemia, o “novo normal” já aparece nas discussões das universidades:

Acerca do funcionamento da área administrativa da Universidade, declarou que a UFG se empenhou no uso das novas tecnologias disponíveis para dar continuidade às atividades, **com o novo normal.** (Ata 02, UFG, 15 de maio de 2020, grifo nosso).

Em recente reunião do CONSEPE, em 22 de maio de 2020, discutiu-se e se estabeleceu consenso de que não há, atualmente, horizonte válido para o retorno seguro às atividades universitárias presenciais. Mesmo por isso, deliberou-se pela formação de comissão de estudos para sugerir atividades universitárias dentro do “**novo normal**”. (Ata 04, UFPA, 03 de junho de 2020, grifo nosso).

Em detrimento de decisões pautadas pelas consequências da pandemia - o número elevado de contaminações, de graves complicações e de mortes, a crise econômica, as altas taxas de desemprego e falências e as inúmeras incertezas decorrentes – muitas vezes a viabilidade ou não das aulas e das atividades acadêmicas foram definidas pelos grupos de trabalho voltados para a questão das tecnologias. E isso fica sugerido nas atas pela centralidade dada às discussões sobre resoluções e normativas, gestão institucional e decisões sobre o retorno ou não das aulas.

A seguir a presidente informou que foram constituídas comissões - através do Grupo de Trabalho de Tecnologias, já constituído para implementar o trabalho de ensino remoto - para desenvolver um projeto de avaliação de

implementação do ensino remoto emergencial, que trará elementos significativos para se ter dados sobre esse processo de ensino já implementado. (Ata 12, UFG, 13 de novembro de 2020).

O “novo normal” que se apresenta, como já destacado aqui, é a ascensão da tecnologia da comunicação e informação como fruto da expansão da mercadificação do conhecimento. Nesse sentido, a “nova universidade” será a materialização desse processo, diante de um contexto de ampliação do protagonismo da tecnologia no espaço acadêmico.

A tecnologia da informação e comunicação tornou possível a flexibilidade, a adequação e os necessários ajustes que foram feitos para garantir que as universidades não parassem, que os processos se mantivessem, as reuniões continuassem, decisões fossem tomadas e, dessa forma, mantendo-se executável a rotina das universidades. As tecnologias eram apresentadas como um meio para modernizar e preparar as instituições para o contexto que se apresentava.

Declarou que a Pró-Reitoria de Graduação está analisando a possibilidade de flexibilização de algumas normas do Regulamento Geral de Cursos-RGCG para este período emergencial, com um aprimoramento para o ensino/aprendizagem. (Ata 07, UFG, 24 de julho de 2020).

[...] que o sistema foi utilizado no Instituto de Letras e Comunicação e, surpreendentemente, houve maior participação quando a eleição ocorreu pelo Sistema. Disse, ainda, que entende a dificuldade dos Campi, mas ressaltou a importância da Consulta. (Ata 04, UFPA, 03 de junho de 2020).

[...] se deve avançar nos programas de inclusão digital, voltados aos discentes em condição de vulnerabilidade socioeconômica. Acrescentou, ainda, que, dessa forma, se mantém o compromisso social da Universidade, de garantir e ampliar o acesso à educação superior pública, dando continuidade às atividades, mesmo diante de incertezas. (Ata 14, UFPA, 27 de novembro de 2020).

Interessante que, mesmo em um contexto de críticas e de dificuldades impostas pelas condições materiais, estas eram reduzidas a casos isolados ou dificuldades particulares. “Disse, ainda, que o ERE, de forma geral, é um processo bem-sucedido, ainda que se saiba que também há muitas dificuldades.” (Ata 14, UFPA, 27 de novembro de 2020). No caso a seguir, um representante docente nega que exista uma resistência prévia dos professores quanto ao uso das tecnologias e manifesta que o que existe são preocupações:

Disse que não vê nenhuma resistência quanto ao uso das tecnologias e que a questão do uso das tecnologias não passa por uma questão de resistência, e tem visto muitos professores utilizarem a tecnologia. Acrescentou dizendo

que isso não é a mesma coisa que ensino a distância ou de dar aula online, são coisas diferentes, e tem visto as pessoas se adaptando, da forma como podem, e isso envolve outras questões como acesso à tecnologia e o próprio procedimento de se dar aula online. Disse que tem que se dar condições de trabalho e também condições para os alunos receberem as aulas. (Ata 03, UFSM, 24 de julho de 2020).

Mesmo diante de críticas acerca do acesso aos recursos, da precarização do trabalho docente e do apontamento de prejuízos ao processo formativo, o contexto da pandemia acabou contribuindo para minimizar ou mesmo obscurecer esses problemas, provocando mudanças na forma como a gestão da universidade passou a tratar essas questões, por vezes pormenorizando os problemas relacionados ao acesso ou as dificuldades docentes, mas, na maioria das situações, expressando a importância de se fazer o “que era necessário fazer”. Exemplo disso é a manifestação de um gestor sobre as atribuições dos professores em face da incorporação de novas tecnologias:

Disse que são contratados como professores sim, independente da forma de atuação, em todas as atribuições, no ensino, na pesquisa e na extensão, e que não está dito lá que as nossas atividades vão ser exclusivamente presencial ou não, e as tecnologias já são usadas quase todos os dias na sala de aula, mas o que está sendo exigido é um passo acima. (Ata 03, UFSM, 24 de julho de 2020).

Acresça-se que, para se pensar o “novo normal”, era necessário delimitar o caminho a ser tomado pelas universidades, sedimentado as bases que foram se estabelecendo a partir da ascensão da inovação na perspectiva do uso das tecnologias. Assim, o novo é concebido como fruto de uma evolução necessária que poderia já ter sido feita, e que agora poderia finalmente ser efetivada: “[...] a pandemia está trazendo a todos para dentro de um cenário que vinha sendo feito de forma negligenciada ao longo do tempo do uso da tecnologia.” (Ata 03, UFSM, 24 de julho de 2020).

Nos registros estudados, há manifestações quanto às possibilidades, após o fim da pandemia, que a tecnologia traria a flexibilização dos projetos pedagógicos dos cursos, a agilidade de processos decisórios e até mesmo a possibilidade de melhoria do atendimento dos anseios da sociedade por parte das universidades. Existia uma perspectiva de que algo de diferente seria necessário após a pandemia e, como no trecho abaixo, que não teríamos o mesmo “sistema de funcionamento”, ou seja, sugerindo algo de diferente com relação ao período anterior à pandemia:

[...] mas se tem que discutir a retomada da nossa atividade, e se tem prazo para isso, mas é evidente que se tem que discutir formas de retomada, pois quando isso acontecer certamente não se terá o mesmo sistema de funcionamento de antes da pandemia. (Ata 01, UFSM, 30 de abril de 2020).

Dessa forma, a pandemia contribuiu para dar destaque a questões que muitas vezes sofriam resistência no meio universitário, mas que, diante do “inevitável” e de uma “nova” sociedade, ganharam força e protagonismo. Nesse caso, é emblemático o avanço da educação a distância, que, de um “recorte” específico, passa a ser vista como uma necessidade cotidiana dentro das instituições.

Muitos dos paradigmas que sustentam a vida cotidiana estão em acelerada desconstrução. Alguns deles são relacionados ao nosso sistema educacional. As instâncias normativas da educação e o cidadão leigo, geralmente cuidadosos e preocupados em garantir “qualidade” e evitar “fraudes/facilidades/precariedade” associadas aos cursos a distância, de repente se viram na contingência de aceitar que a superação das limitações impostas pelo isolamento social pode se dar por meio dos mesmos recursos e metodologia antes temidos, regulados e controlados: Como em um passe de mágica, o que era Modalidade Educacional destinada a fins específicos e casos de exceção, voltada para a ensino de massas ou para os que não têm acesso ao ensino superior “de verdade”, se tornou o novo normal. (MARTINS, 2020, p. 251).

Para Cruz e Venturini (2020), as primeiras aplicações do uso das tecnologias na educação eram associadas a uma forte tendência pedagógica, com ênfase nas questões metodológicas e, por consequência, em políticas de formação docente. Para os autores, é com “a associação direta entre tecnologias e melhoria educativa” que a tecnologia passa a ser vista como uma solucionadora de problemas educacionais. Contudo, “tem-se uma naturalização acrítica de que qualquer solução – independente de seu desenho – poderia cumprir esse papel.” (Ibidem, p. 1077).

Em um passado bem recente, em 1999, a Declaração de Bolonha já buscava criar uma convergência entre a educação superior europeia, as mudanças tecnológicas na sociedade e as demandas do mercado. “A preparação para o trabalho passa a ser função dominante e o fortalecimento do mercado se torna uma meta essencial a ser atingida pela universidade.” (DIAS SOBRINHO, 2005, p. 124). E da mesma forma, desde o final do século passado, a universidade pública brasileira é alvo de um debate acerca de sua modernização, da sua adequação às renovações tecnológicas e aos desafios econômicos.

A premissa sobre o que é denominado como novo, seja o “novo normal” ou até mesmo uma “nova universidade,” não configura um ineditismo do momento pós-pandemia em que vivemos, mas fruto da conjuntura que prontamente se constituiu durante a crise decorrente da pandemia. É a busca por respostas rápidas ao contexto da suspensão das atividades presenciais, em especial as aulas, que se estabeleceu o cenário de avanço da influência neoliberal nas propostas e discursos mercantilizantes que estão por trás do avanço das plataformas privadas de comunicação e informação nas universidades públicas, e que, com a pandemia, normalizaram seu uso sob o astuto dilema de adequação das universidades ao “novo normal”.

A narrativa é bem conhecida: a pandemia de Covid-19 deve ser encarada como uma oportunidade. Professores, sindicatos e alunos que até então resistiam à integração do ensino à distância a educação básica e ao ensino superior terão que ceder à realidade. Finalmente chegou a hora da aposentadoria dos professores analógicos que insistem em impedir o avanço do mundo digital na educação. Uma vez removida essa resistência corporativa, os governos poderão adquirir a infraestrutura necessária para o novo mundo digital. Este deve ser o “novo normal” na educação. (LEHER, 2021b, p. 45, tradução nossa).

Para Cavalcanti e Guerra (2022, p. 89), o futuro das universidades federais passará pela adoção de um projeto de ensino mediado pela tecnologia, para elas serem instituições de um novo tempo. Em síntese, sob um “novo normal”, surgirá uma “nova universidade”, que precisará ser mais tecnológica, moderna e adequada aos novos desafios da sociedade em rede. Nesse sentido, Leher (2021, p. 46, tradução nossa) alerta:

A maioria dos aparatos corporativos privados de hegemonia anuncia que as escolas no futuro serão gerenciadas por sua complexa rede de operadoras e planeja a disseminação de escolas charter, de remuneração de professores baseada em tarefas e desempenho, de competências de ensino associadas a algoritmos de artefatos tecnológicos e assim por diante.

E como já explorado aqui, grandes corporações tecnológicas alavancaram seus ganhos com a ampliação de seus negócios para mercados até então resistentes aos avanços dessas empresas. No caso das universidades, a implantação de recursos digitais na pandemia foi a oportunidade para os fins lucrativos, assim como a abertura necessária para influenciarem as práticas que serão adotadas no pós-pandemia.

Edu-empresas, como a Pearson, disponibilizaram seus serviços de aprendizado *on-line* gratuitamente para novas instituições assinantes e lançaram pacotes de conselhos, recursos e orientações sobre "educação

domiciliar". Muitas das maiores e mais bem sucedidas empresas de tecnologia do mundo também expandiram seus serviços educacionais rapidamente, incluindo Google, Microsoft, Amazon e Zoom. Os mercados têm sido uma preocupação central da indústria global de tecnologias educacionais, mas a pandemia pode ter apresentado oportunidades de negócios notáveis para fins lucrativos, bem como maior influência sobre as práticas de educação. (WILLIAMSON et al., 2020, p. 109, tradução nossa.).

Um exemplo bastante emblemático do se “fazer o que era necessário” foi a forma como as grandes corporações de tecnologia (Google e Microsoft) passaram a ter livre acesso aos dados da comunidade acadêmica e ter seus aplicativos utilizados sem qualquer resistência ou questionamento. Dados em 2020, em estudo feito por grupo de pesquisadores à frente do projeto Educação Viglada<sup>60</sup>, já apontavam que “de 65 universidades federais analisadas, 39 têm o Google como provedor de e-mail e outras três (UnB, UFABC e UFPR), a Microsoft.”<sup>61</sup>

O aumento da demanda pelo ensino remoto emergencial, motivado pela pandemia da Covid-19 em 2020, acelerou a adoção de tecnologias digitais para a interação entre docentes e estudantes em isolamento social. Para além dos desafios relacionados às diversas brechas digitais que esse processo implicou, a educação remota expôs o despreparo das instituições públicas em dispor de infraestruturas adequadas para a interação a distância e abriu espaço para um aumento na adoção de soluções oferecidas por grandes empresas do capitalismo global. Com isso, abriu uma oportunidade para o desenvolvimento de novos acordos entre as instituições públicas de ensino e empresas como Google ou Microsoft para o uso de uma série de serviços adaptados para o contexto educativo, como e-mail, mensagem instantânea, áudio e videoconferências, organizadores de sala de aula, espaço de hospedagem de arquivos em nuvens, documentos compartilhados online, etc. (CRUZ; VENTURINI, 2020, p. 1061).

Dessa forma, a “nova universidade” para atender ao “novo normal” está sendo concebida diante da necessidade de se ajustar ao cenário de inovação tecnológica, em que a tecnologia e a educação precisam caminhar juntas. Contudo, para o mercado, a informação passa a ser um importante elemento produtivo e que favorecerá ainda mais a acumulação de capital. Temos então mercadorias tecnológicas sendo apresentadas como promessas de mudanças e evolução, que, no caso das universidades, as levarão ao futuro.

Interessante que Castells (1999), ao desenvolver sua tese sobre a sociedade do conhecimento, explorava o papel que as tecnologias da informação e comunicação

<sup>60</sup> <https://educacaovigliada.org.br/>

<sup>61</sup> Disponível em: <https://www.apufsc.org.br/2020/08/05/pesquisadores-alertam-para-riscos-de-parcerias-gratuitas-entre-universidades-publicas-e-empresas-de-tecnologia/> Acesso em: 15 nov. 2022.

possuíam no contexto da reestruturação capitalista. Para ele, “a revolução da tecnologia da informação foi essencial para a implantação de um importante processo de reestruturação do sistema capitalista a partir da década de 80.” (CASTELLS, 1999, p. 31).

Assim, o pacote do “novo normal” tecnológico que pretendia ganhar espaço nas universidades leva consigo, além das ditas novidades e inovações, os interesses corporativos e a lógica de poder capitalista. Não obstante o desemprego, formas precárias de trabalho e a própria privatização do conhecimento passam a ser parte desse “novo normal” e, por conseguinte, daquelas instituições que se “renovam”.

Por isso, é importante que se mantenham parâmetros mais críticos e reflexivos acerca das propostas de modernização às quais as universidades públicas estão sendo submetidas, desde a pandemia. Como já indicava Chauí (2003, p. 8), a “universidade pública corre o risco de passar por uma modernização que a faça contemporânea do século XXI, sem que se toque nas causas que deram origem a esse modelo universitário”.

E não por acaso aqueles dentro das universidades públicas que manifestaram resistência ao avanço das inovações tecnológicas tenham sido tão criticados. Para Castells (2005, p. 19), estes professores são intelectuais “incapazes de compreender o mundo em que vivem, e aqueles que estão minados no seu papel público, são particularmente críticos à chegada de um novo ambiente tecnológico”.

Mas era preciso prosseguir dentro das universidades, afinal, o modelo de negócios que tem sido alavancado com o uso das tecnologias da informação e comunicação, como parte do avanço da financeirização, passa pela privatização das práticas dentro das instituições públicas. Como já dito aqui, as universidades públicas são mercados promissores para o avanço dessa “economia do conhecimento”.

A moldagem e a condução desta sociedade está, como esteve sempre no caso das outras, nas mãos do sector público, apesar do discurso ideológico que pretende esconder esta realidade. Contudo, o sector público é a esfera da sociedade em que as novas tecnologias de comunicação estão menos difundidas e os obstáculos à inovação e ao funcionamento em rede são mais pronunciados. Assim, a reforma do sector público comanda tudo o resto, no processo de moldagem produtiva da sociedade em rede. (CASTELLS, 2005, p. 27).

Fica evidenciado que já eram presente na academia vozes que se manifestavam diante de uma necessidade de se introduzir com maior protagonismo as tecnologias da informação e comunicação na universidade. No fim das contas, o que o “novo normal” imputará a essa “nova universidade” são adequações às transformações que vinham acontecendo na dinâmica dessa fase do capitalismo, provenientes do modo de acumulação flexível e que foram bem detectadas por Harvey (2008, p. 140), que as caracteriza pelo “surgimento [...] novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional.”

Essa fase do capitalismo, o neoliberalismo, encontrou, mais uma vez, uma crise neste século XXI capaz de lhe oferecer as condições para seu desenvolvimento. No caso da pandemia, o que saíra é um robusto mercado em torno das tecnologias da informação e comunicação, em processos privatizantes da produção do conhecimento realizados nas universidades públicas, sob uma pseudonecessidade de adequação das instituições ao “novo normal”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desfazer o normal há de ser uma norma.  
Manoel de Barros<sup>62</sup>

As investidas em mudanças no ensino superior brasileiro, em especial nas universidades federais, para adequá-las às demandas do mercado, são pautas desta etapa do capitalismo como parte do consentimento neoliberal. A ideia de que essas instituições se acomodaram em estruturas rígidas e distantes da realidade do setor produtivo e seus professores gozam de privilégios financeiros não condizentes com o retorno dado à sociedade é promovida por organismos internacionais, a grande mídia, por *think-tanks* neoliberais e seus respectivos intelectuais. Dessa forma, as universidades são cobradas para serem mais eficientes, dinâmicas e competitivas, o que implicaria ajustes estruturais nos seus processos, em seus currículos e na forma como se relacionam com o mercado.

As premissas apregoadas pelos ideólogos neoliberais vinham se “infiltrando” nas universidades públicas brasileiras com a lógica produtivista da pós-graduação e a promoção da cultura empreendedora, que geralmente eram apresentadas numa alusão à eficiência e à competitividade, substituindo o conceito de “bem comum” pelo de “responsabilidade pessoal”; o de direito social pelo de investimento individual. Passa a ganhar espaço nas universidades propostas que busquem melhorar a qualidade e eficiência do uso dos recursos, e nesse sentido, metas e indicadores passam a ser parâmetros dessa propensa qualidade, numa clara alusão as práticas adotadas pelo mercado.

E nesse contexto por universidades que sejam mais ajustadas ao cenário que se apresentava e que tenham a inovação tecnológica como artefato crucial para o desenvolvimento econômico, o que reverbera nas universidades públicas para que estas sejam inovadoras ou que adotem as práticas denominadas de inovadoras do mercado.

---

<sup>62</sup> BARROS, Manoel de. **Memórias inventadas**: segunda infância. Rio de Janeiro, Alfaguara, 2018. p. 4.

A ideia de uma “nova universidade” é apresentada como uma solução para os problemas do ensino superior. Ela propõe uma visão diferente daquela pela qual a universidade se consolidou como uma instituição cujos objetivos principais são a produção e disseminação do conhecimento, e a formação profissional, sendo um espaço onde se valoriza a diversidade de pensamento e a liberdade acadêmica. A “nova universidade” sugere que a universidade deva ser mais eficiente e produtiva, focando em resultados imediatos e em atender às demandas do mercado. Essa visão tende a reduzir a universidade a uma fábrica de diplomas, onde o conhecimento é visto como uma mercadoria a ser vendida.

A perspectiva neoliberal da universidade negligencia o seu papel crucial na sociedade, ao tratá-la como uma empresa com objetivos meramente lucrativos. No entanto, a universidade tem uma relevância social fundamental e deve ser valorizada por isso. Ademais, a proposta de uma “nova universidade” não leva em conta os desafios concretos enfrentados pelas instituições universitárias atualmente. Entre esses desafios, estão a escassez de recursos financeiros e a falta de investimentos em pesquisa e infraestrutura. É imprudente imaginar que a simples criação de uma “nova universidade” possa solucionar essas dificuldades.

Contudo, o avanço desse modelo de universidade funcional e pragmática tende a encontrar, dentro das próprias instituições, resistência imposta por grupos que divergem do modelo societário ao qual essa “nova universidade” propõe, que, para Chauí (2003, p.15), “significa submeter a sociedade em geral e as universidades públicas, em particular, a modelos, critérios e interesses que servem ao capital e não aos direitos dos cidadãos”.

Foi, também, sobre o “avançar ou não” de uma lógica neoliberal dentro das universidades públicas que se desenvolveu esta pesquisa, mas que, especificamente, passa a ter como um cenário de fundo a pandemia de Covid-19, que circunstancialmente poderia ser ou não um elemento catalisador das ditas mudanças requeridas pelo mercado. A princípio, os primeiros meses da pandemia trouxeram à tona algumas certezas, que talvez fossem muito mais desejos e anseios, e que logo foram derrubadas – Fim do neoliberalismo! Aumento da ação estatal para reduzir as desigualdades! Fortalecimento das políticas sociais!

E de fato não foi o fim do neoliberalismo, ou sua morte (mas uma não morte por sinal, como abordamos no terceiro capítulo), a desigualdade social se intensificou

e, apesar do papel crucial do Estado como financiador para superarmos os piores momentos da pandemia, sua intervenção continuou a ser questionada. Portanto, e ao final desta trajetória de estudo, algumas questões emergiram, carentes de ponderações, que, mais que determinantes, devem servir para impulsionar e fortalecer novos estudos acerca do que aqui foi apresentado.

Sob a perspectiva de uma nova universidade para atender os novos tempos, o “novo normal” pós-pandemia, tivemos o avanço significativo de práticas e procedimentos que atenderam muito mais ao mercado, do que especificamente as necessidades da sociedade. Na proeminência de responder à demanda por ações não presenciais, por manter as instituições em funcionamento e por, dessa forma, não parar as universidades, as tecnologias da informação e comunicação conquistaram um espaço que até então parecia de difícil acesso.

E agregado a este crescimento substancial obtido nas universidades públicas e de um respaldo muitas vezes inquestionável sobre sua importância para a adequação das universidades ao “novo normal”, o avanço das tecnologias da informação e comunicação é de fato um simulacro do movimento modernizante e reformador com o qual o neoliberalismo deseja impor às universidades públicas.

Paralelamente, um forte movimento privatizante foi fortalecido, seja com o avanço das megacorporações de tecnologia nas instituições públicas, seja pelo aumento da presença do setor privado no ensino superior. Esse crescimento do setor privado no ensino superior brasileiro, que já era fato desde o final dos anos de 1990, teve sua consolidação agora permeada pelo avanço da educação a distância. Em 2021, segundo dados do censo do ensino superior, o número de estudantes matriculados em cursos de graduação na modalidade à distância superou, pela primeira vez, o número de estudantes de graduação presencial.

Fato esse que passa a ser, inclusive, uma estratégia das corporações do setor educacional, que vislumbra na educação a distância um mecanismo de barateamento de seus custos e do enxugamento dos seus quadro de docentes.

A Cogna, conglomerado que mais viu seu valor de mercado cair nos últimos anos, é também o que mais tem estudantes na modalidade presencial. No release de resultados do 3º trimestre de 2022, afirma que a estratégia passou a ser foco em cursos de “baixa presencialidade” – que podem ter a maior parte da sua carga horária em regime à distância. O Censo da Educação de 2021 mostra que não foi apenas o ano em que mais gente entrou no ensino

superior por EAD, como diz Boscolo. Foi também o ano em que a modalidade à distância passou a ter mais da metade dos alunos da rede privada.<sup>63</sup>

O “novo normal” para os neoliberais deverá ser a mercadificação do ensino superior público, pelo avanço do modelo corporativo nas instituições públicas, através das parcerias do setor produtivo e das universidades, da consolidação do modelo gerencialista e do rompimento das barreiras para solidificar as inovações advindas da tecnologia da informação e comunicação, na sua maioria provenientes das Big Techs<sup>64</sup>.

Inovação e tecnologia não são apenas duas palavras, visto que ser ou não ser inovador não é só uma decisão a ser tomada pelas universidades. Cabe sempre, numa instituição estabelecida sobre a ciência, a preocupação de como uma decisão será tomada e principalmente quem serão os favorecidos. O problema não deve ser a mudança, ou uma mudança em si, mas a que concepção de mundo, de homem, de sociedade que essa mudança atenderá.

Somos provocados a refletir até que ponto a universidade irá resistir às necessidades individualistas do mercado? Qual o preço que as nossas universidades irão pagar pela necessidade de se ajustarem ao mundo dos negócios? Quais os limites que os interesses dos homens de negócios irão ultrapassar em benefício dos seus interesses?

O que deve está em questão é o caráter público das nossas universidades públicas e sobre a possibilidade destas serem espaços de socialização de conhecimento, de promoção da ciência, mas acima de tudo de resistência aos preceitos do imediatismo do mercado. Estabelecer canais de diálogo com o setor produtivo não pode ser sinônimo de submissão aos interesses dos donos das grandes corporações.

E quanto a esta dita “nova universidade”, apesar do potencial da crise vivenciada durante a pandemia e do avanço do discurso modernizante apregoado com o uso tecnologias da informação e comunicação, o que de fato detectamos é a resistência sendo constituída de diversas formas no espaço universitário. A pandemia

---

<sup>63</sup> Reportagem disponível em: <https://www.poder360.com.br/poderespecial/brasilafrente/mercado-de-ensino-superior-tem-concentracao-recorde/>. Acesso em: 2 jan. 2023.

<sup>64</sup> Big techs são gigantes corporações do setor de tecnologia que dominam o mercado dos seus respectivos ramos, como, por exemplo, a Apple, Google, Amazon, Microsoft.

trouxe consigo uma série de desafios para a educação, especialmente para as instituições de ensino superior. Com o fechamento das universidades e a necessidade de adaptação ao ensino remoto, muitos questionaram se essa seria a oportunidade perfeita para uma reformulação das universidades.

Em resumo, enquanto alguns viram na pandemia uma oportunidade para repensar e modernizar as universidades públicas, outros resistem às mudanças e defendem a importância de uma construção coletiva, crítica e dialogada de universidade, que acima de tudo atenda aos interesses da sociedade, e não apenas de grupos econômicos.

Dessa forma, a resistência aos avanços neoliberais nas instituições públicas passa a ser a resistência à normalidade. O “novo normal” traz novas formas e algumas não tão novas formas de neoliberalizar as universidades públicas e de fato destituir estas instituições de todo e qualquer modelo de universidade autônoma, crítica e dedicada ao desenvolvimento social. É preciso “desnormalizar” as nossas universidades!

## REFERÊNCIAS

- ACCIOLY, I. B.; MACEDO, D. O “Novo Normal” Pandêmico e os Desafios para a Educação Crítica. **Ensino, Saúde e Ambiente**, v. 14, n. esp., p. 189–200, 2021. DOI: <https://doi.org/10.22409/resa2021.v14iesp..a51579>
- AYERS, A. J.; SAAD-FILHO, A. Democracy against Neoliberalism: Paradoxes, Limitations, Transcendence. **Critical Sociology**, v. 41, n. 4–5, p. 597–618, 2015.
- BANCO MUNDIAL. **La Enseñanza Superior: las lecciones derivadas de la experiencia: Development in practice - Spanish**. Washington DC: [s.n.]. Disponível em: <http://documentos.bancomundial.org/curated/es/274211468321262162/pdf/133500PAPER0Sp1rior0Box2150A1995001.pdf>. Acesso em: 18 out. 2019.
- BANCO MUNDIAL. **Pandemia de COVID-19: Impacto en la educación y respuestas en materia de políticas**. Washington DC: Banco Mundial (Documento em Espanhol), 2020.
- BARREYRO, G. B. **Mapa do ensino superior privado**. Brasília, DF: MEC/Inep, 2008.
- BEAUD, M. **História do Capitalismo: de 1500 aos nossos dias atuais**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- BELLONI, M. L. Educação a distância e inovação tecnológica. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 187–198, mar. 2005.
- BOBBIO, N. **Liberalismo e Democracia**. Tradução: Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Edipro, 2017.
- BOITO JR., A. **Estado, política e classes sociais**. São Paulo: Editora Unesp, 2007.
- BOITO JR., A. **Reforma e Crise Política no Brasil: os conflitos de classe nos governos do PT**. São Paulo: Editora Unesp, 2018.
- BRASIL. **Portaria nº 343, de 17 de março de 2020**. Brasília, DF: Diário Oficial da União, Edição: 53, Seção:1, p.39, 2020. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Portaria/PRT/Portaria no 343-20-mec.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Portaria/PRT/Portaria%20no%20343-20-mec.htm). Acesso em: 5 out. 2022.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. **Crise Econômica e Reforma do Estado no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 1996.
- BRUININKS, R. H.; KEENEY, B.; THORP, J. Transforming America’s Universities to Compete in the “New Normal”. **Innovative Higher Education**, v. 35, n. 2, p. 113-125, 27 jan. 2010.
- BURGOS, M. T. B.; BELLATO, C. C. Gerencialismo e pós-gerencialismo: em busca de uma nova imaginação para as políticas educacionais no Brasil. **Sociologia & Antropologia**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 919-943, 2019.
- CARVALHO, L. **Curto-Circuito: o vírus e a volta do Estado**. São Paulo: Todavia, 2020.

CASANOVA, P. G. A nova universidade. *In*: GENTILI, P. (org.). **Universidade na penumbra: neoliberalismo e reestruturação universitária**. São Paulo: Cortez, 2001. p. 217–232.

CASTELLS, M. **A Sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 1

CASTELLS, M. **A Sociedade em rede: do conhecimento à política**. Belém (Portugal): Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2005.

CASTIONI, R.; MELO, A. A. S.; NASCIMENTO, P. M.; RAMOS, D. L. Universidades federais na pandemia da Covid-19: acesso discente à internet e ensino remoto emergencial. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 111, p. 399-419, abr./jun. 2021. <https://doi.org/10.1590/S0104-40362021002903108>

CAVALCANTI, L. M. R.; GUERRA, M. DAS G. G. V. Os desafios da universidade pública pós-pandemia da Covid-19: o caso brasileiro. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 114, p. 73–93, jan./mar. 2022. <https://doi.org/10.1590/S0104-40362021002903113>

CHAUÍ, M. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: Editora Unesp, 2001.

CHAUÍ, M. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 5-15, 2003.

CHAUÍ, M. **A ideologia da competência**. Belo Horizonte: Autêntica; São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2016.

COAN, M.; SHIROMA, E. O. Educação para o Empreendedorismo: forjando um jovem de novo tipo? *In*: SILVA, M. M.; EVANGELISTA, O.; QUARTIEIRO, E. M. (eds.). **Jovens, Trabalho e Educação: conexão subalterna de formação para o capital**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2012. p. 245-276.

COGGIOLA, O. **Teoria Econômica Marxista: uma introdução**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

CORBUCCI, P. R.; KUBOTA, L. C.; MEIRA, A. P. B. **Reconfiguração estrutural da educação superior privada no Brasil: nova fase da mercantilização do ensino: textos para discussão**. Rio de Janeiro: IPEA. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_2256.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2256.pdf). Acesso em: 7 mar. 2019.

COSTA, C. L. Educação em tempos de pandemia: ensino remoto emergencial e avanço da política neoliberal. **Revista Expedições: Teoria da História e Historiografia**, Morrinhos, GO, v. 11, p. 1-15, 2020.

CROUCH, C. **The strange non-death of neoliberalism**. Cambridge: Polity Press, 2011.

CRUZ, L. R.; VENTURINI, J. R. Neoliberalismo e crise: o avanço silencioso do capitalismo de vigilância na educação brasileira durante a pandemia da Covid-19. **Revista Brasileira de Informática na Educação**, Porto Alegre, v. 28, n. 0, p. 1060-1085, 15 dez. 2020.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIAS SOBRINHO, J. **Dilemas da educação superior no mundo globalizado**: sociedade do conhecimento ou economia do conhecimento? São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

DUMÉNIL, G.; LÉVY, D. Neoliberalismo-Neo-imperialismo. **Economia e Sociedade**, Campinas, SP, v. 16, n. 1(29), p. 1-19, abr. 2007.

ETZKOWITZ, H. Reconstrução criativa: hélice tripla e inovação regional. **Revista Inteligência Empresarial**, Rio de Janeiro, 2005.

ETZKOWITZ, H.; ZHOU, Chunyan. Hélice Tríplice: inovação e empreendedorismo universidade-indústria-governo. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 31, n. 90, p. 23-48, maio 2017.

FERREYRA, M.; AVITABILE, C.; ÁLVAREZ, J. B.; PAZ, F.H.; URZÚA, S. **Em uma encruzilhada ensino superior na América Latina e Caribe - Panorama**. Washington: World Bank, 2017.

FINE, B.; SAAD-FILHO, A. Thirteen Things You Need to Know About Neoliberalism. **Critical Sociology**, v. 43, n. 4–5, p. 685–706, 2017.

FONTES, V. Capitalismo, crises e conjuntura. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 130, p. 409-425, dez. 2017.

FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GAGO, V. **A razão Neoliberal**: economias barrocas e pragmática popular. São Paulo: Elefante, 2018.

GALSTON, W. A. **The “New Normal” For the U.S. Economy: What Will It Be?** Disponível em: <https://www.brookings.edu/opinions/the-new-normal-for-the-u-s-economy-what-will-it-be/>. Acesso em: 16 out. 2022.

GARCIA, J. L. Uma tarefa crucial para a economia política: a crítica da inovação tecno-liberal. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra (Portugal), n. 119, p. 171-198, 1 set. 2019.

GENTILI, P. (org.). **Universidades na penumbra**: neoliberalismo e reestruturação universitária. São Paulo: Cortez, 2001.

GOLDSTEIN, R. A.; MACRINE, S.; CHESKY, N. Z. Welcome to the “New Normal”: The News Media and Neoliberal Reforming Education. **Journal of Inquiry & Action in Education**, v. 4, n. 1, p. 112–131, jul. 2011.

GROWE, R. Collaborative Leadership in the Era of New Normal. *In*: NATIONAL FORUM OF EDUCATIONAL ADMINISTRATION AND SUPERVISION JOURNAL. **Anais [...]**, 2011.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

HARVEY, D. Neoliberalismo como destruição criativa. **Interfacehs**, ago. 2007.

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 18. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

- HARVEY, D. **O Neoliberalismo**: história e implicações. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.
- HARVEY, D. **17 Contradições e o fim do Capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- HAYEK, F. A. **O caminho da servidão**. 6. ed. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.
- HUNT, E. K.; SHERMAN, H. J. **História do Pensamento Econômico**. 19. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.
- JAMES, H. Neoliberalism and its Interlocutors. **Capitalism: A Journal of History and Economics**, v. 1, n. 2, p. 484-518, 2020.
- JAPPE, A.; AUMERCIER, S.; HOMES, C.; ZACARIA, G. **Capitalismo em quarentena**: notas sobre a crise global. Tradução: João Gaspar et al. São Paulo: Elefante editora, 2020.
- JOSEPH, F. E. Contrarreforma da educação superior. **Libertas**, Juiz de Fora, v. 21, n. 2, p. 383-407, jul./dez. 2021.
- KLEIN, N. **A Doutrina do Choque**: a ascensão do capitalismo de desastre. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- KLEIN, N. Coronavírus pode construir uma distopia tecnológica. **The Intercept Brasil**, 13 maio 2020.
- LEHER, R. Estado, Reforma Administrativa e mercantilização da educação e das políticas sociais. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 13, n. 1, p. 9–29, 2021a.
- LEHER, R. The “new normal” in education is ultra-neoliberal: In defense of the strategy that breaks with the time continuum. *In*: ACCIOLY, I.; MACEDO, D. (eds.). **Education, Equality and Justice in the New Normal: Global Responses to the Pandemic**. London: Bloomsbury Academic, 2021b. p. 39-51.
- LEITE, M. G.; DEPIERI, M. A. L.; MARQUES, R. M.; BERWIG, S. E. **Pandemia, crises e capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2021.
- MARTINS, C. B. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. **Educação & Sociedade**, v. 30, n. 106, p. 15–35, abr. 2009.
- MARTINS, R. X. A Covid-19 e o fim da Educação a Distância: um ensaio. **EmRede - Revista de Educação a Distância**, Lavras, MG, v. 7, n. 1, p. 242–256, 15 maio 2020. DOI:<https://doi.org/10.53628/emrede.v7.1.620>
- MARX, K. **O Capital - Livro 1**. Tradução: Rubens Endereli. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MASCARO, A. L. **Estado e forma política**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MAUÉS, O. C. Reformas internacionais da educação e formação de professores. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 118, p. 89–118, mar. 2003.
- MELO, L. N. S.; SOUZA, E. Q. Educação em tempos de pandemia: os impactos da emergência de um “novo normal”. **Revista Panorâmica online**, Cuiabá, v. 35, p. 75–89, abr. 2022.

- MERQUIOR, J. G. **O liberalismo: antigo e moderno**. 3. ed. São Paulo: É Realizações Editora, 2014.
- MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2006.
- MORAIS, Frederico Dourado Rodrigues. **A relação entre escola e trabalho na lógica do capital: os cursos superiores de tecnologia no Brasil em debate**. 2011. 119 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2011.
- MOREIRA, J. A.; SCHLEMMER, E. Por um novo conceito e paradigma de educação digital onlife. **Revista UFG**, Goiânia, v. 20, n.6, p. 2-35, 2020.  
DOI: <https://doi.org/10.5216/revufg.v20.63438>
- MUSACCHIO, A.; LAZZARINI, S. G. Reiventando o capitalismo de Estado: O Leviatã nos negócios: Brasil e outros países. 1. ed. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2015.
- NEGREIROS, Taíse Cristina Gomes Clementino. **Tempo de aprendizagem flexível: as novas tendências de aprendizagem mediadas pelo uso das tecnologias da informação e comunicação para a classe trabalhadora**. 2019. 233 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.
- NEGREIROS, Taíse Cristina Gomes Clementino; AMARAL, Ângela Santana do. Aprendizagem flexível como o novo princípio educativo para a classe trabalhadora. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 24, n. 3, p. 585-594, 2021.  
<https://doi.org/10.1590/1982-0259.2021.e79747>
- NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia Política: uma introdução crítica**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012.
- NEWPORT, F. **In U.S., 32% Say Spending Less Is Their “New Normal”**. Disponível em: <https://news.gallup.com/poll/118003/say-spending-less-new-normal.aspx>. Acesso em: 16 out. 2022.
- OLIVEIRA, J. F. Os papéis sociais e a gestão das universidades federais no Brasil. *In*: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 26., Recife. **Anais [...]**. Recife: Anpae, 2013.
- PAULANI, L. M. Brasil Delivery: a política econômica do Governo Lula. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 23, p. 58-73, out./dez. 2003. DOI: <https://doi.org/10.1590/0101-31572004-0639>
- PAULANI, L. M. **Modernidade e discurso econômico**. São Paulo: Boitempo, 2005.
- PEREIRA, J. M. M. A agenda educacional do Banco Mundial em tempos de ajuste e pandemia. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 47, p. 1-14, 2021.  
DOI: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202147242157>
- PERRUCCI, R.; WYSONG, E. **Deep Inequality: Understanding the New Normal and How to Challenge It**. Lanham: Rowman & Littlefield, 2018.
- PLEHWE, D. Neoliberal hegemony. *In*: PLEHWE, D. **The Handbook of Neoliberalism**. New York: Routledge, 2016. p. 61-72.
- RAIC, D. F. F.; SÁ, M. R. G. B. O retorno a um “novo normal”: a emergência de um pós-normal em educação? **Revista Entreideias: educação, cultura e sociedade**,

Salvador, v. 10, n. 1, 14 abr. 2021. DOI:<https://doi.org/10.1590/S1678-4634202147242157>

REIS, A. C.; SILVA, E. P. E; MEIRELLES, C. M. O “novo normal” no campo da educação: da aparência à essência. **Revista Princípios**, São Paulo, v. 40, n. 160, p. 225–245, 2021. DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2020.160.010>

ROCHA, C. **Menos Marx, Mais Mises**: o liberalismo e a nova direita no Brasil. São Paulo: Todavia, 2021.

SAAD-FILHO, A. Neoliberalismo: Uma análise marxista. **Marx e o Marxismo - Revista do NIEP-Marx**, v. 3, n. 4, p. 58-72, 2015.

SAAD-FILHO, A. Varieties of neoliberalism in Brazil (2003-2019). **Latin American Perspectives**, v. 47, n. 1, p. 9-27, 2020.

SAAD-FILHO, A.; JOHNSTON, D. **Neoliberalism**: a critical reader. London: Pluto Press, 2005.

SAAD-FILHO, A.; MORAIS, L. **Brasil**: neoliberalismo versus democracia. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.

SCHWAB, Klaus. **A quarta revolução industrial**. Tradução Daniel Moreira Miranda. São Paulo: Edipro, 2016.

SERAFIM, M. P. O processo de mercantilização das instituições de educação superior: um panorama do debate nos EUA, na Europa e na América Latina. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 16, n. 2, p. 241–265, 2011.

SHIROMA, E. O. Política de profissionalização aprimoramento ou desintelectualização do professor? **InterMeio**, Campo Grande, MS, v. 9, n. 17, p. 64-83, 2003.

SILVA JÚNIOR, J. R. **The New Brazilian Economy**. 1. ed. Bauru: Canal 6, 2017.

SILVEIRA, S. A. As duas pandemias e o novo normal. **Com Ciência**, 10 jun. 2020. Disponível em: <http://www.comciencia.br/as-duas-pandemias-e-o-novo-normal/>. Acesso em: 24 out. 2022.

SLOBODIAN, Q. **Globalistas**: O fim do Império e o nascimento do Neoliberalismo. Tradução: Olivir Freiras. Florianópolis: Enunciado Publicações, 2021.

SNEADER, K.; SINGHAL, S. O novo normal chegou: tendências que definirão 2021 – e o futuro. **McKinsey & Company**, 29 jan. 2021. Disponível em: <https://www.mckinsey.com/featured-insights/leadership/the-next-normal-arrives-trends-that-will-define-2021-and-beyond/pt-BR>. Acesso em: 17 out. 2022.

SOUZA, L. R.; CORTE, C. C. L. Políticas econômicas incrementais: o caso do tripé macroeconômico na Argentina, Bolívia, Brasil e México. **Revista de Economia**, Curitiba, v. 41, n. 74, p. 23-50, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/re.v41i74.66735>

SPRINGER, S.; BIRCH, K.; MACLEAVY, J. **The Handbook of Neoliberalism**. New York: Routledge, 2016.

TAKAHASHI, T. (org.). **Sociedade da informação no Brasil**: livro verde. Brasília, DF: Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), 2000.

VENUGOPAL, R. Neoliberalism as concept. **Economy and Society**, v. 44, n. 2, p. 65-187, 2015.

WILLIAMSON, B.; EYNON, R.; POTTER, J. Pandemic politics, pedagogies and practices: digital technologies and distance education during the coronavirus emergency (Editorial). **Learning, Media and Technology**, v. 45, n. 2, p. 107–114, 2020.

WOOD, E. M. **O império do capital**. São Paulo: Boitempo, 2014.